

NAVEGANDO CONTRA A MARÉ: A RELAÇÃO ENTRE O MST E A MÍDIA

FERNANDO ANTONIO DA COSTA VIEIRA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências Humanas (Sociologia).

Orientador: GIAN MARIO GIULIANI

Rio de Janeiro
Junho de 2007

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

NAVEGANDO CONTRA A MARÉ: A RELAÇÃO ENTRE O MST E A MÍDIA

Fernando Antonio da Costa Vieira

Orientador: Gian Mario Giuliani

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia)

Aprovada por:

Presidente Prof. Doutor Gian Mario Giuliani

Prof. Doutor Emir Sader

Prof. Doutor Neide Esterici

Prof. Doutor Hiran Roedel

Prof. Doutor Ronaldo Reis

Rio de Janeiro
Junho de 2007

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Vieira, Fernando Antonio da Costa.
Navegando contra a maré: a relação entre o MST e a
Mídia/Fernando Antonio da Costa Vieira - Rio de Janeiro:
UFRJ/ IFCS, 2007.
x, 250f.; 31 cm.
Orientador: Gian Mario Giuliani
Tese (doutorado) – UFRJ/ Instituto de Filosofia e
Ciências Sociais/ Programa de Pós-graduação em
Sociologia e Antropologia, 2007.
Referências Bibliográficas: f. 238-250.
1. MST. 2. Mídia. 3. Questão Agrária. 4. Brasil. I. Giuliani, Gian
Mario. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação
em Sociologia e Antropologia. III. Título.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Para Cecília, linda filha que vive a
bailar o lago dos cisnes em meu
coração.

Para Tania, moça branca como a
neve, porto seguro que fez da minha
vida um mar de águas tranquilas em
que navego sem medo de naufragar.

Para João Pedro Teixeira, Padre
Jósimo, Paulo Fonteles, Chico
Mendes, aos companheiros do MST
mortos em Corumbiara e Eldorado
do Sul e a todos os outros Joões,
Josés e Marias do MST e dos
movimentos camponeses
assassinados pelo sonho e pela luta
pela Reforma Agrária no país.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Gian Mario Giuliani. Ao longo desses anos de orientação sempre soube incentivar e apoiar, respeitar e debater minhas idéias, orientar e auxiliar a produção do texto. Só posso agradecer pela paciente orientação que foi essencial para o avanço da tese.

Ao amigo e irmão, Hiran Roedel. Seus incentivos foram fundamentais para que me candidatasse ao doutorado quando já estava desanimado e derrotado. Sua leitura crítica enriqueceu o texto com sugestões e informações e, mais importante, sua amizade é como um rio cheio que transborda carinho e generosidade aos amigos que margeiam sua vida.

Aos meus pais, Roberto e Dione pelo eterno amor que possuem.

Aos meus irmãos Roberta, Fernanda e Cláudio pelo carinho fraterno.

Ao casal João Guilherme e Rafaella pelo auxílio na tradução do texto.

À Tania pela leitura atenta e crítica na revisão do texto.

Aos professores Cláudio Gurgel e Neide Esterci pelas orientações e sugestões recebidas durante minha qualificação.

Aos colegas do doutorado, Marianne, Alessandra, Sérgio, Perruso, Iara, Thadeu, Brígida e Róbson pelo papo alegre, pelas noitadas nos botecos da vida e pelas discussões críticas na cantina do IFCS, no intervalo das nossas aulas.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

RESUMO

Navegando contra a maré: A relação entre o MST e a mídia

Fernando Antonio da Costa Vieira

Gian Mario Giuliani

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências Humanas (Sociologia).

O presente trabalho busca analisar a relação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a mídia. A escolha desse tema reflete a percepção de que movimentos sociais que contestam as estruturas da sociedade capitalista, em especial, a manutenção da propriedade privada passam a conviver com a ação condenatória dos grandes monopólios midiáticos que buscam a criminalização destes movimentos. Por outro lado, alguns movimentos sociais buscam romper o isolamento e a criminalização imposta pela mídia, e para isso vão buscar construir mecanismos de comunicação para se apresentar à sociedade.

A formação de instrumentos midiáticos por parte de movimentos sociais será visto como expressão do *detournement*, conceito desenvolvido por Guy Debord, que defendia o emprego das mesmas armas utilizadas pelo adversário no campo da cultura, economia e política para poder derrotar o próprio inimigo. Considerando esta leitura, podemos afirmar que o MST ao criar formas de comunicação com a sociedade e com sua própria militância resgata o *detournement* quebrando o controle sobre as informações exercido pelas grandes empresas midiáticas.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

O desenvolvimento da tese irá apresentar o processo de construção do moderno espaço agrário brasileiro, a construção do MST e as principais formas de constituição da identidade do sem terra, a formação histórica da mídia, inclusive no Brasil, a formação do setor de comunicações do MST e como se aplica o *detournement* em suas práticas midiáticas.

A análise da relação entre o MST e a mídia permite-nos uma reconstituição acerca dos limites ao pleno acesso à informação vivenciado pela sociedade brasileira e a necessidade de se construir formas mais democráticas para a socialização das informações no país.

Palavras-chave: MST – Mídia – Detournement

Rio de Janeiro
Junho de 2007

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

ABSTRACT

Swimming against the tide: the relationship between MST and the media.

Fernando Antonio da Costa Vieira

Gian Mario Giuliani

Abstract da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) ou Doutor em Ciências Humanas (Antropologia Cultura).

The present study aims at analyzing the relationship between the Brazilian Landless Rural Workers Movement (MST) and the media. The choice of this topic was driven by the perception that social movements opposing the structure of the capitalist society, in particular the maintenance of private property, have to counter the attacks of the great media monopolies that advocate for the criminalization of such movements.

The creation of media instruments on the part of social movements is considered an expression of *detournement*, a concept devised by Guy Debord to argue for the use of the adversary's weapons in the cultural, economic and political spheres in order to beat the enemy. Using that interpretation, one can say that, in creating ways to communicate with society in general and with its own militants in particular, MST resorts to a

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

strategy of *detournement* and breaks up the control over the information exercised by the great media corporations.

The present dissertation will address the process of construction of the modern Brazilian agrarian space, the construction of MST and the main forms of constitution of the landless' identity, the media historical formation, in particular in Brazil, the formation of the communication sector of MST and how *detournement* is applied in its media actions.

The analysis of the relationship between MST and the media allows us to better understand the limits to unrestrained access to information in the Brazilian society as well as the need to build more democratic ways of socializing information in the country.

Kew-words: MST – Media - detournement

Rio de Janeiro
Junho de 2007

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

SUMÁRIO

Apresentação.....	1
Capítulo 1: Uma leitura introdutória sobre a agricultura brasileira.....	7
1.1 - A construção do espaço agrário brasileiro até 1960.....	7
1.2 – Modernização e conflito: A transformação do campo brasileiro no período da Ditadura Militar.....	16
Capítulo 2: A terra chama luta: o MST e a reforma agrária.....	31
2.2 - O nascimento do MST.....	31
2.3 – A formação do MST.....	47
2.4 – A organização interna do MST.....	52
2.5 – Formas de socialização da identidade sem terra.....	82
Capítulo 3: Erguendo a cerca da informação: a mídia e a criminalização do MST.....	106
3.1 – Informar, comunicar: uma história.....	106
3.2 – A imprensa no Brasil: um esboço histórico.....	132
3.3 – A mídia e a criminalização do MST.....	160
Capítulo 4 – Rompendo a cerca da comunicação.....	184
4.1 – A formação de uma mídia do MST: a estratégia do detournement.....	184
4.2 – Navegando contra a maré: a produção midiática do MST.....	195
Conclusão.....	228
Bibliografia.....	238

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

APRESENTAÇÃO

Quando tenga la tierra
La tendran los que luchan
Los maestros, los hacheros,
Los obreros

Quando tenga la tierra
Te lo juro semilla
Que la vida
Sera un dulce racimo
Y en el mar de las uvas
Nuestro vino
Cantare... Cantare...

Quando tenga la tierra
Le dare a las estrellas
Astronautas de trigales
Luna nueva

Quando tenga la tierra
Formare con los grillos
Una orquesta
Donde canten los que piensan

Quando tenga la tierra
Te lo juro semilla
Que la vida
Sera un dulce racimo
Y en el mar de las uvas
Nuestro vino
Cantare... Cantare...

Quando tenga la tierra
D. Toro / A. Petrocelli

A luta pela terra é uma das mais significativas questões que se mantém atualizadas no Brasil, ainda que a economia e a sociedade brasileira tenham vivenciado um acelerado processo de transformação e modernização.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

A defesa da reforma agrária envolve uma concepção central na ordem capitalista, a defesa da propriedade privada, considerada inviolável e intocável, não obstante o custo da própria vida humana.

O anseio pela terra dos trabalhadores no campo despossuídos encontra, seguramente, visibilidade na força poética da canção entoada por Mercedes Sosa. “Quando tiver a terra, te juro semente, que a vida será um doce cacho num mar de uvas.” A luta pela terra não representa somente a ruptura com um brutal processo de concentração de terras com raízes no Brasil Colonial. Representa também a defesa do direito à vida e o resgate da dignidade de milhões de brasileiros esquecidos e deserdados.

Ao longo da formação da sociedade brasileira, ocorreu um processo que historicamente tornou a terra cativa, para recordar a obra clássica de José de Sousa Martins, **O Cativo da Terra**, fruto de interesses particulares, visando o controle social dos trabalhadores rurais e a formação das grandes propriedades agrícolas.

Concentração da terra, exploração do trabalho camponês, produção voltada para o mercado externo, violência contra o trabalhador rural. Ciclo histórico inesgotável que se iniciou com a ordenação da mão-de-obra escrava e que se manteve com o ingresso do trabalhador livre, quer fosse ele imigrante ou, mesmo, ex-escravo.

Se a exploração e a concentração da terra têm raízes na própria construção do Brasil sob o domínio português, também o tem a luta dos despossuídos pela terra. E nessa luta que atravessa a história do Brasil, destaca-se, nas últimas duas décadas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST.

O MST apresenta uma originalidade na luta pela terra, que o singulariza ante os movimentos anteriores: a capacidade de construir canais de comunicação direta com a sociedade. Num mundo marcado pelo avanço nas tecnologias da informação, o MST soube se utilizar desses novos instrumentos, para romper a barreira da

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

exclusão informativa que cerceava os movimentos sociais portadores de contestadores dos valores consensuais da sociedade, isto é, a ordem e a defesa da propriedade privada.

A internet, a produção de um jornal e de uma revista são exemplos dos instrumentos informativos construídos pelo MST visando romper o monopólio da informação constituído pelos grandes conglomerados midiáticos. A estratégia do MST se apresenta como um resgate do **detournement**, isto é, resgatar ao inimigo os valores, as idéias, para construir uma nova idéia, valor ou mesmo uma nova coisa, que reforce o combate contra este mesmo inimigo.

Utilizar dos instrumentos midiáticos para erigir a defesa da reforma agrária tornou-se o mecanismo de **detournement** do MST, fortalecendo a sua ligação com a sociedade brasileira e tornando a reforma agrária um assunto presente nos debates sobre as reformas necessárias para modernizar o país.

Nesse sentido, a pesquisa analisará o uso de recursos até então apresentados pela mídia e que estão sendo apropriados pelo MST para se confrontar com a concepção tradicional de criminalização das manifestações populares. O movimento nega, também, sua inserção na ótica mercadológica da sociedade do espetáculo, isto é, a sociedade enquanto expressão da moderna alienação, centrada no consumo de imagens vazias de sentido político.

Entre os recursos, destaca-se o desenvolvimento da Internet, que trouxe uma nova alavanca para troca de informações: debates, navegação em *links* de museus, *chats* com diversas pessoas de variados países. Claro que agrupados sob a "novilíngua" adotada universalmente: o inglês.

A introdução da Internet resultou mais em um instrumento de entretenimento do que em um espaço que se apresentasse capaz de novas interlocuções visando a melhoria de vida global. A rede tornou-se um grande espetáculo de imagens e *links*.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

É nesse contexto que o MST opera um novo processo que vai transformar sua luta. Torna-a uma práxis para desconstruir o consenso que vê a irrupção dos movimentos sociais como uma ameaça à ordem, desqualificando estas lutas e os projetos daí oriundos.

O MST se apresenta, então, como um movimento que busca maior integração com a sociedade brasileira e, em especial, com os movimentos sociais que nos últimos anos têm contestado a exclusão neoliberal. Os movimentos sociais, entre os quais o MST, ao longo dos anos 80, trouxeram, como novidade, uma práxis fundada na compreensão de que traduziam novo olhar sobre a própria realidade social vivenciada por seus membros.

Cabe ressaltar que, nestes movimentos, a questão social vivenciada pelo grupo se apresenta como material concreto e visível, favorecendo sua organização e trabalho político.¹

Considerando essa idéia, podemos apreender que os movimentos sociais, entre eles o MST, construíam novas legitimidades, erigidas em torno de necessidades imediatas e concretas, favorecendo a estruturação de novos valores culturais, coletivistas e solidários. Uma nova cultura², construída de forma crítica, como resposta à insatisfação diante do autoritarismo e da opressão vivenciadas pelas camadas populares no seio da sociedade capitalista, expressando, em grande parte, a elaboração de um projeto de ruptura e superação do próprio capitalismo.

¹ - SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. SP: Brasiliense, 1987, p. 38.

² - Cultura expressando tanto o espírito formador de um modo de vida global, centrado em torno de atividades efetivamente culturais, como também uma ordem social global, de onde emergirá uma produção específica. É vista como produto direto ou indireto de uma ordem constituída por outras atividades sociais. Conferir, WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. RJ: Paz e Terra, 1992, p. 12.

Um outro dado importante reside no fato de que os movimentos sociais, aí incluindo o MST, desenvolveram-se deslocando suas reivindicações daquelas tradicionalmente exercidas pelos movimentos sindicais, na medida em que rompem com demandas corporativas e se vinculam às questões que envolvem o conjunto da sociedade.

Nesse sentido, a tese foi dividida em quatro capítulos. Um primeiro capítulo que vai historicizar o processo de transformação do campo brasileiro, em especial, durante o período da ditadura militar, realçando seu caráter excludente e o processo de espoliação dos camponeses da terra. Ao mesmo tempo, analisará a violência contra os movimentos camponeses e a organização dos novos movimentos sociais no campo, destacando a formação do MST, suas ligações com outros movimentos de luta no campo e seus distanciamentos ante estes movimentos.

O segundo capítulo analisará as propostas e a relação do MST com a sociedade. O eixo norteador do texto será o debate acerca da reorganização do espaço fundiário proposto pelo movimento ao discutir a ruptura com a noção de propriedade da terra e defender a posse da mesma para os integrantes de assentamentos. Também serão analisados os instrumentos que constroem a identidade do sem terra com o MST e o papel da cultura: a educação, o teatro, o jornal, entre outros aspectos.

O terceiro capítulo debaterá a forma pela qual a mídia no Brasil se apresenta como instrumento de legitimação de uma determinada ordem sócio-econômica. O capítulo se propõe a compreender as relações entre a mídia e os movimentos sociais, considerando tanto o processo de desqualificação, quanto o de criminalização destes movimentos.

O quarto capítulo analisará especificamente a relação entre a mídia brasileira e o MST. Irá também apresentar a forma pela qual o MST busca utilizar a mídia como instrumento de fortalecimento de sua luta. O *detournement* se apresenta como o mecanismo que permitirá a construção de novo modelo de sociedade humana

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

A conclusão ligará as questões apresentadas ao longo da pesquisa desenvolvida nesta tese, realçando a relevância da luta pela reforma agrária no Brasil e a importância da ação de movimentos sociais como, por exemplo, o MST. Além disso, será reafirmado que o emprego de instrumentos midiáticos até então exclusivos dos grandes conglomerados de comunicação, se apresenta como o emprego do **detournement** permitindo ao movimento sem terra construir pontes diretas de integração e informação com a sociedade brasileira.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Capítulo 1 - UMA LEITURA INTRODUTÓRIA SOBRE A AGRICULTURA BRASILEIRA

1.1- A construção do espaço agrário brasileiro até 1960.

A luta pela terra, associada ao processo de concentração da mesma, tem sido uma constante na História da sociedade brasileira. A estrutura fundiária herdada do período colonial centrava-se na grande propriedade rural vinculada ao mercado externo. A característica extensiva da produção fortaleceu o ingresso do trabalho escravo em seu interior. Ao mesmo tempo, a transferência para o Brasil das sesmarias atrelava a concessão da terra aos vínculos entre o sesmeiro e a monarquia lusa oficializando o seu caráter excludente da posse da terra.³

Ao longo do século XIX ocorreu um duplo processo resultante não só da emancipação do Brasil diante de Portugal, como também da inserção da economia brasileira no sistema capitalista internacional, em especial, nas três últimas décadas do século citado. Juridicamente ocorreu o reordenamento da propriedade fundiária com o fim da Lei de Sesmarias em 1822, e a posterior aprovação da Lei de Terras de 1850.

A Lei nº 601/1850, mais conhecida como a Lei de Terras, regulava a ocupação das terras devolutas. Estas, segundo o artigo 3º eram definidas como

³ - A Lei de Sesmaria foi imposta, em 1373, no reinado de D. Fernando. Objetivava tornar produtivas as terras cultiváveis em Portugal. Obrigava-se a lavra da terra sob o risco de restituí-la ao bem comum. Para fiscalizar o efetivo cumprimento da lei foi criado o sesmeiro, fiscal régio que assegurava a exploração da terra. No Brasil, a concessão de sesmarias se iniciou com Duarte Coelho, donatário de Pernambuco. A carta régia de 1612 definiu o emprego do termo sesmeiro para o recebedor da sesmaria em terras brasileiras. Cabe ressaltar que, em especial no Brasil, a concessão de terras objetivava muito mais a efetiva ocupação da terra do que o título legal de sua posse. Conferir: AQUINO, FERNANDO, GILBETO e HIRAN. **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais**. RJ: Record, 1999; VAINFAS, Ronaldo (direção) **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. RJ: Objetiva, 2000.

§ 1º As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação o cultura.

§ 3º As que não se acharem ocupadas por posses sesmarias ou outras concessões do Governo que, apesar de incursas em comissão, forem revalidadas por esta lei.

§ 4º As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título geral forem legitimadas por esta lei.⁴

Tal processo permitiu que a Lei de Terras oficializasse a transformação da terra em mercadoria, impedindo o acesso de ex-escravos e imigrantes a ela e, dessa forma, garantindo o controle sobre a mão-de-obra que se dirigiria para o campo. Simultaneamente, a estrutura fundiária assistia ao desgaste do modelo extensivo baseado no trabalho escravo atendendo aos novos ditames do mercado mundial que dentro dos parâmetros da nova ordem capitalista demandava a afirmação do trabalho livre.

A ruptura com o modelo escravista não representou alteração na estrutura fundiária brasileira. Manteve-se a grande propriedade, voltada prioritariamente para o mercado externo e o caráter excludente do acesso a terra. No entanto, o ingresso de

⁴ - Lei 601/1850 de 18 de setembro. In: AMARAL, Roberto e BONAVIDES, Paulo. **Textos políticos da história do Brasil. Vol. II, Império, Segundo Reinado (1840-1889)**, Brasília: Senado Federal, 2002, p. 216. Cópia da internet: www.cebela.org.br/cebela2.pdf copiado em 05/10/2004.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

mão-de-obra livre no campo não se traduziu no desenvolvimento de médias e pequenas propriedades rurais que servissem de contraponto à grande propriedade.

O avanço do trabalho imigrante ocorreu simultaneamente à dissolução da ordem escravista e resultou em duplo processo: o do avanço de formas de assalariamento dos trabalhadores rurais e o aparecimento de mecanismos de apreensão do trabalho camponês.

Em todo caso, mesmo após a ruptura com a escravidão, prevaleceu a necessidade do modelo agro-exportador que demandava obtenção de mão-de-obra e, não o avanço de projetos de colonização da terra favorecendo a formação de pequenas e médias propriedades rurais.

Não que inexistissem pequenas propriedades rurais. Desde o período colonial organizaram-se ao largo das grandes propriedades açucareiras, pequenas propriedades que utilizavam o trabalho familiar e cuja produção atendia, em parte, o consumo local.

Além delas, propriedades de porte médio forneciam cana-de-açúcar para os engenhos. Estas propriedades, denominadas “datas da terra” eram concedidas a colonos açorianos e atendiam ao projeto da Coroa portuguesa que buscava solucionar a constante carestia alimentar.⁵

⁵ - Conferir: FORMAN, Shepard. **Camponeses: sua participação no Brasil**. RJ: Paz e Terra, 1979, p. 52.

Essas propriedades rurais assumiam a função de complementaridade à lavoura açucareira, não assumindo papel central e decisório nas estruturas político-econômicas do Brasil colonial. Nesse sentido, a formação dessas pequenas propriedades se inseria numa lógica que privilegiava a produção de bens tropicais objetivando atender as dinâmicas da acumulação primitiva de capital. Para a grande propriedade, a inserção no comércio internacional, enquanto que, o abastecimento do frágil mercado colonial vinculava-se às pequenas propriedades.

A expansão da lavoura cafeeira e a sua inserção no mercado mundial favoreceu a manutenção do processo de concentração de terras. No entanto, esse processo esbarrava numa antinomia: a demanda por mão-de-obra escrava e sua vinculação com práticas capitalistas. A inserção da economia brasileira no mercado capitalista implicava a dissolução do mecanismo de relações onde os

*trabalhadores mesmos, as unidades vivas de força de trabalho, ainda são parte direta das condições objetivas de produção e objetos de apropriação, nesta qualidade – sendo, portanto, escravos ou servos.*⁶

Dentro desse novo contexto, a superação da escravidão atendia aos anseios do incipiente capitalismo brasileiro que vai poder se apropriar do trabalho e não mais do trabalhador mediante troca.⁷ Cabe ressaltar que para

⁶ - MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. RJ: Paz e Terra, 1985, p. 93.

⁷ - *Ibidem* *idem*. P. 93.

*o capital, o trabalhador não constitui uma condição de produção, mas apenas o trabalho o é. Se este puder ser executado pela maquinaria ou, mesmo, pela água ou pelo ar, tanto melhor.*⁸

Nesse processo, tomou forma a constituição de trabalhadores livres arregimentados para o trabalho nas grandes propriedades rurais, ainda que isso não implicasse em assalariamento dos mesmos. Novas relações produtivas foram criadas atendendo novas demandas. O trabalhador rural passou a ocupar parcela de terra pertencente ao proprietário pagando pelo uso da mesma em trabalho ou moeda. Matinha-se o padrão do trabalho e prendia-se o trabalhador ao proprietário rural mediante mecanismos que concediam créditos e garantiam a eternização de débitos.

9

Sem detalhar o significado de cada relação, podemos dizer que lavrador, morador, meeiro e foreiro representam diferentes terminologias para um mesmo processo: o que garantindo ao proprietário rural o controle sobre a mão-de-obra no campo de forma permanente.¹⁰ Esse camponês não se encontrava preso à terra, mas faz de sua vida um constante embate para garantir sua permanência na mesma.¹¹

⁸ - Ibidem idem. P. 93.

⁹ - FORMAN, Shepard. Op. Cit., p. 49.

¹⁰ - O propósito deste trabalho não pretende discutir as diferenças entre as diversas formas de relação que caracterizam o trabalho camponês. Utilizo a leitura de José de Souza Martins que diferencia camponês de trabalhador assalariado do campo. Conferir, MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 21.

¹¹ - Ibidem id., p. 16.

Ao mesmo tempo, formavam-se, subordinado ao trabalho familiar, relações assalariadas no campo, apontando que a forma de organização das relações de produção capitalista no campo brasileiro apresenta mecanismos não uniformes e diversificados em que conviviam assalariamento do trabalhador e a apropriação do trabalho familiar campesino.

Aparente contradição? Na verdade essa forma de apropriação caracteriza a dinâmica assumida pelo avanço do capitalismo no campo brasileiro. Nesse sentido, por não ser resultado da estruturação do modo de produção capitalista, a propriedade fundiária encontra-se influenciada diretamente por relações oriundas de modos de produção anteriores.

Marx, em **O Capital**, vai apontar que essa especificidade da propriedade fundiária se traduzirá na formação da renda fundiária que se apresentaria sob a forma diferencial e a absoluta.¹² Gian Mario Giuliani, em seu artigo, **A renda da terra: um impasse na teoria** aponta como a permanência da

*classe dos latifundiários, resquício feudal presente no novo modo de produção, não pode ser superada enquanto historicamente necessária à sua afirmação.*¹³

¹² - A renda diferencial se relacionaria com a concorrência entre capitais dentro do setor agrícola e a obtenção de diferentes lucros sobre o capital investido se vincularia com fatores concretos, tais como, diferenças de fertilidade e de localização da terra. A renda absoluta se vincula com a existência da propriedade fundiária que não permite o livre uso da terra. Sobre o assunto destacamos; MARX, Karl. **O Capital**, volume III, tomo II, SP: Abril, 1985.; GIULIANI, Gian Mario. A renda da terra: um impasse na teoria. Campina Grande: **Revista Raízes**, ano IV, nº 4/5, jan. 1984/ dez. 1985.

¹³ - GIULIANI, Gian Mario. Op. cit. , p. 42.

A reprodução dessa fração de classe, isto é, a dos latifundiários, se efetivaria na medida em que a obtenção da renda absoluta está vinculada ao monopólio da terra. A aparente contradição entre o capitalismo estruturado em torno da livre circulação de mercadorias, bens e mercadores, explicitaria as condições históricas fundadoras do sistema capitalista. A integração do campo à dinâmica capitalista manteve, em parte, a presença da grande propriedade, ao mesmo tempo, em que se procurava intensificar dinâmicas capitalistas no campo.

Esse processo configurou o espaço agrário brasileiro sedimentando o avanço de estruturas capitalistas que mantinham, no entanto, a dinâmica produtiva direcionada ao mercado externo. Essa lógica parte do fim do século XIX e marcará as primeiras décadas do século XX.

No entanto, ao longo das décadas de 30 e 40 do século XX, ocorreu o processo de reestruturação do campo visando sua readequação dentro do esforço modernizador da economia pós Revolução de 30. Esse processo provocou tensão entre as tradicionais estruturas econômicas e políticas do campo com os novos setores que buscavam adaptar o setor agrário à dinâmica capitalista que avançou ao longo dos anos 50 e 60.

Cabe ressaltar neste contexto, um paradoxo na política agrícola: de um lado, a continuidade da força do setor agro-exportador como instrumento de obtenção de divisas mercado externo e, por outro, a tentativa de redução do peso político do setor

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

cafeeiro resultou no incremento da produção voltada para o mercado interno que passou a se pensar como complementar ao incipiente setor industrial.¹⁴

A tensão apontava o questionamento dos setores modernizantes que viam na arcaica estrutura agrícola brasileira um entrave incapaz de atender as demandas fabris e dos setores urbanos. O peso excessivo do latifúndio e a permanência de relações de produção arcaicas impediam o pleno atendimento aos anseios do setor industrial em expansão.¹⁵

De fato, a manutenção das arcaicas estruturas agrícolas impedia o atendimento das demandas por produtos agrícolas junto ao crescente setor urbano. Tal fato provocava altas dos preços de produtos agrícolas em escala superior aos de bens industriais. Por outro lado, a permanência de formas não assalariadas de relações de trabalho no campo, impedia não só a expansão do mercado interno para bens industrializados, como também obstruía a liberação de fluxo de trabalhadores para as cidades impedindo o pleno desenvolver da urbanização no país.¹⁶

Por fim, a continuidade destas relações de produção afetava a possibilidade de desenvolvimento de um parque industrial voltado para a produção de maquinário e equipamentos para a agricultura, além de fertilizantes químicos, insumos e outros bens consumidos pelo moderno setor agrário.¹⁷

¹⁴ - Conferir De MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. RJ: Graal, 1988, p. 27.

¹⁵ - Conferir NETO, Wenceslau Gonçalves. **Estado e agricultura no Brasil. Política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)**. SP: Hucitec, 1997, p. 53.

¹⁶ - Ibidem idem. P. 54.

¹⁷ - NETO, Wenceslau Gonçalves. Op. Cit., p. 54.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Nesse sentido, os sucessivos governos militares que controlavam o poder após o golpe militar de 1964, adotaram políticas para o setor agrário que fortaleceram o avanço de práticas capitalistas, estimularam a mecanização da lavoura e o processo de assalariamento dos camponeses. A modernização conservadora vivenciada pelo campo foi a expressão maior desse processo de transformação no setor rural.

1.2- Modernização e conflito: a transformação do campo brasileiro no período da ditadura militar.

O processo de expansão da industrialização brasileira, em geral compreendida entre 1956 e 1973, foi acompanhado da própria industrialização da agricultura brasileira. Esse processo se caracterizou pela transformação das forças produtivas no campo integrando-a como elemento do próprio capital e produto das relações sociais de produção aí constituídas.¹⁸

Para José Grazziano da Silva, a

¹⁸ - GRAZIANO DA SILVA, José. **A MODERNIZAÇÃO DOLOROSA: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 45.

*subordinação da terra representa, pois , a sua reprodução pelo capital, dado por suposto que o capital cria a forma de propriedade adequada a si mesmo.*¹⁹

Dentro dessa lógica, cabe ressaltar que esse processo permitiu a ocupação de terras antes consideradas pouco produtivas ou em fase de esgotamento de sua capacidade produtiva, mediante o emprego das novas técnicas desenvolvidas, tais como a drenagem, a irrigação, os fertilizantes, além das novas relações estruturadas entre os diversos agentes sociais da produção.

Ao longo desse processo, a agricultura brasileira assumiu nova dinâmica consumindo em escala vertiginosa, insumos agrícolas e favorecendo o ingresso de indústrias de tratores, maquinários, fertilizantes químicos, rações e outras que vão abastecer o setor, além de integrar-se ao mercado de bens industriais de produção e não mais o de bens de consumo.

Esse momento configuraria, de acordo com José Graziano, não só a elevação da composição técnica das unidades de produção no campo brasileiro, como também, e significativamente, a subordinação do setor rural aos interesses do capital industrial e financeiro.²⁰

¹⁹ - Ibidem id. P.45.

²⁰ - GRAZIANO DA SILVA, José, Op.Cit., P. 46.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Em palestra proferida no Encontro Nacional do MST de 1988, em Piracicaba, São Paulo, José Graziano da Silva, apontou que a

*agricultura brasileira evoluiu basicamente daquilo que poderíamos chamar de vários complexos rurais, grandes fazendas, grandes propriedades que tinham nível de consumo interno e produção de subsistência interna na propriedade, para aquilo que hoje se chama complexos agroindustriais.*²¹

Esse processo provocou a reorganização das atividades agrícolas integrando campo e indústria, como Graziano afirma, citando como exemplo, a desarticulação da fabricação de adubos orgânicos e a expansão dos adubos químicos. Com isso, se evidenciaria a, já apontada, maior aproximação da integração de capitais, isto é, o financeiro e o agro-industrial que unidos garantiriam a constituição destes complexos agroindustriais.

Cabe ressaltar que essas transformações no campo brasileiro apresentaram duas importantes características: o aprofundamento de desigualdades na esfera produtiva, entre regiões e no tipo de produtor; e, a dimensão excludente de sua

²¹ - GRAZIANO DA SILVA, José. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (coordenador). A questão agrária hoje. Porto Alegre: EDUFRGS, 3ª ED., 2002, P. 137.

montagem onde apenas uns poucos produtores conseguiram chegar ao final do processo.²²

Além disso, assistiu-se a diminuição do peso da pequena produção, familiar ou camponesa, no conjunto do campo brasileiro. Tal fato acarretou significativa mudança no consumo de alimentos, como por exemplo, a mandioca e o feijão, com a respectiva valorização de alimentos industrializados, em especial, enlatados e massas.

A própria mão-de-obra foi afetada na medida em que a expulsão de camponeses para as cidades resultou na formação de nova esfera de contratação de trabalhadores. Em vez de utilizar os sítiantes que viviam e produziam em torno das grandes propriedades rurais, o moderno empresário rural obtém nas periferias das cidades a mão-de-obra necessária para suas demandas. Essa realidade se traduziu na diminuição do caráter sazonal do trabalho no campo, rompendo com os índices de crescimento do mesmo entre as décadas de 1960 e 1970.²³

A redução de oportunidades de trabalho para os camponeses que viviam da sazonalidade da lavoura incentivou novas experiências de luta e uma maior compreensão da necessidade da defesa de um projeto de reforma agrária no país.

Simultaneamente, esse processo de reestruturação do campo, ao aprofundar com maior intensidade a concentração de terra e a miséria camponesa, passou a ser

²² - Ibidem id. P. 139.

²³ - Ibidem id. P. 140/141.

questionado, de forma mais concreta, com o recrudescimento de lutas camponesas, em que se destacava um novo movimento político: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A raiz dessas novas tensões remonta ao fato de que, dentre as características econômicas do período ditatorial militar (1964-1985) no campo, se priorizou o desenvolvimento de uma moderna empresa rural centrada no ingresso de maquinário e tendo como objeto de interesse o mercado externo.

Tal processo desestruturou as pequenas e médias propriedades rurais e, em especial, os camponeses foreiros que perdem sua moradia, acelerando o processo de assalariamento camponês que se iniciara nos anos 50 com a expulsão de colonos da terra, liberando essa parcela da terra, até então presa ao cultivo do próprio alimento, para a produção de mercadorias.²⁴ Essa nova realidade expressou menos uma mudança no processo de trabalho, e mais, o impacto da elevação do preço da terra e da renda fundiária.

O avanço de práticas produtivas capitalistas demandou o aumento da produtividade avançando a mecanização do campo, o emprego de adubos e defensivos agrícolas, entre outros pontos. Além disso, apesar da manutenção da essência da relação de trabalho no campo, ocorreu uma significativa alteração no caráter político desta relação, na medida em que ocorre uma ruptura com os laços de

²⁴ - Conferir, MARTINS, José de Souza. Impasse político dos movimentos sociais na Amazônia. **Tempo Social**, SP: USP, vol. 1, 1989, p. 139.

dependência que se traduzia na dominação pessoal e implicava na sujeição dos trabalhadores rurais aos proprietários de terras.²⁵

Nesse sentido, o governo Castelo Branco buscou despolitizar o campo brasileiro ao apresentar o Estatuto da Terra.²⁶ Ao mesmo tempo, o Estatuto adequava os camponeses para a nova realidade baseada na montagem da grande empresa rural capitalista, centrada na implementação de um conjunto de políticas agrícolas visando o ingresso de complexos agro-industriais atendendo, preferencialmente, o mercado externo.

No contexto deste processo, o Estado brasileiro foi um importante parceiro do setor rural, não só concedendo incentivos fiscais, como também liberando créditos públicos que permitiram a expansão da grande propriedade e a conseqüente ampliação da concentração fundiária no país. Na prática, como apontava Otávio Ianni, em **Ditadura e Agricultura**, a

política de desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo na agricultura brasileira, em geral, e na Amazônia, em especial, tem significado uma vasta

²⁵ - Idem ibidem, p. 138.

²⁶ - Promulgado por Castelo Branco em 1964. Criou limites ao latifúndio improdutivo sem no entanto, incluir os trabalhadores rurais em um processo de efetiva reforma agrária. Ver DE MENDONÇA, Sônia Regina. 1964: O duplo golpe no campo. Outubro. SP: Revista do Instituto de Estudos Socialistas, nº 10, 1º semestre de 2004, p. 42.

*transferência, para o setor privado de recursos financeiros controlados pelo poder público.*²⁷

O texto de Otávio Ianni evidencia que o processo de transformação vivenciado no campo atendia a novas dinâmicas econômicas que, uma vez mais, colocavam o Estado como agente central no contexto da acumulação de capital. O Estado assumia o papel de interlocutor entre o capital nacional e o multinacional, subordinando, em última instância, os divergentes interesses ao seu interesse de fomentar a acumulação e modernizar a economia.

Dentro dessa nova realidade, o governo estimulou a migração camponesa do sul para o norte / centro-oeste, para colonizar as chamadas Frentes Pioneiras. Controlava o processo de colonização, filtrava os colonos que seriam os recebedores de lotes de terras e burocratizava o processo de redistribuição da terra. Fazia-se uma redistribuição da terra sem tocar numa efetiva reforma agrária e sem apoiar os camponeses recebedores da terra com créditos e infra-estrutura. Concretamente, a maior parte dos projetos de colonização terminou em fracasso, resultando na formação de latifúndios e na geração de milhares de camponeses sem terras.²⁸

²⁷ - IANNI, Otávio. **Ditadura e agricultura**. RJ: Civ. Brasileira, 1986, p. 81.

²⁸ - Sobre esse processo conferir: BOTELHO, Vera L. Desenvolvimento, meio ambiente na Amazônia e as populações locais: O caso dos pequenos produtores locais. In: **Ecologia, ciência e política**. Org: Mirian Goldemberg. RJ: Revan, 1992; CARDOSO, Fernando Henrique e MULLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. SP: Brasiliense, 1978; ESTERCI, Neide. **Conflitos de terra no Araguaia. Peões e posseiros contra a grande empresa**. Petrópolis: RJ, Vozes, 1987; HALL, Anthony L **Amazônia: desenvolvimento para quem?** RJ: Jorge Zahar, 1991; MAGALHÃES, Juraci Peres. **A ocupação desordenada da Amazônia e seus respectivos efeitos econômicos, sociais e ecológicos**. Brasília: Edição do Autor, 1990.

Assim, a principal característica do modelo agrícola do período foi não só o desenvolvimento de práticas capitalistas no campo mediante o fortalecimento do processo de concentração de terras, como também o avanço do assalariamento de camponeses e a expansão dos grandes complexos agroindustriais voltados para o mercado externo.

Até mesmo um periódico que comumente utiliza suas páginas para desqualificar movimentos que lutam pela terra, apresentou em reportagem dados, baseados nos censos do IBGE, acerca da concentração de terra no país. Os números apresentados pela revista **ISTO É** apontam que

com uma superfície de 850 milhões de hectares, o Brasil possui 400 milhões de terras cultiváveis. 120 milhões se destinam à pastagem e só 60 milhões à agricultura. Há 180 milhões de terra boa sem utilização, o equivalente a três vezes o território da França ou cinco vezes o da Alemanha.

A concentração de terras em poder de poucas pessoas faz com que 3 milhões de pequenos agricultores detenham 10 milhões de hectares, enquanto 50 mil grandes proprietários possuem 165 milhões de hectares de terra.

Os sem terra formam um contingente de 12 milhões de pessoas, número igual ao da

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

*população do Chile e três vezes superior à do Paraguai..*²⁹

Os dados da revista explicitam de forma inequívoca a herança do processo de transformação do campo brasileiro ao longo dos anos 1970. Esse processo de modernização das estruturas agrárias, a mecanização da lavoura, a abertura de novos mercados externos para a produção brasileira, porém com o custo da ampliação da exclusão social dos camponeses e, com a elevação do contingente de trabalhadores que migravam do campo para a cidade reforçando a legião de despossuídos e marginalizados nas cidades.

O próprio censo agropecuário de 1995 realizado pelo IBGE aponta um dado concreto: a redução – numa comparação com 1970 e 1980 – do número de arrendatários e parceiros no que tange a condição do produtor (veja a tabela abaixo).

Condição do produtor, utilização das terras, pessoal ocupado, tratores e efetivos de bovinos, aves e suínos.			
Ano 1995/96	1970	1980	
Estabelecimentos	4 919 089	4 993 251	4 859 865
Condição do produtor 1995/96	1970	1980	
Proprietário	3 092 482	3 390 582	3 604 343

²⁹ - Isto É, nº 1386, de 24 de abril de 1996.

Arrendatário	636 885	585 787	268 294
Parceiro	380 061	318 714	277 518

Fonte: www.ibge.gov.br

A intensificação da miséria, da exclusão fundiária e o avanço do processo de transformação do campo resultou em nova organização do campesinato implicando novas lutas camponesas. Objetivando administrar tais conflitos, que tinham na região amazônica um dos principais cenários de tensão, o governo criou órgãos, como por exemplo, o *Grupo Executivo das Terras do Araguaia – Tocantins* (GETAT) e o *Grupo Executivo do Baixo Amazonas* (GEBAM), que procuravam aliviar as disputas pela posse da terra e isolar o movimento camponês organizado.

Para o governo militar, o combate travado contra os movimentos populares objetivou a contenção de contestações ao processo de transformação no campo e, ao mesmo tempo, impedir a constituição de movimentos que colocassem a reforma agrária como projeto coletivo.

Para o aparato repressivo do Estado, a

contestação – seja individual, seja coletiva – por parte dos trabalhadores às formas de dominação vigentes é o primeiro sinal para o desencadeamento de formas de violência mais

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

*diretas, nas quais uma das marcas mais constantes é a agressão física.*³⁰

A agressão física permanece, portanto, como instrumento tradicionalmente eficaz de desarticulação do processo de lutas surgidas e desenvolvidas, também, entre os anos 1950 e 1960 no campo, onde as Ligas Camponesas representavam o paradigma a ser combatido. No entanto, na prática ocorreu um reordenamento da luta camponesa. A incorporação da questão fundiária à temática da segurança nacional, na medida em que caberia ao Conselho de Segurança Nacional (CSN)³¹ consentir na concessão de terras em áreas consideradas indispensáveis à tal segurança, resultou na sua militarização, com a intervenção do exército³².

Essa nova dinâmica na luta dos camponeses - que ficou evidenciada de forma mais contundente na região amazônica, onde as Frentes Pioneiras mostraram ser um grande fracasso – demandou novas estratégias de organização e representação política para o contínuo embate contra a ditadura e o exército privado dos grandes proprietários rurais.³³ A organização de sindicatos rurais e de novas lideranças

³⁰ -Conferir: DE MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Dimensões políticas da violência no campo*. In: www.historia.uff/temop/nb1.html. Copiado em 27/01/2004. P. 5.

³¹ - Decreto nº 63.282 de 25 de setembro de 1968 que regulamenta a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. In: BICUDO, Hélio. **Segurança nacional ou submissão**. RJ: Paz e Terra, 1984, p.148.

³² - A Doutrina de Segurança Nacional foi constituída no seio de militares e civis participantes vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG) que articulavam a defesa do desenvolvimento econômico do país com a soberania nacional e a contenção da ameaça de revolução comunista no Brasil. Sobre o tema conferir: BICUDO, Hélio. **Segurança nacional ou submissão**. RJ: Paz e Terra, 1984; MARTINS, Roberto R. **A segurança nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986; OLIVEIRA, Eliézer. **As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964 -1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976, VIEIRA, Fernando A.da Costa. **Desenvolvimento e meio ambiente na Amazônia: a Transamazônica e o Jari**. Dissertação de Mestrado. RJ: IFCS, UFRJ, Departamento de História, 1996.

³³ - Conferir: GRAZIANO DA SILVA, Jr. **A MODERNIZAÇÃO DOLOROSA: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982; VELHO, Otávio

contou com a participação da Igreja Católica, que desde a década de 1960 atuava no campo através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).³⁴

Influenciada pela Teologia da Libertação,³⁵ as CEB's tornaram-se importante espaço de articulação de camponeses para a organização de estratégias de luta contra a crescente concentração fundiária das regiões de frentes pioneiras. Buscando maior articulação entre as diferentes CEB's, surgiu em 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A CPT permitiu maior visibilidade para a tensão no campo apontando de forma clara os limites e contradições do processo de modernização da agricultura brasileira.

A Igreja

*acaba se defrontando com a missão política de
constituir o canal de mediação das lutas
camponesas e de expressão do seu projeto, que
fica assim implícito, pressuposto, apenas
delineado, formulação inacabada das*

Guilherme. **Frentes de Expansão e estrutura agrária: estudo de processo de penetração numa área da Transamazônica.** RJ: Zahar, 1982.

³⁴ - As CEB's se apresentavam como pequenos grupos de fiéis que se organizavam em torno de uma paróquia urbana ou capela rural e que debatiam as dificuldades de seus problemas cotidianos, isto é, moradia, emprego, violência, fome, etc. Sobre as CEB's conferir: Frei Betto, **O que é Comunidade Eclesial de Base**, SP: Brasiliense, 1981; Paiva, Vanilda (org.). **A Igreja e a questão agrária.** SP: Loyola, 1985.

³⁵ - A Teologia da Libertação buscou construir nova teoria abarcando contribuições da sociologia rompendo com a tradicional visão da realidade que negava a relação entre dependência e opressão das classes populares. Influenciados pelo marxismo, os teólogos procuraram reorientar suas leituras sobre os textos sagrados dimensionando o caráter libertador da palavra de Deus. A Conferência Episcopal Latino Americana de Medellín (1968) e de Puebla (1979) ratificaram a assim chamada "opção preferencial pelos pobres" e, defenderam o engajamento dos sacerdotes na luta política pela democracia e pela justiça social em seus respectivos países. BORDIN, Luigi. **Marxismo e Teologia da Libertação.** RJ: Dois Pontos, 1987; BINGEMER, Maria Clara L. e LIBÂNIO, João B. **Escatologia Cristã.** Petrópolis: Vozes, Coleção Teologia e Libertação, 1985

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

*potencialidades envolvidas nas lutas camponesas.*³⁶

Entretanto, essa mediação foi afetada pelas tentativas de instrumentalização da luta camponesa por parte de organizações políticas, como o próprio MDB e organizações que defendiam a luta contra a ditadura associada ao desabrochar da revolução. Essas propostas se encontravam distantes da realidade vivenciada pelo campesinato brasileiro. Tal paradoxo ficou mais evidente na região amazônica por conta do processo de crescente migração e formação das frentes agrícolas que se confrontava com a crescente expropriação da terra e assalariamento dos camponeses, conforme indicado anteriormente.

No contexto dos anos 1980, a atuação da CPT e o recrudescimento da luta no campo resultaram em nova espiral de violência, em especial, com o processo de abertura política em fins dos anos 1970 que implicou em nova postura do Estado na contenção dos movimentos populares. Diante da nova realidade, assistiu-se à privatização do uso da violência física com o aumento do número de assassinatos de lideranças rurais praticados por matadores de aluguel encomendados pelos proprietários rurais, que contavam com o beneplácito da impunidade, legitimada pelo judiciário e aparelho policial público.³⁷

³⁶ - MARTINS, José de Souza. Op. cit, p. 135.

³⁷ - Em 1980 foram 53 os mortos no campo, passando para 69 em 1981, alcançando a assustadora marca de 216 assassinatos em 1987. Fonte: www.mst.org.br/biblioteca/assassinatosnocampo Copiado em 01/02/2004.

Na Amazônia, o impacto da violência foi maior. José de Souza Martins lembra que entre 1971 e 1972, a região correspondia a 8% dos mortos por conflitos na terra no país. Já em 1976, o percentual passou a corresponder a cerca de 90%.³⁸ Sem entrar em detalhes sobre a raiz das tensões na Amazônia, cabe apontar um fato específico: apesar de a Amazônia ser o centro de maior tensão e violência, foi no sul do Brasil que a luta camponesa apresentou nova dinâmica.

No outro extremo do país, no Rio Grande do Sul, a agricultura passou por modificações estruturais onde a cultura da soja se expandiu atendendo ao mercado exportador. Simultaneamente, projetos de infra-estruturas complementavam a paisagem local, entre os quais a construção de barragens.³⁹

Essas obras implicavam desapropriação de camponeses de vastíssimas áreas de plantio – só a construção de barragens ao longo do rio Uruguai implicou na expulsão de cerca de 400.000 famílias entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina – sem que fossem pagas indenizações que permitissem aos lavradores reconstruir suas vidas.

³⁸ - MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência. A questão política no campo.** SP: Hucitec, 1991, p. 77.

³⁹ - Cabe ressaltar que no Nordeste a formação de lagos para a construção de açudes para a irrigação resultou na expropriação de extensas terras ribeirinhas visando estabelecer perímetros irrigados. Embora essas barragens tenham uma concepção diferenciada do processo no Sul do país, o impacto final é semelhante: a expulsão dos trabalhadores rurais. Conferir sobre o tema: GRZYBOWSKI, Cândido. **Mobilização social de trabalhadores rurais: possibilidades e limites da democratização das áreas rurais do Brasil.** RJ: CPDA, 1990, tese mimeografada.

A luta destes camponeses expulsos de suas terras originou o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB).⁴⁰ A sua organização explicitou o papel aglutinador da CPT que unificou na luta os atores sociais e construiu novas estratégias que expressavam a realidade social vivenciada.

Foi dentro desse quadro de transformações e autoritarismo que surgiu o MST. Apesar da repressão que afetou a sociedade brasileira pós-1964, apesar das tentativas de contenção do movimento camponês com o uso da violência em larga escala, o histórico de lutas do campesinato brasileiro se reergueu para organizar novo sentido à sua realidade. Cabendo ressaltar que a formação do MAB ocorreu paralelamente à própria construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que da mesma forma contava com a presença da CPT em sua organização.

O próximo capítulo irá estudar a construção do MST, sua consolidação e os projetos e lutas que marcam o movimento no campo brasileiro.

CAPÍTULO 2 - A TERRA CHAMA À LUTA: O MST E A REFORMA AGRÁRIA

⁴⁰ - Sobre o tema ler: RIBEIRO, Ana M. Motta. Sindicalismo, barragens e narcotráfico. In: COSTA, L.F de C. e Moreira, Roberto José. **Mundo Rural e Cultura**. RJ: Mauad, 2002; VAINER, Carlos e ARAÚJO, Frederico. Grandes Projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional. RJ:CEDI, 1992.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

2.1 - O nascimento do MST

Os últimos anos da década de 1970 e a primeira metade da década de 1980 foram marcados pela agonia do governo militar. Lenta agonia diante da grave crise econômica que corroía a renda dos trabalhadores urbanos e, também, ante o aumento da pressão política efetuada pela sociedade, defendendo a redemocratização do país.

O MST surgiu como expressão de um processo de lutas travado no sul do país ao longo de 1979. Sua raiz data do mês de maio do ano anterior, quando 1800 famílias de colonos foram expulsas de terras localizadas na área da Reserva Indígena de Nonoai. Na região viviam os índios Kaingang, cuja reserva foi criada em 1847.

A presença de colonos na região remontava aos anos 1940, sendo que, por volta de 1963, cerca de 5000 famílias para lá se dirigiram, organizadas pelo Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER).⁴¹ Estas famílias ocuparam terras da fazenda Sarandi e, após terem sido desalojadas, foram realocadas pelo governo gaúcho em áreas localizadas na reserva indígena.

Em maio de 1978, apoiados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), os índios Kaingang conseguiram retomar suas terras, expulsando os colonos. As alternativas apresentadas, migrar para projetos de colonização na Amazônia ou tornarem-se assalariados, no campo ou na cidade, não atendiam aos anseios da

⁴¹- Conferir: MANÇANO, Bernardo. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, p. 51.

ampla maioria. A luta pela terra passou a ser vista como importante ponto alternativo à realidade vivenciada por esses colonos.⁴²

Desorganizados e sem maior experiência de luta, esses colonos se dispersaram ao longo do campo gaúcho, deslocando-se para municípios onde possuíam parentes, acampando ao longo das rodovias gaúchas ou se articulando junto à Igreja Católica e às Igrejas Evangélicas de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) na defesa de uma vida mais digna.

Na própria origem do movimento se encontra, portanto, a

exclusão de todo um conjunto de trabalhadores do processo de modernização pelo qual passou a agricultura do Sul do país e que resultou na impossibilidade de reprodução social de setores de pequenos agricultores familiares. A crescente dificuldade em dividir os já pequenos lotes ou de comprar novas terras na própria região, tendo em vista o progressivo caráter empresarial que essa agricultura assumia e os altos preços da terra, gerou contingentes de trabalhadores precariamente integrados na

⁴² - Ver a respeito: FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 51.

produção. Eles iriam constituir uma das bases da luta pela terra.

Frente à pressão que se intensificava, uma solução encontrada por parte dessa produção, estimulada pela propaganda da política agrária dos governos militares, foi à migração para as áreas de fronteira, em busca de novas terras nos projetos de colonização, quer oficiais quer privados, ou mesmo a ocupação de terras aparentemente devolutas. No entanto, desde logo muitos voltaram, descontentes com as condições inóspitas das novas regiões, com o isolamento e a falta de apoio à produção etc., transformando-se em um alerta importante nos movimentos de luta pela terra no Sul ⁴³.

A inexistência de uma proposta do governo federal que atendesse às reivindicações concretas destas famílias despojadas da terra levou a uma estratégia que resgatava a luta do MASTER, isto é, a ocupação de terras. No mês de junho de 1978, diversos grupos de famílias de colonos iniciaram a ocupação das glebas

⁴³- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de, **História dos Movimentos Sociais no Campo**, Rio de Janeiro: FASE, 1989, p. 147.

Macali e Brilhante na região de Ronda Alta e da Reserva Florestal da fazenda Sarandi, na região de Rondinha.⁴⁴

Sintomaticamente, a fazenda Sarandi foi um dos palcos do conflito pela posse da terra nos anos 60 no Rio Grande do Sul. A ocupação das terras agora expressava algumas das permanências que o movimento campesino incorporou em seu imaginário coletivo. O MST se apresentava e se apresenta como um continuador das lutas de movimentos no campo, tão díspares e diversos como o MASTER e as Ligas Camponesas.⁴⁵

Émerson Neves da Silva em **Formação e ideário do MST**, afirma que a

*conjuntura histórica latino-americana estimulou a criatividade teórica do MST, que refletiu em seu arcabouço teórico as demandas, a cultura popular, as experiências de lutas anteriores e, sobretudo, o caráter radical, ou seja, a fé na superação das contradições agrárias e sociais somente por meio da intervenção organizada dos sem - terra.*⁴⁶

⁴⁴ - Ibidem idem, p. 51.

⁴⁵ - Conferir o sítio do MST em São Paulo, www.mst.org.br/mstsp.

⁴⁶ - DA SILVA, Émerson Neves. **Formação e ideário do MST**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004, p.289.

Essa conjuntura era caracterizada pela reestruturação do modelo agro-exportador, associado, no plano político, ao avanço de grandes movimentos populares que contestavam os governos autoritários de corte militar ou oligárquico, como no caso nicaragüense, por exemplo.

Entretanto, ainda que os sem-terra procurem se apresentar como herdeiros de uma tradição de luta no campo, cabe ressaltar algumas diferenças e aproximações entre o MST e estes movimentos, que, sem dúvida, são significativos na constituição de uma identidade política. O historiador Eric Hobsbawm lembra a esse respeito que

*os homens vivem cercados por uma vasta acumulação de mecanismos passados, e é natural recolher os mais adequados e adaptá-los para os seus próprios (ou novos) fins.*⁴⁷

Nesse sentido, a busca de uma tradição de luta política legitima as ações presentes, construindo pontes entre movimentos que, por vezes, apresentavam nítidas diferenciações ideológicas e organizativas, mas que trazem como semelhança o anseio por uma vida melhor.

O próprio João Pedro Stédile apontou que

⁴⁷ - HOBBSWAM, Eric. **Pessoas extraordinárias. Resistência, rebelião e jazz.** RJ: Paz e Terra, 1998, p. 75.

nós do MST nos consideramos herdeiros e seguidores das Ligas Camponesas, porque aprendemos com sua experiência histórica e ressurgimos com outras formas. ⁴⁸

Uma rápida análise acerca da atuação das Ligas Camponesas e do MASTER permitirá compreender as permanências e distanciamentos entre estes movimentos e o MST.

2.2-Um breve histórico acerca das Ligas Camponesas e do MASTER

As primeiras Ligas Camponesas se organizaram no Nordeste, como expressão do processo de vinculação dos movimentos rurais ao PCB. O perfil dessa luta passou por transformações na década de 1950, em grande parte fruto da atuação do Partido Comunista do Brasil (PCB), que apresentara em seu *Manifesto de Agosto* (1950) resolução favorável ao avanço revolucionário no país. O ingresso de militantes no campo representou novo grau de radicalização nas lutas camponesas por todo o país. ⁴⁹

A radicalização da ação de militantes comunistas no campo expressou as limitações vivenciadas pelo PCB no plano político diante da concretização da cassação de seu registro em 1947. A interdição legal levou o partido para ações na

⁴⁸ - FERNANDES, Bernardo Mançano e STÉDILE, João Pedro. **Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 18.

⁴⁹ - O Decreto 7038 de 1944 autorizava a sindicalização rural. Entretanto, a ausência de maior pressão dos trabalhadores rurais se traduzia no pequeno número de organizações criadas no campo. Ver detalhes em: AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. RJ: Paz e Terra 1982, p. 55.

clandestinidade. A defesa da radicalidade revolucionária se apresentou, então, como o espaço possível de luta no Brasil. Preparar o campo e a cidade para essa luta tornou-se objetivo a ser concretizado. Porecatu, Trombas e Formoso são alguns exemplos de lutas que traduzem o momento vivenciado pelo PCB. A partir da *Declaração Política de Março*, de 1958, ficou decidida a uma mudança na política do Partidão com a defesa do viés pacífico para a implantação do socialismo no Brasil, o que fortaleceu o avanço de sindicatos rurais sob a liderança comunista.

Além disso, a criação da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), em 1954, representou novo patamar na luta pela organização e fundação de sindicatos rurais para fortalecer o movimento camponês no país.

Nesse contexto de radicalização política no campo, foi criada, no ano de 1955, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, por trabalhadores do Engenho Galiléia, a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP). A imprensa pernambucana, especialmente os jornais conservadores, denominaram-na Liga Camponesa da Galiléia, numa alusão direta aos movimentos organizados pelos comunistas.

Inicialmente, a SAPPP tratava de questões assistenciais dos camponeses membros da sociedade. Entretanto, na medida em que a Liga da Galiléia se consolidava, a reação se fazia presente. A expulsão dos foreiros pelo proprietário do Engenho Galiléia demandou nova estratégia para a SAPPP.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Nesse sentido, a busca de alianças em Recife se apresentou como importante novidade. O contato com o advogado Francisco Julião tirou a SAPP de seu isolamento, trouxe visibilidade para a luta dos camponeses da região, promoveu a multiplicação da organização de Ligas Camponesas pelo Nordeste e em outras regiões do Brasil.⁵⁰

Um fator que favoreceu a organização e a atuação das Ligas Camponesas foi a própria conjuntura política pernambucana nos anos 50, marcada pelo avanço eleitoral das esquerdas. Após décadas de predomínio oligárquico, em 1958 foi estruturada uma frente política, as Oposições Unidas, que incorporava o PCB, o PSB, o PTB, o PST e a UDN, lançando o usineiro Cid Sampaio candidato para a eleição ao governo do estado.

A aliança impôs fragorosa derrota ao PSD. A plataforma política da aliança resgatava parte das propostas defendidas pelo Congresso da Salvação do Nordeste, realizado entre 20 e 27 de agosto de 1955, no Recife, favorável a uma política industrialista visando reduzir a desigualdade regional entre o Nordeste e o Centro-Sul.

O documento final apresentado no Congresso da Salvação do Nordeste também demandava

⁵⁰- Conferir também: AUED, Bernadete Wrubleski. **A vitória dos vencidos. Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas, 1955-1964.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1986; BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas.** Petrópolis: Vozes, 1984; JULIÃO, Francisco. **O que são as ligas camponesas.** RJ: CIV. Brasileira, 1962.

a promoção de medidas para execução de uma reforma agrária, que atenda aos reclamos das populações rurais e vise ao desenvolvimento da economia do país e à maior produção de gêneros de subsistência. ⁵¹

Foi nesse contexto político que a desapropriação do Engenho Galiléia, marco inicial da luta das Ligas, foi efetivada, mediante lei estadual aprovada em 1959. A desapropriação permitiu a expansão das Ligas, que, em 1961, em Pernambuco, chegaram a contar com 10.000 associados e cerca de 40 sedes municipais. ⁵²

A ruptura da frente das Oposições Unidas não arrefeceu o ímpeto das Ligas. Pelo contrário. Novo arranjo político fortaleceu as esquerdas pernambucanas com a candidatura vitoriosa de Miguel Arraes, eleito para o governo do estado em 1962, pelo acordo denominado Frente de Recife (PTB, PCB, PSB) junto com o PSD. A vitória de Arraes representou um contexto favorável à atuação das Ligas, na medida em que o governo estadual, no início de seu mandato, buscou negociar com os movimentos rurais uma pauta de reivindicações que permitissem a contenção das tensões no campo, dentro dos parâmetros definidos pela Constituição do Brasil de 1946.

Para Arraes, seu governo deveria buscar mediar os conflitos no campo e forçar o respeito patronal ao Estatuto do Trabalhador Rural, sancionado pelo

⁵¹ - Resoluções finais do Congresso de Salvação do Nordeste. In: SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo do Arraes. Nacionalismo em crise – 1955/1964**. RJ: Paz e Terra, 1982, p. 56.

⁵² - Conferir os dados em AZEVEDO, Fernando Antonio. Op. Cit. p. 73.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

governo Jango em março de 1963. A radicalização das Ligas aponta uma dualidade na relação destas com o governo Arraes: por um lado, assumiam o apoio ao governo contra a reação conservadora; por outro, questionavam os limites do governo e pressionavam por uma política mais radical no campo.

Sem entrar em detalhes sobre a posterior trajetória das Ligas Camponesas, cabe centrar nossa análise em um ponto resgatado pelo MST: a necessidade de ruptura com o seu isolamento local, o que fortalecia a repressão dos grandes proprietários rurais. O MST buscou fazer da luta pela terra uma questão que transcende o mundo rural, articulando à sua luta outros movimentos sociais, em especial, os urbanos, como por exemplo, o dos Sem-Teto.

Essa linha política dos sem-terra foi aprovada no IV Congresso Nacional do MST, em agosto de 2000, quando ficou decidido que o movimento deveria

articular-se com os trabalhadores e setores sociais da cidade para fortalecer a aliança entre o campo e a cidade, priorizando as categorias interessadas na construção de um projeto político popular.

- *Desenvolver com os trabalhadores desempregados a ocupação das áreas*

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

ociosas nas periferias das cidades e organizar atividades produtivas.

- *Realizar atividades de formação política em conjunto com jovens da classe trabalhadora.*
- *Apoiar os movimentos de luta pela moradia.*
- *Organizar acampamentos.*⁵³

Essa estratégia aproxima os sem-terra dos deserdados urbanos, além de apontar que a luta pela terra no Brasil se vincula com outras lutas contestatórias da exclusão que caracteriza o país. Com isso, busca repensar a agenda política do país, conseguindo transformar a defesa da reforma agrária num projeto associado à superação da miséria do mesmo.

Por outro lado, o MST transcendeu a estratégia de luta das Ligas Camponesas que ficavam centradas no campo da pressão política. Julião, em seu texto **O que são as Ligas Camponesas**, expõe a ação do movimento em torno do binômio, organização e ação judicial.⁵⁴ O camponês que se integra a uma Liga se caracterizava por ser assalariado rural e / ou foreiro, diferentemente da atual realidade do MST. Por já se encontrar na terra, lutava pelo reconhecimento de seu trabalho e defendia a extensão do direito de voto aos analfabetos. A própria defesa

⁵³ - Resoluções do IV Congresso Nacional do MST. Copiado em 06 de junho de 2004.

www.mst.org.br/quemsomos

⁵⁴ - JULIÃO, F. Op. cit. P. 46-50.

da reforma agrária se fazia no espaço institucional, mediante pressão no Congresso Nacional e junto ao governo Jango, o que explica a proposta de formação de um partido das Ligas Camponesas.

Concretamente, o MST apreende das Ligas sua capacidade de utilizar a pressão política e jurídica para a defesa da reforma agrária, mas se distancia, efetivamente, ao radicalizar seu instrumento de luta. Podemos afirmar que, nesse sentido, o MST se aproximou das práticas utilizadas pelo MASTER. Ainda que João Pedro Stédile busque apontar um afastamento entre o MST e o MASTER, ele próprio reconhece a continuidade de uma memória histórica que vai caracterizar a luta camponesa, como veremos na entrevista de Stédile ao geógrafo Bernardo Mançano:

Bernardo: não existe nenhuma relação entre o surgimento do MST e a experiência histórica do MASTER?

João Pedro: Não. O que existe é uma memória histórica que sempre fica presente. O que afirmo é que não há um fio condutor que une as duas organizações. Por exemplo: o MASTER tinha ideólogos e dirigentes políticos ligados ao antigo PTB, naquele estilo de trabalho deles. Já o MST surge do trabalho das Igrejas Católica e Luterana. Esse trabalho pastoral das igrejas

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

também faz parte da gênese do MST. E não tem nada a ver com o PTB.⁵⁵

Na mesma entrevista, Stédile aponta que,

é muito simplista dizer que o MST surgiu no norte do Rio Grande do Sul, embora aqueles camponeses possam ter na memória a experiência histórica de lutas anteriores.⁵⁶

Mas o que foi o MASTER, que, embora renegado pelo MST, tem na sua história o próprio nome como um elemento continuador destas lutas pela terra no Brasil?

O MASTER surgiu no final dos anos 1950, fruto da luta de 300 famílias de posseiros na região de Encruzilhada do Sul, no Rio Grande do Sul. A vitória do candidato do PTB ao governo gaúcho, Leonel Brizola, representou um período de conquistas para o MASTER. O governador Brizola garantiu a desapropriação de terras em litígio e assegurou o título de posse destas terras aos integrantes do movimento.

⁵⁵ - FERNANDES, Bernardo Mançano e STÉDILE, João Pedro. OP. Cit., p. 18.

⁵⁶ - Ibidem id. P. 19.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Inicialmente, o MASTER objetivou lutar contra o monopólio da terra, defender a permanência na terra de quem nela produzisse e organizar o movimento camponês visando pressionar o Congresso a votar uma lei de reforma agrária.

A estratégia desenvolvida ao longo dos anos 60 foi a de organizar acampamentos junto aos latifúndios improdutivos, iniciando o processo de ocupação da terra. Uma vez ocupada a terra, requeriam a desapropriação da área, utilizando o parágrafo 3º do artigo 174 da Constituição gaúcha, que afirmava que cabia ao estado promover planos especiais de colonização quando tal medida fosse pleiteada por um mínimo de cem agricultores sem terra de uma determinada região.⁵⁷

As ocupações eram, portanto, um instrumento fundamental no processo de agilização da reforma agrária gaúcha. Independentemente de o quadro conjuntural ter mudado com a derrota do PTB nas eleições estaduais de 1963, a experiência da luta do MASTER foi apreendida pelo MST. A ocupação se apresentou como instrumento essencial na luta do movimento.

Considerando a leitura de Hobsbawm⁵⁸, apresentada anteriormente, a manutenção da tradição de luta no campo pelo MST resultou na incorporação das experiências de movimentos anteriores, requalificando o movimento na luta diante de novas realidades sócio-políticas. Essa prática expressou as dinâmicas dos movimentos sociais que se organizaram no Brasil após a década de 70.

⁵⁷ - AQUINO; VIEIRA, Fernando; ROEDEL, Hiran e AGOSTINO, Gilberto. **Sociedade brasileira: Uma história através dos movimentos sociais. Da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo**. RJ: Record, 2000, p. 617.

⁵⁸ - Conferir a nota 6 do presente capítulo.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Estes movimentos podem ser incluídos naquilo que Karner identifica como uma

*nova concepção política, que não está apenas voltada para a conquista de um futuro melhor distante – mas que levanta como meta a realização de uma existência cotidiana digna de viver, e que se vai obtendo também a cada dia – (...)*⁵⁹

Para Karner, esses novos movimentos sociais começariam sua luta visando eliminar a alienação cotidiana.⁶⁰ Ora, o MST expressa no campo esse novo conceito organizacional de movimento. A luta pela terra se encontra vinculada com a construção de novos valores e laços de solidariedade entre seus integrantes e a própria sociedade brasileira.⁶¹ Esta ligação do MST com outros setores sociais que moldam a sociedade brasileira representa uma ruptura com o que Zygmunt Bauman definiu como o maior e mais persistente sucesso da ofensiva do mercado sobre a sociedade: o esfacelamento das habilidades de sociabilidade que ferem mortalmente o desejo e o sentido da solidariedade humana.⁶²

⁵⁹ - KÄRNER, Hartmut. Movimentos sociais: revolução no cotidiano. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (orgs.) **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. SP: Brasiliense, 1987, p. 33.

⁶⁰ - Ibidem idem. P. 33.

⁶¹ - Conferir **Nossos Desafios**. In: www.mst.org.br.

⁶² - BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos**. RJ: Jorge Zahar, 2004, p. 96.

Em última instância, o MST compreende que sua luta se insere num contexto mais amplo, o da luta de classes no país, o que demanda uma maior sensibilidade na compreensão das mazelas vivenciadas pelos camponeses e num maior grau de organização dos camponeses na luta. A própria formação dos assentamentos se estrutura para os sem terra como um projeto que objetiva

acumular forças no atual estágio da luta de classes no país e proporcionar novas circunstâncias que favoreça a constituição de um novo homem e de uma nova mulher. ⁶³

Além disso, o MST, como expressão dos novos movimentos sociais, rompe com a lógica espacial tradicional, utilizando-se da mídia e dos modernos meios de locomoção, para assumir um caráter desterritorializado. A própria produção de uma nova cultura política aproxima os sem terra da luta de camponeses bolivianos, palestinos e pequenos produtores rurais franceses. Se considerarmos o próprio MST, as especificidades do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e do Pará, apenas para tomarmos alguns exemplos, são integradas num eixo comum, incluindo a produção de uma identidade cultural coletiva. ⁶⁴

Dessa forma, vemos que o MST se insere na conjuntura dos anos 70, em que novas formas de organização e luta surgiram no país.

⁶³ - **O que levar em conta para a organização do assentamento. A discussão no acampamento.** SP: CONCRAB, *Cadernos de cooperação agrícola*, nº 10, maio de 2001, p. 8.

⁶⁴ - Ver o texto de SCHERER-WARREN, Ilse. **O caráter dos novos movimentos sociais.** In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (orgs.) op. cit., p. 39.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

2.3 – A formação do MST

A luta dos sem terra do Rio Grande do Sul levou-os a perceber a necessidade de uma maior aglutinação de interesses e a organização de uma estrutura institucional que permitisse uma rede de solidariedade, além da troca de experiências de luta.

A base dessa organização já se encontrava embrionária no interior das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), e sedimentou a idéia de uma estratégia de luta comum que neutralizasse a repressão. O impacto da luta na Fazenda Sarandi e a organização do acampamento na Encruzilhada Natalino – que, num primeiro momento, haviam se tornado referências para pensar novas formas de luta e estratégias de resistência dos camponeses sem terra - já eram ultrapassados pela rapidez com que a luta no campo avançava.

Entre 23 e 26 de setembro de 1982, em Goiânia, foi realizado um encontro de trabalhadores rurais e agentes pastorais de diversos estados brasileiros, que trocaram experiências e articularam estratégias comuns para ações no campo.

Além disso, surgiu uma importante idéia: a de construir uma estrutura política nacional que permitisse constantes articulações entre os grupos regionais.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Isso apesar de resistências dos grupos mais próximos a Igreja Católica que defendiam a manutenção da Comissão Pastoral da Terra (CPT) como o espaço de articulação nacional.

Ao término do encontro foi formada uma Coordenação Nacional Provisória dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que deveria estruturar um novo encontro nacional. Também foi apresentado um documento que condenava a concentração de terra no país e a violência no campo e conclamava os trabalhadores rurais a se organizarem politicamente.⁶⁵

Em 17 e 18 de dezembro de 1983, sob o apoio da CPT, da Igreja Luterana e de diversos sindicatos de trabalhadores rurais, foi organizado o I Encontro Estadual de Sem Terra, em Frederico Westphalen, noroeste do Rio Grande do Sul. Mais do que discutir a construção de um fundo de terras visando dar sustentabilidade à luta, o encontro buscou estruturar o eixo para o I Encontro Nacional que seria realizado em Cascavel, Paraná.

O encontro de Cascavel já trazia um importante somatório de experiências na luta dos sem terra. Algumas lutas apresentavam saldo positivo e, por isso mesmo, deveriam ser partilhadas entre os movimentos por todo o país. A estruturação de um movimento nacional era visualizada como um caminho natural para enfrentar a repressão e forçar o Estado à negociação.

⁶⁵ - Carta de Goiânia, 26/09/1982. In: FERNANDES, Bernardo M., Op. Cit., pp. 76-78.

Um ponto significativo marca o processo de construção do MST: a busca de alianças com movimentos e organizações não necessariamente ligadas à luta pela terra. Isso se percebe ao se verificar a presença do Conselho Indigenista Missionária (CIMI), das Igrejas Católica e Luterana, sindicatos, CUT, Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), a CPT e a Pastoral Operária de São Paulo, entre outras organizações.

Nesse sentido, os sem terra recuperavam, mais uma vez, a experiência das Ligas Camponesas que compreenderam a necessidade de ruptura com o bloqueio político imposto e desejado pelos grandes proprietários rurais. Essa aproximação daria ao movimento maior capacidade de articulação política e respaldo para suas ações, além disso, construiria uma frente integrando o campo e a cidade, rediscutindo estratégias numa luta comum contra a exploração capitalista.

Entre 1984 e 1990, o MST consolidou sua organização pelo território brasileiro, na medida em que os participantes das lutas pela terra assumiam como identidade política sua vinculação com a luta dos sem terra, assumindo como estratégia a territorialização do movimento.

A territorialização do movimento representa novo patamar da luta do MST ao associar a organização dos sem terra à formação de assentamentos conquistados. O movimento avançou conquistando terra. Cada conquista de terra representa uma

*fração do território, onde os sem terra vão
constituir uma nova comunidade. O*

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

*assentamento é um território dos sem terra. (...)
Cada assentamento é uma fração do território
conquistada e a esse conjunto de conquistas
chamamos territorialização.* ⁶⁶

É nesse sentido que se dá o novo no MST! O movimento não se apresenta para organizar a luta pela terra numa determinada região, pelo contrário, é a existência de formas de luta pela terra que explicam a organização do MST pela extensão do território brasileiro. Ora, a realidade da concentração de terras em todas as unidades federativas do Brasil permitiu ao MST se espriar ao longo do país se apresentando como um movimento vivo e pulsante, capaz de superar suas limitações e aprender com seus próprios erros.

A territorialização dos sem terra demandou novas formas de organização do movimento e um grau maior de articulação nacional. Desta forma, os diversos encontros e congressos do MST, organizados ao longo dos anos, apresentaram-se como espaços contínuos de formação de lideranças e de renovação de estratégias e projetos políticos. Nesses espaços, discute-se a realidade nacional, buscam-se novas alianças políticas e são programadas as ações que o movimento realizará visando pressionar o poder público para efetuar a reforma agrária.

Dentro desses espaços são também detalhados formas de interação entre os atores da própria razão de ser do movimento, os trabalhadores sem-terra. Esses

⁶⁶ - FERNANDES, Bernardo Mançano e STÉDILE, João Pedro. OP. Cit., p. 78.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

camponeses, arrendatários e meeiros expulsos da terra, lutam para permanecer nela, na medida em que dela tiram não só o sustento de suas vidas, como também, por conta dos valores culturais construídos e reproduzidos a partir do seu cotidiano no campo.

Nesse sentido, os simbolismos do movimento são construídos dentro da própria experiência da luta. Se num primeiro momento a estratégia era a de ocupar e resistir, acentuando a estratégia de resistência no processo de ocupação da terra, num segundo momento, a compreensão de que os sem terra deveriam transformar a terra ocupada forçando o poder público a efetivar a desapropriação da mesma levou à incorporação do lema “Ocupar, resistir, produzir”. Mais do que palavras ao léu, elas representam a nova essência do MST ao longo dos anos de 1990. A ocupação implicaria na preparação da terra para o imediato plantio visando alimentar as famílias envolvidas e, ao mesmo tempo, explicitar aos olhos da sociedade o compromisso dos sem terra com a produção, e não com a especulação.

Um ponto importante a ser debatido trata da organização interna do MST nos acampamentos e assentamentos, vistos como o próprio espaço dinâmico que estrutura o simbolismo do movimento.

2.4 - A organização interna do MST

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

Expressando a forte influência da igreja na sua formação, podemos apontar que a estrutura interna dos sem terras se manifesta numa antinomia: a de uma estrutura centralizada, com rígida disciplina interna, e, ao mesmo tempo, uma autonomia para cada seção local realizar políticas centradas no objetivo da luta pela terra.

Isso se traduz pelo fato de que a Coordenação Nacional do MST orienta as políticas macros das Coordenações Estaduais, mas não intervém nas decisões tomadas nos estados. Com isso, a Coordenação Nacional busca apresentar propostas de estratégias de ação com uma dinâmica nacional e, ao mesmo tempo, incorporar as propostas e estratégias desenvolvidas nos estados.

A Coordenação Nacional também tem o importante papel de ratificar os nomes indicados pelos estados para a composição do Diretório Nacional, mediante votação nos assentamentos, acampamentos e outros espaços ligados ao movimento. O Diretório Nacional é composto por 21 membros com diferente composição social. Camponeses, professores, economistas representam a base social da direção do movimento. Nenhuma novidade! As Ligas Camponesas apresentaram estrutura social similar. As lideranças camponesas das Ligas representavam 52,9% do total de 51 membros. Desses, apenas quatro, todos de origem camponesa, não sabiam ler ou escrever.⁶⁷

James Petras, em artigo publicado em 2001, apontou que um dos motivos para a capacidade de ação do MST se encontra em sua capacidade de implementar

⁶⁷ - STÉDILE, João Pedro (org.). **História e natureza das ligas camponesas**. SP: Expressão Popular, 2002, p. 59.

de forma bem sucedida uma estratégia que coordena a luta pela transformação do campo com a dos trabalhadores sem terra.⁶⁸

O autor apresenta dez hipóteses para explicar o sucesso da atuação das lideranças do movimento. Vamos nos deter em algumas, considerando sua relevância para a pesquisa.

1- As lideranças seriam enraizadas no campo, criando vínculos efetivos com os militantes de acampamentos. Reforçando essa análise, Petras apresenta alguns dados estatísticos acerca dos quadros do MST. Segundo esses dados, 65% são descendentes de pequenos lavradores ou de trabalhadores rurais. Apenas 9 % seriam originários de famílias de médios e grandes proprietários rurais. Da liderança do movimento, 79% teriam vínculos similares aos da base do movimento. Comparando com a realidade das Ligas Camponesas, podemos perceber uma vinculação mais estreita que permite estruturar ações mais conectadas com a realidade das bases, além de reforçar laços de confiança;⁶⁹

2- As lideranças possuem uma bagagem cultural e elevado nível de instrução, capacitando-as a formular novas análises e estratégias diante de mudanças no quadro político-social em que atuam. O próprio Petras aponta que metade das lideranças do movimento possuem uma formação posterior ao ensino médio - graduação em

⁶⁸ - PETRAS, James. La dinámica social del movimiento de los trabajadores sin tierra: diez hipótesis sobre un liderazgo exitoso. 22/04/2001. Copiado em 20/08/2006 em www.rebellion.org

⁶⁹ - Cabe ressaltar que a pesquisa de Petras foi feita sobre uma amostragem com 32 lideranças nacionais e regionais durante um seminário em maio de 2000. Op. cit.

universidades ou em escolas técnicas. Sendo que somente 12% das lideranças entrevistadas nunca freqüentaram a escola ou não completaram seus estudos;

3- O acúmulo de experiências dessas lideranças foi fruto de práticas realizadas com a ação direta, o que permitiu melhor capacidade organizativa, favorecendo o ingresso de novos membros no seu interior. Nesse sentido, o MST passa por uma reciclagem, redimensionando suas ações e demandando maior capacidade de interação das lideranças com a base para a concretização de ações. Podemos apontar a influência leninista que permeia o papel das lideranças no movimento. Cabe-lhes se apresentar como a vanguarda que capacita, gerencia e formula estratégias norteadoras das práticas e ações do movimento. Para os críticos do MST, esse caráter leninista representaria uma forma de controle social por parte das lideranças, asfixiando os debates internos e reproduzindo práticas mandonistas, tão comuns ao espaço rural brasileiro⁷⁰;

4- O movimento estruturou lideranças compromissadas exclusivamente com o MST e sem a preocupação de atuar junto a partidos políticos. Embora os vínculos entre o MST e o Partido dos Trabalhadores (PT) historicamente sejam muito fortes, o MST mantém uma autonomia pontual em relação ao partido, como também, diante do governo Lula. Um exemplo dessa autonomia se configura na mensagem enviada

⁷⁰ - É o caso do artigo de Zander Navarro, Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem terra no Brasil. Em sua análise, Zander Navarro busca enquadrar o movimento aos parâmetros da legalidade institucional, desconsiderando o papel dessas lideranças na formação e capacitação dos sem terra para as ações projetadas. Conferir: NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista**. RJ: Civ. Brasileira, 2002.

pelo boletim eletrônico **Letra Viva**, em que se questiona a timidez do governo em seu programa de reforma agrária. Vejamos o texto.

Durante este ano, o governo fez muito pouco pela Reforma Agrária. Quase não tivemos desapropriações. Os recursos do crédito do Pronaf e, sobretudo, sua forma de aplicação, não chegaram até os assentados, que passaram o ano, praticamente sem recursos. Poucas obras nos assentamentos. Poucos estados conseguiram fazer contratos de assistência técnica. Muita burocracia e incompetência no Incra. Falta de recursos em todo governo, que fechou as torneiras dos gastos públicos para sobrar dinheiro para pagar os juros das dívidas interna e externa.⁷¹

Dessa forma, o MST mantém uma aliança com o PT, sem que isso venha a implicar na subordinação do movimento às diretrizes do partido com sua intrincada rede de alianças e estratégias políticas típicas do jogo parlamentar. O próprio PT não procurou aparelhar o MST tornando-o uma correia de transmissão de suas propostas para o campo. Postura essa diferente daquela empregada pelo PCB, que buscou, em especial após a década de 1950, enviar militantes para o campo objetivando organizar o campesinato, estimular a formação de sindicatos rurais, associações de camponeses e congressos de trabalhadores rurais.

⁷¹ - **Letra Viva**, 09/12/2003.

Além disso, atuou na luta de posseiros e camponeses em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás e Rio Grande do Sul.⁷² Entretanto, essas ações estruturadas pelo Partidão eram atreladas aos debates internos que definiam a estratégia revolucionária a ser seguida pelo PCB, quebrando a autonomia dos movimentos no campo.

Além das questões apontadas por Petras, um aspecto central na constituição das lideranças do MST trata da negação ao culto à personalidade. Em parte por serem alvos fáceis dos assassinos pagos pelos proprietários rurais, em parte para dificultar o acesso do judiciário às lideranças, mas essencialmente por garantir a estrutura deliberativa e participativa das instâncias internas do movimento.

Apesar disso, algumas lideranças se destacam e são vistas pela mídia como a própria expressão de poder no MST. É o caso do agricultor Gilmar Mauro ou do economista João Pedro Stédile. Além deles, Jaime Amorim, João Paulo Rodrigues são vistos como naturais lideranças do movimento. A estrutura colegiada permite ao MST conviver com a extrema diversidade entre as diferentes seções regionais, auxiliando e apoiando decisões tiradas pelo movimento nos estados, construindo uma praticidade que se assume, num segundo momento, como uma experiência a ser partilhada no âmbito nacional.

⁷² - Num primeiro momento, o PCB partiu da premissa que a agricultura brasileira constituía-se em um caráter feudal, demandando sua superação dentro da ótica das relações capitalistas no campo. Diante disso, o Partidão assumiu certo distanciamento da questão rural. Somente em fins dos anos 1940 o PCB passou a voltar seu olhar para o campo. Em artigo publicado na revista PROBLEMAS, nº 19, Prestes já indicava nova postura do partido para o campo, o que se concretizou com o *Manifesto de Agosto* de 1950. Sobre o PCB e o campo conferir: ROEDEL, Hiran; VIEIRA, Fernando e outros. **PCB: 80 anos de lutas**. RJ: Fundação Dinarco Reis, 2002; PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros. História e memória do PCB**. RJ: Relume-Dumará e Fundação Roberto Marinho, 1995 e VINHAS, Moisés. **O Partidão – a luta por um partido de massas (1922-1974)**. SP: HUCITEC, 1982.

Nos acampamentos, o MST conta, no geral, com cerca de um ou mais representantes. A liderança – que pode ser individual, mas geralmente é coletiva - responde pela coordenação geral do acampamento e pela manutenção das questões políticas ali definidas. A liderança também organiza o acampamento em grupos que elegem seu coordenador. As lideranças, em conjunto com os coordenadores de grupos, formam a chamada *coordenação do acampamento*, que escolhe aqueles que vão se responsabilizar pelos setores indispensáveis pelo bem estar do acampamento, isto é, educação, saúde, higiene, segurança e alimentação.⁷³

Em relação aos acampamentos, a participação política se dá em duas instâncias. A primeira delas é a reunião da coordenação do acampamento, que ocorre semanalmente e é composta pelos coordenadores de grupos, líderes e responsáveis pelos setores. Essa reunião assume caráter de conselho deliberativo do acampamento. A segunda é a assembléia dos acampados, que é a instância máxima local e dirigida pela representação local do MST.

As reuniões possuem uma pauta organizada coletivamente, o que objetiva uma primeira inserção do acampado nos debates políticos internos. O eixo que norteia a montagem da pauta é o que expressa, previamente, a proposta da direção do MST. Por outro lado, apesar da prévia delimitação do tema, as assembléias dos acampamentos incorporam questões que tratam do cotidiano dos mesmos, em geral relativas à saúde, distribuição de alimentos e segurança.

⁷³ - Conferir o trabalho de TURATTI, Maria Cecília Manzoli. **Os filhos da lona preta. Identidade e cotidiano em acampamentos do MST.** SP: Alameda, 2005, p. 56.

Além disso, são debatidos os temas relativos ao processo de desapropriação da terra onde se organizou o acampamento, isto é, o parecer do INCRA, a atuação do judiciário, entre outros pontos.

As decisões assumem um caráter consensual, que garante a unidade do movimento em torno das propostas aprovadas. Em parte, essa realidade prática que traduz a condução das estratégias do movimento se calca na leitura do “Centralismo Democrático” de Lênin. Eis um ponto que estimula o olhar polêmico em torno o MST! Grande parte da crítica ao movimento se traduz no questionamento do caráter leninista das lideranças dos sem-terra. Zander Navarro em entrevista ao site *Comciência*, em 10/06/2003, afirmou que

o lado negativo, refere-se à matriz ideológica formadora de tais movimentos, inclusive o MST, uma simplória convergência da Teologia da Libertação, pois todos são oriundos do recrutamento e da formação da Igreja progressista, e de um marxismo que sequer chega a ser vulgar, de tão banal que é a sua utilização.⁷⁴

⁷⁴ - www.comciencia.br Entrevista publicada em 10/06/2003 e copiada em 12/09/2004.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

Além do questionamento à junção entre Teologia da Libertação e marxismo, Zander Navarro debate um ponto delicado dentro dos parâmetros da sociedade brasileira: a questão democrática. Para Zander Navarro, o MST ignora o

valor das práticas democráticas e as potencialidades transformadoras da democracia no Brasil. Seja internamente, quanto ao funcionamento da organização e nos assentamentos rurais que controla, seja no que diz respeito à percepção acerca do processo de democratização experimentado pelo país. Internamente, ao instituir um formato organizativo que é extremamente anti-democrático, em seus processos decisórios e em relação à transparência e à responsabilização dos atos e iniciativas, o MST precisou, cada vez mais, adotar comportamentos autoritários, de mando, nas relações entre seus dirigentes e as famílias rurais pobres que procura recrutar, as quais são objeto de freqüentes manipulações, abusivas e intimidatórias. Dessa forma, em relação à legitimidade do MST e seus dirigentes, ao reclamarem o monopólio da representação, a pergunta imediata é a óbvia: quando, e como, tal

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

representação foi publicamente consagrada, significando uma relação legítima entre a direção e a base social? Preferindo manter-se no ideário pseudomilitar proposto pelo demagógico leninismo de seu líder principal, João Pedro Stédile, os dirigentes interditam qualquer chance de desenvolvimento democrático da organização e, da mesma forma, impedem até mesmo que possam se apresentar como legítimos representantes dos sem-terra e suas demandas.⁷⁵

Cabe uma análise mais apurada de um tema constante nas análises de Navarro sobre o movimento sem-terra⁷⁶: o papel da democracia. Como fica evidente na entrevista acima transcrita, Zander Navarro cobra um posicionamento maior dos sem-terra na defesa da estrutura democrática que caracteriza atualmente o país.

As práticas democráticas apregoadas por Navarro representam a consolidação do projeto liberal fundado na visão contratualista da representatividade da política na sociedade. Esse princípio vai se traduzir, como lembra Norberto Bobbio, “*numa transformação mais quantitativa do que qualitativa do regime representativo*”, tornado-se não mais uma alternativa ao modelo, como defendia Rousseau ao apontar

⁷⁵ - Ibidem idem.

⁷⁶ - Conferir também os artigos “Mobilização sem emancipação” – As lutas sociais dos sem terra no Brasil e O MST e a canonização da ação coletiva. Ambas foram publicadas em SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista**. RJ: Civ. Bras., 2002.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

o princípio da soberania popular, mas sim uma correção de rumo que reforça o ideário político da burguesia do século XIX.⁷⁷

Ao apontar uma concepção universalista, esquece o autor, em última análise, que a concepção democrática liberal, em sua pretensão universalista, traduz um conteúdo de classe e, nesse contexto, quando a direção dos movimentos revolucionários assumem os modelos burgueses, assistimos a

*experiências doutrinárias, bancos de intercâmbios e associações operárias, isto é, a um movimento no qual renuncia a revolucionar o velho mundo com ajuda dos grandes recursos que lhe são próprios, e tenta, pelo contrário, alcançar sua redenção independentemente da sociedade, de maneira privada, dentro de suas condições limitadas de existência, e, portanto, necessariamente fracassa.*⁷⁸

Ora, ao refutar a experiência democrática liberal brasileira, o MST, e seu corpo de liderança, não refuta a essência participativa da democracia enquanto expressão rousseaniana de soberania popular. O que se mantém é a clareza no seu papel de articuladores de propostas que atualizem a luta por uma sociedade

⁷⁷ - BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 1995, P. 324.

⁷⁸ - MARX, Karl. **O dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. SP: Centauro, 2006, p. 25.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

igualitária, fraterna e justa. Não à toa, as lideranças do MST assumem a manutenção da crença no socialismo, como aponta Petras em artigo já citado.⁷⁹

Numa sociedade em que o emprego da violência física é ainda constante para a contenção das tensões sociais, e na qual o MST e os diversos movimentos camponeses são as maiores vítimas da truculência dos proprietários rurais e do próprio Estado, falar em potencial transformador da democracia brasileira é desconsiderar o sentido da luta de classes travada no país, e que tem no campo, possivelmente, sua principal arena de embate.⁸⁰

Se relembrarmos a obra **A Guerra civil em França**, de Marx, em que analisava a Comuna de Paris, veremos que a radicalidade democrática defendida pelo autor consistia na superação do conceito de representatividade política exercida pelos *communards*. A eleição dos delegados *communards* não implicava uma delegação de poderes cedida pelo eleitor, mas sim, um mandato revogável pelos cidadãos. Lembra-se, ainda, que Marx argüia que o eixo central da Comuna não era somente a instalação de uma nova ordem democrática na sociedade francesa, mas sim, a superação da sociedade burguesa mediante a emergência da revolução proletária.⁸¹

⁷⁹ - Segundo Petras, 84% das lideranças do MST assumem uma visão otimista diante da possibilidade de mudanças na estrutura sócio-política brasileira em direção a uma sociedade socialista. PETRAS, James. La dinámica social del movimiento de los trabajadores sin tierra: diez hipótesis sobre un liderazgo exitoso. 22/04/2001. Copiado em 20/08/2006 em www.rebellion.org

⁸⁰ - Somente em 2005 os conflitos no campo resultaram em 38 assassinatos num contexto de 777 ocorrências – o que se configura como o maior índice de ocorrências nos últimos 10 anos. Dados obtidos na CPT. www.cptnac.com.br

⁸¹ - MARX, Karl. **A guerra civil em França**. Lisboa: Avante, 1984.

Apesar da leitura de Marx transcender o formalismo da democracia enquanto espaço da ordem, o MST – que não se furta a se reconhecer como herdeiro da produção teórica de Marx – atua dentro dos espaços fixados pela democracia liberal. João Marcos de Almeida Lopes, analisando a concepção de uma cidade estruturada em torno do Assentamento Ireno Alves dos Santos, em Rio Bonito do Iguaçu, centro-oeste do Paraná, aponta o impacto na política local do ingresso dos assentados no município.

Novos eleitores, novos arranjos políticos, pressão pelo fortalecimento da educação e da saúde pública são exemplos de questões que se modificaram no cotidiano local. Na prática, a política local sofreu um novo arejamento, traduzido no avanço da presença popular na arena política. A democracia liberal, defendida como instrumento essencial para a modernização do Brasil, se vê, neste contexto, ampliada e fortalecida com os novos atores e seus projetos políticos.⁸²

Além do mais, mesmo se considerarmos os limites da representatividade política, a crítica ao caráter leninista do movimento e de sua direção esbarra num fato: as lideranças do MST são escolhidas no interior do próprio, reforçando os laços entre acampados, assentados e as diversas instâncias executivas do movimento. O que se poderia pensar seria em que sentido os participantes do MST nos acampamentos e assentamentos incorporaram efetivamente o projeto de transformação defendido pelo movimento ou se ainda estão presos ao olhar de que basta a terra para solucionar seus problemas.

⁸² - LOPES, João Marcos de Almeida. *“O dorso da cidade”*: os sem-terra e a concepção de uma outra cidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista**. RJ: Civ. Bras., 2002.

O papel da liderança seria o de unir em torno de si a base que lidera, mantendo uma visão otimista do êxito da luta e da eficácia das estratégias adotadas. Por se encontrar diretamente vinculada com a sua base social, da qual se originou e a qual se manteve ligada – pode traduzir de forma acessível as linhas de ação, fortalecendo a coesão em torno de suas metas.⁸³

Uma liderança que não contemporizou com o poder, que não se seduziu ante o canto da sireia da aproximação com o governo Lula, mantendo a autonomia do movimento e que ainda crê que sua luta transcende o corporativismo, resgatando a leitura de Marx em **A guerra civil em França** ao não se furtar de assumir a defesa do socialismo como meta.⁸⁴ Nesse sentido, Horácio Martins de Carvalho, em artigo visando contrapor os argumentos de Zander Navarro, afirmou que o MST

não tem receio de defender, mesmo que ora timidamente, ora sem completo conhecimento do conceito erudito, os valores do socialismo.

(...) Nesse sentido, o socialismo, e os valores que intrinsecamente pressupõe, já não mais assustam ou desmobilizam amplas parcelas das classes

⁸³ - PETRAS, James. La dinámica social del movimiento de los trabajadores sin tierra: diez hipótesis sobre un liderazgo exitoso. 22/04/2001. Copiado em 20/08/2006 em www.rebellion.org

⁸⁴ - A compreensão da estratégia do movimento tem reforçado a crítica de certos setores da mídia ao MST. Em 03 de junho de 1998, a revista **Veja** claramente apontou que os sem-terra lutavam não só pela terra, mas também, pela construção da sociedade socialista e por isso deveriam ser isolados.

*subalternas no campo, hoje identificadas socialmente como sem-terra.*⁸⁵

Entretanto, essa afirmativa esbarra na própria realidade vivenciada pelos beneficiados de assentamentos, em que ficam visíveis os limites do ideário socialista junto à base do movimento. Em alguns momentos a imprensa noticiou que sem-terras assentados vendiam as terras recebidas pelo INCRA.⁸⁶ Ainda que notícias como essa devam ser lidas com certo cuidado, ficam evidentes resquícios de um olhar de membros do MST que vêem na terra uma mercadoria a integrar a esfera reprodutiva capitalista, e não o espaço de socialização comunitária que se apresente como um arquétipo socialista.

A afirmação de Horácio Carvalho serve para construir um mito em torno do movimento, o mito do resgate do projeto revolucionário que transcende a luta pela terra. O próprio Stédile aponta que a força do MST se traduz na sua capacidade de romper com uma estratégia corporativista que estreitava os horizontes dos movimentos no campo.⁸⁷ Conseguindo, com isso, cimentar uma aliança entre campo e cidade também no plano ideológico, com a proposta de consolidar uma visão de mundo centrada nos valores coletivistas defendidos pelo socialismo.

⁸⁵ - DE CARVALHO, Horácio Martins. *A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro)*. In: em SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista**. RJ: Civ. Bras., 2002, p. 258/259.

⁸⁶ - Conferir, por exemplo, **O Globo** de 27/06/1999 – Sem terra e sem lei e de 10/04/2000 - INCRA expulsa sem terra por venda de lotes, além da **Folha de São Paulo** de 08/07/2003 –MST invade área que foi vendida por sem terra.

⁸⁷ - STÉDILE, João Pedro. *Sem-terra contra o corporativismo*. **Praga**. Estudos marxistas, n° 4, SP: Hucitec, 1997.

Além disso, o mito se revigora na medida em que lideranças dos sem-terra realçam sua opção em torno de um projeto socialista. A questão, e voltamos ao caso das vendas de lotes de terras assentadas, trata da forma pela qual se dará a percepção pela base do movimento do projeto defendido pelas lideranças. O descompasso entre o ideal e o mundo real demanda uma atuação firme do movimento e, em especial, das lideranças sem terra para garantir a continuidade da terra junto aos assentados.

Os assentamentos apresentam uma nova realidade quando comparados aos acampamentos. A conquista da terra e a formação dos assentamentos originários do MST provocaram, num primeiro momento, intensos debates entre os que defendiam que uma vez assentado o trabalhador rural perderia sua ligação com o MST e passaria a lutar por demandas diferenciadas. No entanto, a idéia de que os assentamentos se apresentavam como extensão do projeto de reforma agrária do movimento logo ganhou força.

Em 1986, foi realizado o I Encontro Nacional de Assentados, em Cascavel, no Paraná, que decidiu manter a estrutura organizativa do MST, mudando seu eixo de luta para a defesa de concessão de créditos públicos para os assentados. A necessidade de um setor que se ocupasse especificamente das negociações com o BNDES visando a concessão de créditos fomentou a organização da Comissão Nacional dos Assentados, que rapidamente se transformou no Setor de Assentamentos do MST.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

O setor relativo aos assentamentos reproduzia as instâncias participativas / organizativas do movimento, isto é, embora centralizado nas questões políticas essenciais, delimitava um maior raio de ação autônoma para que as decisões relativas às demandas do setor fossem vistas como expressão do conjunto dos assentados.

Diante dos avanços na organização estrutural dos assentamentos, o Setor tornou-se o Sistema Cooperativista dos Assentados, instrumento que auxilia os assentamentos com informações técnicas, além de apoio na obtenção de créditos junto ao BNDES e outros órgãos públicos.

A idéia que perpassa a organização dos assentados é a de que ainda permaneçam ligados ao MST. O movimento busca manter a organização dos trabalhadores rurais mesmo após a obtenção da terra. Além disso, os assentados ajudam a organizar novos núcleos do MST e partilham suas experiências de luta com os companheiros sem terra nos acampamentos.

O contexto para a organização desse novo setor foi o do fim da ditadura militar e o da ruptura da política agrícola estruturada pelos governos militares, centrada na concessão de subsídios para a produção agrícola familiar.⁸⁸

A saída diante dessa nova realidade, e que assumiu grande importância para os assentados, passou a gravitar em torno da estruturação do modelo cooperativista.

⁸⁸ - Conferir FERNANDES, Bernardo Mançano e STÉDILE, João Pedro. Op.Cit. p. 97.

Nesse sentido, a própria experiência de atuação no campo gerou a formação da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), objetivando avançar a modernização da produção com o ingresso de maquinário para a pequena produção familiar.

A lógica que perpassa o MST é a de que a partilha do trabalho e do uso de maquinário de forma coletiva permitiria a superação do grau de atraso tecnológico na lavoura familiar. A continuidade do modelo centrado no trabalho manual e na tração animal, por sua vez, favoreceria o processo de retomada da terra dos assentamentos pela grande propriedade rural.

Além disso, a mecanização da lavoura cooperativada atenderia às demandas do mercado, permitindo a recomposição dos investimentos feitos pelos assentados. O ciclo completo estaria garantido: com os ganhos oriundos do mercado seria possível pagar os créditos públicos e manter a possibilidade de novos créditos. Além disso, o aumento da oferta de produtos para o mercado interno baratearia o preço para o consumidor, favorecendo o consumo para os trabalhadores.

A lógica das cooperativas para os assentados atua numa aparente contradição: se, por um lado, vai ser guiada pela lógica do mercado, por outro, redimensiona a relação do assentado com o mundo camponês objetivando novo parâmetro enquanto classe. E como tal fato ocorreria? Para isso, seria necessário retomar a discussão acerca do papel da divisão do trabalho dentro das unidades de produção.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Uma significativa parte dos assentados já trazia consigo a experiência de pertencimento a algum tipo de cooperativa agropastoril. Como bem lembra Diego Piñeiro,

no Brasil, como em outras partes do mundo, as cooperativas não haviam sido um instrumento eficaz na luta pela resistência da agricultura familiar. Pelo contrário, muitas vezes foram as próprias cooperativas, ao difundir um modelo tecnológico de caráter extensivo na terra e intensivo no capital, as que haviam impulsionado os pequenos agricultores à ruína.

89

Nesse ponto, o posicionamento do MST apontou para uma reestruturação do sistema cooperativista, visando impedir que se apresente como um mero instrumento do desenvolvimento do capitalismo agrário. Para o movimento, a tarefa dos assentamentos é permitir a acumulação de forças visando proporcionar novas circunstâncias que favoreça a constituição de uma nova realidade sócio-econômica para os sem-terra.

Nesse sentido, uma das tarefas colocadas no interior do assentamento diz respeito a uma modificação dos valores que o compõe. O MST defende a

⁸⁹ - PIÑEIRO, Diego E.. **Em busca de la identidad. La acción colectiva en los conflictos agrarios en América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, colección Becas de Investigación, 2004, p. 87.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

combinação de **7 Ações**, isto é, propostas que permitiriam a construção de uma nova consciência nas famílias assentadas. As **7 Ações** são:

- 1- Controle político sobre o projeto de assentamento e corte da área;*
- 2- Sorteio em grupo das famílias;*
- 3- Processo de titulação;*
- 4- Organização das moradias;*
- 5- Organização dos núcleos de base;*
- 6- Organização da produção e da Cooperação agrícola;*
- 7-Formação como método de acompanhamento e qualificação da consciência.*⁹⁰

A preocupação com a coesão ideológica dos assentados fica realçada com a defesa do controle político sobre os assentamentos por parte do MST, como também com a valorização da formação política dos assentados. Um dos temas de maior relevância trata da titulação da terra e, por conseguinte, um dos de maior impacto ideológico. Para o MST, o debate dos assentados deve ser em torno da modificação do estatuto jurídico da terra, que garanta não a propriedade, mas sim, a posse da terra como garantia do usufruto e o sustento das famílias e das gerações futuras de sem-terra.⁹¹

Por conta dessa nova dinâmica, o movimento defende junto ao INCRA que o processo de titulação seja concedido mediante **Título de Concessão Real de Uso da**

⁹⁰ - Ibidem Id. pp. 9-18.

⁹¹ - Ibidem id. p. 11.

Terra. Por esse título, caberia ao INCRA conceder créditos e assistência técnica aos assentados, e aos assentados, produzir. Além disso, ficava interdita a transferência e negociação por prazo de 30 anos.⁹² Para o movimento, o título de concessão real de uso protegeria os assentados da tentação do mercado e evitaria ver a terra se transformar em objeto de negociata no mercado.

Essa concepção radicaliza o olhar do movimento sobre o significado histórico da propriedade rural, vista como um bem coletivo pertencente a toda a sociedade.

Marx, em **Elementos fundamentais para a crítica da economia política**

(*Grundrisse*), discute a concepção da propriedade não somente no seu aspecto

jurídico e econômico, como também a vê enquanto representação social. Para ele, a

*propriedade, na medida em que é só o comportamento consciente – e posto para o indivíduo pela comunidade e garantida pela lei – ante as condições de produção como sua e, onde a existência do produtor aparece como uma existência dentro das condições objetivas a ele pertencentes, só se efetiva através da própria produção.*⁹³

⁹² - Ibidem id. Anexo IV.

⁹³ - MARX, Karl. **Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse)-1857/1858, Vol. 1.** México: Siglo XXI, 1971, p. 454.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Nesse sentido, em uma formação social estruturada sob a hegemonia das relações capitalista de produção, a propriedade dos meios de produção constitui mecanismo essencial para permitir a reprodução e ampliação do capital, o que é conseguido pela apropriação da mais-valia do trabalho. Ocorre, desse modo, que o capital gerado pelo trabalho é fonte da própria exploração daquele que o produziu, tendo em vista que a satisfação das necessidades da reprodução da força de trabalho impõe ao trabalhador, que depende do salário como condição de sua conservação, a submissão à lógica responsável pela multiplicação do capital. Ou seja, a submissão do trabalho humano ao processo de acumulação de capital.⁹⁴

É como condição desse processo que se estrutura a forma de propriedade capitalista. No caso, o controle privado dos meios de produção permite a apropriação da mais-valia, o que na prática resulta na própria reprodução deste sistema. A figura do capitalista apresenta-se, então, como responsável por dirigir o processo de produção e, por consequência, de submissão do trabalhador.

Ao defender a quebra do conceito de propriedade no campo, o MST busca radicalizar seu projeto voltado para uma sociedade socialista. A esfera da produção, ainda que regida pela lógica do mercado capitalista, passaria a ser regulada pelas reais necessidades de consumo da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, esse compromisso restituiria novo sentido, ao fazer a política, e rompendo com os

⁹⁴ Cf. MARX, K. **O Capital (crítica da economia política) – livro 1: o processo de produção do capital.** Cap. XXII, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6^a ed., 1980.

mecanismos de obtenção da renda fundiária, ao negar-lhe sua integração ao capitalismo.

Além disso, tal realidade permitiria aos trabalhadores recuperar a capacidade de superar a condição de estranhamento que lhe foi imposta, de forma a pensar e projetar um futuro que dê novo sentido ao mundo social e econômico, distanciando-se dos valores e olhares impostos nas últimas duas décadas aos homens.⁹⁵

Nesse sentido, o trabalho cooperativado pressupõe novas formas de organização das tarefas, que deixam de ser vistas dentro de uma dimensão individualista, assumindo uma concepção de mundo coletivista e solidária. Tal fato consagraria uma ruptura com um modelo social que transforma o camponês num ator individualista, que vive do trabalho familiar, isolado em sua própria terra, por vezes produzindo apenas o suficiente para sua sobrevivência.

Por outro lado, a expectativa para a afirmação desse projeto passa pela participação dos assentados em todas as instâncias do processo de organização e estruturação do assentamento. Quer mediante o sorteio dos lotes de terra a serem recebidos, quer debatendo a preparação da área do assentamento ou mesmo organizando a moradia e os complexos de uso comum (área social do assentamento), as decisões são resultados de debates e assembléias dos assentados. A decisão sobre o modo de viver deve expressar uma unidade construída de forma coletiva, sem excluir as propostas defendidas pela direção do MST.

⁹⁵ - Conferir, MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. México: Grijalbo, 1968 e RANIERI, Jesus. **A câmara escura. Alienação e estranhamento em Marx**. SP: Boitempo, 2001.

Para as lideranças do movimento, o fortalecimento da participação dos assentados assegura maior compromisso dos mesmos com o projeto defendido pelo MST. Enquanto um ator coletivo e ativo, os sem-terra podem manter sua ligação com a luta pela terra ainda que assentados, ainda que num outro patamar de demandas. Se ganha a terra, melhora-se a vida. No entanto, a identidade continua a mesma: sem-terra.

Nesse momento, devemos buscar perceber qual o sentido que estrutura essa nova identidade, a de sem-terra? A própria concepção do sem terra enquanto camponês demanda um olhar mais acurado. Não cabe aqui debater se o campesinato configuraria ou não uma classe social dentro dos parâmetros elaborados por Marx, aliás, deixemos que o próprio responda:

*na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões de famílias constituem uma classe.*⁹⁶

No caso dos sem-terra, isso é reforçado pela própria antítese levantada por Marx:

⁹⁶ - MARX, Karl. **O dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. SP: Centauro, 2006, p. 132.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

*Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas ligação local e em que a igualdade de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe.*⁹⁷

Ora, a própria trajetória do movimento buscando inserir a luta dos sem terra num contexto maior, o da superação da miséria e das injustiças sociais vivenciadas pelos trabalhadores brasileiros, aproxima-os do conceito de classe defendido por Marx ao analisar os camponeses. Entretanto, os sem-terra avançam além! Buscam erigir em torno de si nova identidade que ultrapassa a esfera camponesa, dialogando de forma constante com os excluídos da sociedade brasileira no campo e nas cidades.

O próprio movimento afirma que

muita gente quando ouve falar em Sem Terra imagina que são os trabalhadores rurais, os meeiros ou os parceiros que não tem terra. Sem Terra tornou-se nome próprio. Nome dos trabalhadores organizados lutando pela Reforma Agrária e para transformar a sociedade.

⁹⁷ - Ibidem id. P. 133.

*Sem Terra tornou-se sinal do resgate da dignidade de trabalhadores e trabalhadoras chamados vagabundos, chutados de um canto para outro. Conquistou, pela sua opção de entrar na luta, uma identidade: sou Sem Terra. Tornou-se, por causa do MST, um cidadão respeitado. E o MST nada mais é do que centenas de milhares de Sem Terra.*⁹⁸

Grande parte da composição social dos sem terra se estrutura com trabalhadores oriundos das cidades. Essa camada de despossuídos – alguns com origem rural anterior – vê no MST uma válvula de escape ante a inexistência de opções na cidade. A cidade, terra do consumo farto para os que por ela são incluídos, vê essa camada de excluídos como um refugio humano, isto é, as vítimas de um processo em que a

*expansão global da forma de vida moderna liberou e pôs em movimento quantidades enormes e crescentes de seres humanos destituídos de formas e meios de sobrevivência – até então adequados, no sentido tanto biológico quanto social / cultural dessa noção.*⁹⁹

⁹⁸ Conferir, <http://www.mst.org.br/historico/semterra.html>. Quem somos. Ser sem terra. Copiado em 20/02/2005.

⁹⁹ - BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. RJ: Zahar, 2005, p.14.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Excluídos do mercado de consumo, consumidores falhos, no dizer de Zygmunt Bauman, refugio a ser isolado, dispensado. O MST se apresenta como o espaço alternativo para esse segmento de excluídos. No entanto, não se trata de um processo de assimilação tão fácil e rápido. Se, por um lado, vivenciam uma crise de identidade, configurada por um desejo de se inserir no papel de consumidor integrado ao mundo moderno, por outro, restam as dolorosas feridas da humilhação do desemprego, da falta de condições de vida decente, da violência e do descaso do poder público diante de suas mazelas.

Entretanto, o mundo do campo também não se apresenta como um paraíso a ser vivenciado. Preso a um olhar pouco nostálgico que associa o mundo do campo a uma total exclusão ao acesso e ao próprio conhecimento acerca das inovações ofertadas pelas cidades, esse “refugado” vive um conflito interno, onde se entrelaçam os

*anseios básicos de sobrevivência e os
deslumbramentos de consumo, e o “fantasma”
da vida pauperizada no campo assusta.*¹⁰⁰

Dentro desse quadro de indefinição de uma identidade, preso aos anseios consumistas urbanos¹⁰¹, o MST assumiu a necessidade de se repensar um “novo ator” para a luta no campo, um ator que não fosse camponês, ou seja, preso a um

¹⁰⁰ - TURATTI, M. C. M. Op. cit., p. 74.

¹⁰¹ - A própria Maria Cecília Turatti escreve que na sua permanência num acampamento ouvia constantemente os acampados assumirem o desejo por alimentos industrializados, entre eles, refrigerantes e achocolatados. Conferir p. 90.

conjunto de valores e costumes vinculados à terra que estruturam um *ethos* campesino.

Um ponto a ser analisado nesse contexto é a mudança do perfil dos integrantes do MST. Se, inicialmente, o movimento se organizou a partir dos anseios e expectativas dos trabalhadores rurais, expulsos da terra em que viviam, ao longo dos anos 90, o movimento passou a crescer com a incorporação dos pobres oriundos das cidades.

Em **O Globo**, de 28 de janeiro de 2005, por exemplo, é apontada por um dos articulistas de posição mais conservadora ao analisar o MST, Francisco Graziano – ex-presidente do INCRA no governo FHC – a avaliação de que o recrutamento de trabalhadores desempregados das cidades representaria uma extensão da crise social urbana e não das contradições do espaço agrário brasileiro. Para ele, o MST criou uma “fábrica de sem-terra”.¹⁰²

O motor para o ingresso desses desempregados urbanos se traduz na busca de emprego e, com isso, uma melhoria efetiva de sua vida, num contexto de perda de auto-estima e do propósito de viver, quebra das identidades e laços sociais, sensação de que a vida se transformou num invólucro descartável e, pior, sem necessidade de reciclagem. Some-se a isso um sentimento de que as injustiças vivenciadas pelos trabalhadores expressam uma normalidade da sociedade em que vivemos. Banalizam-se as injustiças, assume-se a indiferença ante a exploração, o

¹⁰² - **O Globo**, 28/01/2005.

desemprego, a fome. Mata-se a solidariedade. De forma perversa, a cidade torna-se o espaço de vidas que se desperdiçam no cotidiano de desesperança. É essa dor dos refugos urbanos que o MST busca aliviar.¹⁰³

Entretanto, também a miséria e a violência do campo impulsionam o movimento sem terra. Em São Lourenço da Mata, Pernambuco, Severino Nazário de Souza, cortador de cana há quase dez anos, sem um emprego formal no campo, e há dois sem emprego algum, contou que depois de um tempo viveu na periferia da cidade na Zona da Mata vivendo de biscates como servente de pedreiro. Cansado desta vida foi chamado por um amigo para ingressar no MST. Sua luta por dignidade é a luta de outros tantos Severinos pelo Brasil a fora e que vivem em condições indignas nas cidades e no campo.¹⁰⁴

Não foi por acaso que em documento datado de agosto de 2000, denominado *Nossos Desafios*, o MST afirmou como necessário a:

- 1- *Elaboração de um programa para o campo;*
- 2- *Buscar unidade entre as organizações do campo e da cidade;*
- 3- *Fazer lutas massivas;*
- 4- *Intensificar a organização dos pobres;*
- 5- *Desenvolver a solidariedade e os novos valores;*

¹⁰³ - Conferir: BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. RJ: Zahar, 2005 e DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. RJ: FGV, 3ª ed., 2000.

¹⁰⁴ - **O Globo**, 06/03/2006.

6- *Impulsionar a revolução cultural.*¹⁰⁵

Unir campo e cidade, organizar as lutas das massas, organizar os pobres – categoria associada à vida urbana -, construir novos valores e uma nova cultura centrada na solidariedade e no coletivismo. Sem dúvida um projeto ambicioso. Um projeto que extrapola o campo e a reforma agrária – ainda que exista um item deste manifesto defendendo a elaboração de um programa específico para o campo – e que integra, num mesmo plano, os deserdados, os refugos humanos do campo e da cidade.

Essa nova pauta demonstra uma capacidade de reflexão por parte do MST, permitindo a elaboração de novas estratégias políticas incorporando as transformações vivenciadas pela sociedade brasileira. Dessa forma, os sem terra conseguem constituir diálogos com a sociedade brasileira, impedindo que fiquem isolados e, com isso, transforma a luta pela reforma agrária numa luta da sociedade brasileira contra a exclusão social.

Nesse sentido, o acampamento não se torna unicamente um ponto de preparação para a ocupação das terras passíveis de se incluir no plano de reforma agrária. O acampamento é também um espaço de socialização dos sem terra no mundo rural. No acampamento, o integrante do movimento passa a ter contato com a realidade do campo, apreendendo novos valores que vão moldar uma nova identidade, a de sem terra.

¹⁰⁵ - Conferir, <http://www.mst.org.br/historico/semterra.html>. **Quem somos. Nossos desafios.** Copiado em 20/02/2005.

Essa nova identidade se molda dentro de uma prática coletiva contraposta às experiências individuais originadas da vida citadina. Torná-los parte do MST é a tarefa e, para isso, uma série de mecanismos são empregados visando construir esse *ethos* específico, mediante instrumentos que possuem como eixo comum o emprego da produção textual e a coletivização de saberes e informações.

2.5- Formas de socialização da identidade sem terra

O processo de socialização dos sem terra está estreitamente vinculado às formas de socialização do conhecimento e de vivências e experiências que são compartilhadas. Educação, produção cultural, imprensa e outras atividades coletivas, como, por exemplo, a mística, constituem essa realidade no interior do MST

Inicialmente, podemos atribuir a todo aquele não detentor da propriedade rural, e que luta pela mesma, o caráter de sem terra. Dessa forma, sem terra seria o meeiro, posseiro, agregado, assalariado, arrendatário, enfim, todo aquele que sobrevive do trabalho realizado na terra.¹⁰⁶ No entanto, na medida em que o MST se organiza e assume uma especificidade na sua luta política, a compreensão de ser um sem terra passa a se vincular de forma estreita com a de militante dessa organização.

¹⁰⁶ - TURATTI, Maria Cecília Manzoli. **Os filhos da lona preta. Identidade e cotidiano em acampamentos do MST**. SP: Alameda, 2005, p.88.

Como já vimos anteriormente, existe nos acampamentos a busca pela socialização dos acampados com a realidade do mundo rural. Podemos avançar e apontar que também existe uma estratégia de consolidar e socializar a especificidade de se identificar enquanto sem-terra, isto é, membro de uma organização coletiva, portadora de projetos, pautas, valores e identidades: o MST.

Ademar Bogo aponta de forma clara:

*Fazer parte, no caso do MST, é assumir uma nova identidade, como o objeto que se transforma em símbolo. É emprestar-se para adquirir outra natureza. Deixar-se comparar com outro símbolo, neste caso, outro ser social que faz parte da mesma sociedade em que vivemos.*¹⁰⁷

Essa reinvenção de si, que se traduz na incorporação dessa nova identidade coletiva e social, ser sem-terra, demanda instrumentos de socialização e integração. Nesse sentido, a mística assume importante papel, especialmente nas primeiras décadas do movimento.

¹⁰⁷ - BOGO, Ademar, **O vigor da mística**. SP: Cadernos de cultura, n° 2, MST, 2002, P. 153.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

A mística se apresenta como um espaço de coesão da militância sem-terra no processo de luta política. Stédile aponta acerca da permanência das famílias de sem terra nos acampamentos por anos a fio que os

*exemplos de sacrifícios são enormes. Eles permanecem tanto tempo porque têm a mística e os princípios organizativos, não é só porque a terra é necessária.*¹⁰⁸

A origem da mística se vincula às práticas comunitárias de caráter religioso. Os militantes que participariam de uma ocupação rezavam e entoavam cânticos religiosos ou que tratavam da luta pela terra. A religião se apresentava como um instrumento aglutinador da militância sem terra. Além disso, fica nítida a permanência da influência da Igreja Católica como um importante ator na construção do movimento.

Teólogos católicos, como por exemplo, Leonardo Boff, apresentam a mística como um mistério que visa realçar as vivências / experiências a serem partilhadas e que norteariam as ações do grupo em torno de causas comuns.¹⁰⁹ Para Boff, a

mística é, pois, o motor de todo compromisso, aquele entusiasmo que anima permanentemente

¹⁰⁸ - FERNANDES, Bernardo Maçano e STÉDILE, João Pedro. OP. Cit, p. 130.

¹⁰⁹ - Conferir MITTELMAN, Tania. **A arte no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (1996-2006)**. Niterói: UFF / ICHF – PPGHIS, Dissertação de Mestrado, 2006, p. 98.

*o militante, aquele fogo interior que alenta as pessoas dentro da monotonia das tarefas cotidianas por fim, permite manter a soberania e a serenidade nos equívocos e nos fracassos.*¹¹⁰

Nesse sentido, a experiência do misticismo religioso permeia a própria ritualização que caracteriza a mística e busca a construção de um sentimento comum, um pertencimento, isto é, o de integrar o movimento dos sem-terra.

Por isso mesmo, lembra Stédile, a

*mística só tem sentido se faz parte da tua vida. Não podemos ter momentos exclusivos para ela, como os Congressos ou Encontros Nacionais ou Estaduais. Temos de praticá-la em todos os eventos que aglutinem pessoas, já que é uma forma de manifestação coletiva de um sentimento. Queremos que esse sentimento aflore em direção a um ideal, que não seja apenas uma obrigação.*¹¹¹

A mística também incorpora outros elementos que não os de caráter religioso.

São cantadas músicas produzidas pelos sem terra, bandeiras são erguidas, poemas

¹¹⁰ - BOFF, Leonardo. *A Mística*. In: *Jornal Sem Terra*. maio, n° 125, ano XII, 1993.

¹¹¹ - FERNANDES, Bernardo Mançano e STÉDILE, João Pedro. OP. Cit, p.130.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

são lidos, representações teatrais apresentadas¹¹². O emprego da mística como preparação para a ocupação resgata uma tradição do movimento camponês, como tão bem nos lembra Eric Hobsbawm ao descrever uma ocupação de terras pelo movimento camponês peruano na década de 1960:

Tais eventos [a ocupação] têm lugar em meio a grande alarido. Os líderes aparecem a cavalo tocando cornetas (...) Nos últimos anos, parecem ter sido acompanhadas por grande número de bandeiras. De fato, a ausência de bandeiras normalmente indica que a invasão não está a pleno vapor (...) As bandeiras peruanas eram universais na década de 1960, mas no departamento de Cuzco, politicamente radicalizado, elas eram acompanhadas de slogans castristas – “Tierra o Muerte”, “Venceremos” etc.¹¹³

Cartazes, bandeiras, palavras de ordem. O MST construiu uma rede de identidades simbólicas que tornaram o movimento uma referência para seus

¹¹² - Tive a oportunidade de assistir a uma mística em 18 de abril de 2006, durante a realização de ato que lembrava o massacre de Eldorado dos Carajás, no Teatro Teotônio Vilela, na Universidade Cândido Mendes no Rio de Janeiro.

¹¹³ - HOBBSAWM, Eric. Op. cit. p. 248.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

integrantes, em um primeiro momento, e, posteriormente, para a sociedade brasileira. A estruturação desses símbolos representa, para o movimento, a capacidade de absorção dos valores fundadores de sua luta. O próprio João Pedro Stédile afirma que o que vai construir a

unidade é a ideologia da visão política sobre a realidade e o uso de símbolos, que vão costurando a identidade. Eles materializam o ideal, essa unidade invisível.

No início do movimento, como tudo que fomos construindo, usávamos várias formas de bandeiras. Alguns só usavam as vermelhas. Uma, que usamos lá na Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, trazia escrito: “o povo unido jamais será vencido”. Em outra escreviam: “terra para quem nela trabalha”. O mastro tinha uma com os dizeres: “terra e justiça”. Eram utilizados, enfim, alguns tipos de estandartes que, espontaneamente, a turma ia construindo na sua luta.¹¹⁴

Dentro dessa realidade, o movimento apresenta algumas surpresas. A mística constrói novas sensibilidades que afloram nos militantes antecedendo as lutas pela

¹¹⁴ - - FERNANDES, Bernardo Mançano e STÉDILE, João Pedro. OP. Cit., p. 132.

terra. Um exemplo dessas sensibilidades construídas no MST foi relatado pelo jornal **O Globo**, em sua edição de 06/03/2006, descrevendo que militantes utilizavam a poesia como uma forma de preparar a coletividade para a luta. Vejamos o comentário de Josias Barros, coordenador do MST na Zona da Mata pernambucana:

*Aprendi a gostar de poesia no MST. A gente lê e tira dela muita preparação política – disse, citando versos de Patativa do Assaré, no qual ele chora a morte da filha de 6 anos em razão da seca e conclama o sertanejo a lutar.*¹¹⁵

A construção dessa sensibilidade foi fruto de um processo que culminou com a criação do Coletivo de Cultura do MST, em 1996. O Coletivo tem atuado como um importante instrumento para a organização de debates e a construção de experiências artísticas e culturais nos acampamentos e assentamentos.

Além disso, o Coletivo busca valorizar na produção de peças, murais e músicas temáticas que permitam a solidificação da identidade sem terra e a ligação mais estreita com o movimento. Para isso, é necessário produzir objetos artístico-culturais que valorizem um “*sentimento de identidade cultural que caracteriza-se em partilhar a vida em forma de identidade coletiva, apoiada em ideais baseados em valores éticos*”¹¹⁶

¹¹⁵ - **O Globo**, 06/03/2006.

¹¹⁶ - MARTINES, Evelaine. A preservação da identidade cultural como forma de resistência. In: **Jornal Sem Terra**. Setembro, 2005. p. 10.

Se analisarmos as músicas produzidas pelos militantes do MST, veremos a temática da reforma agrária nas letras, como, por exemplo, em **Causa Nobre**, composição de Zé Pinto que diz:

Partindo da necessidade

De ter um pedaço de chão

Pra dar sustento aos filhos

Aos filhos de nossa nação

Cansado de pôr a enxada

Nas terras apenas do patrão

E ver chegar ao fim do ano

Tantos desenganos sem nenhum tostão (...)¹¹⁷

A pobreza, a exploração patronal, o cansaço diante de uma vida marcada pelo sofrimento, o trabalho extenuante e a má qualidade de vida são explicitados na canção. Nesse sentido, o que a música aponta é a crença de que a reforma agrária e a posse de um pedaço de terra se apresenta como um instrumento de redenção para o sem terra.

Em outra composição, intitulada **A terra chama à luta**, é cantada a própria origem do MST, reforçando os laços de pertencimento ao movimento. Vejamos a letra:

¹¹⁷ - **Sem terra. As músicas do MST**. Organização da Associação Nacional de Cooperação Agrícola. SP:1996, p. 30.

*O Movimento Sem Terra/surgiu da necessidade
Da vida que leva um povo/que passa dificuldade
Seus princípios e fundamentos/são a terra e seus
problemas
Solo mal utilizado/espúrio de um mau sistema
(...)¹¹⁸*

Se analisarmos outras composições, incluindo a já citada **Causa Nobre**, de Zé Pinto¹¹⁹, fica explícito a importância de se organizar em torno do MST a luta para a implantação da reforma agrária. Essas músicas, variadas como “Companheiros de Guevara”, “América Livre”, “Não Somos Covardes”, “Prisão da Terra”, são cantadas nas místicas, caminhadas e ocupações. Nelas, a identidade se constrói e são reforçadas as ligações coletivas diante do enfrentamento contra o aparato policial ou os jagunços do latifúndio. Percebemos a coesão em torno de um projeto futuro, a utopia da terra, da possibilidade de se plantar e viver num pedaço de terra próprio, um pedaço que resgata a dignidade. Talvez por isso, o grande sucesso musical entre os militantes do movimento é a composição, também de Zé Pinto, gravada por Beth Carvalho, **Ordem e Progresso**, que ultrapassa em popularidade o próprio hino do MST. Em **Ordem e Progresso**, uma releitura simbólica dos ideais republicanos, os militantes cantam:

Este é o nosso país

¹¹⁸ - ANDREATO. A terra chama à luta. In: **Sem terra. As músicas do MST**. Organização da Associação Nacional de Cooperação Agrícola. SP:1996, p. 16.

¹¹⁹ - Cabe ressaltar que Zé Pinto tornou-se o principal compositor de músicas no MST atingindo um estatuto individual diferenciado no movimento gerando, inclusive, tensões e críticas.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

*Esta é a nossa bandeira
É por amor a esta Pátria-Brasil
Que a gente segue em fileira.
Queremos mais felicidade
No céu deste olhar cor de anil
No verde esperança sem fogo
Bandeira que o povo assumiu.
Amarelo são os campos floridos
As faces agora rosadas
Se o branco da paz irradia
Vitória das mãos calejadas*

*Queremos que abrace esta terra
Por ela quem sente paixão
Quem põe com carinho a
Semente pra alimentar a Nação
A ordem é ninguém passar fome
Progresso é o povo feliz
A reforma agrária é a volta
Do agricultor à raiz.¹²⁰*

Trata-se de repensar o ideal de país construído nos últimos 184 anos de existência enquanto nação soberana. Não se trata de um apelo ao nacionalismo ou

¹²⁰ - **Arte em movimento**.CD produzido pelo Coletivo de Cultura do MST.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

patriotismo barato. Trata-se de lembrar poeticamente aos sem terra as razões que motivam sua luta. Os frutos da esperança de ver construído um novo país, forjado nas lutas sociais e recriado na crença da igualdade e da justiça social.

A música unifica os sentimentos dos militantes sem terra, em geral jovens que são liberados do trabalho cotidiano nos acampamentos e atuam na linha de frente da organização e ocupação de terra pelo movimento.¹²¹ Ela serve como um poderoso instrumento de coesão da militância. Transcende a função de lazer e se apresenta como um instrumento ideológico. A arte, engajada, assume a tarefa de politizar, conscientizar e transformar.

Nesse sentido, as músicas partem de um eixo comum, a necessidade de superar a exclusão, a miséria, mediante a reforma agrária. A reforma agrária trará não só a dignidade e a justiça social, será também o avatar da sociedade brasileira rumo ao progresso. Não o progresso encarnado como mero sucesso tecnológico, mas sim um progresso que instaura a felicidade e o bem estar para todos. A felicidade é mais do que a terra. É a superação do capitalismo e de suas mazelas. A reforma agrária é o primeiro passo para um processo maior de transformação: aquele do Brasil rumo a uma sociedade socialista.

O processo coletivo de construção da identidade sem terra se fecha. Participar das marchas - como a histórica “Marcha Nacional Por Emprego, Justiça e Reforma Agrária”, realizada em 1997, que saindo de diversos estados do país se encontrou em

¹²¹ - PIÑEIRO, Diego E. Op. Cit., p. 97.

Brasília –, cantar as canções, saber o hino do MST, portar bandeiras ou bonés do movimento, participar da leitura de poemas, participar da mística é integrar um *ethos* específico, o de membro do MST.

Ora, quando falamos de poesia, teatro e música, pressupomos uma base educacional mínima que permita a compreensão dos objetos culturais apresentados. Um dos pontos de maior centralidade na construção e organização do MST foi a compreensão da importância que teria a educação visando a construção de um novo ator político na luta pela terra e a socialização da identidade do sem-terra.

Um aspecto inicial importante diz respeito ao papel da educação para o movimento. Diante disso, se faz necessária uma pequena introdução ao processo de estruturação do modelo educacional, buscando evitar o risco de dispersar o tema.

No moderno mundo burguês, a educação ainda se apresenta como um instrumento que permite aos seres humanos exercitar sua capacidade de interagir com o mundo natural e consigo mesmo. Helvetius,¹²² em seu trabalho póstumo intitulado *L'Homme*, apontava a educação como o mecanismo capaz de impor ao homem condicionamentos que pautariam suas ações e sensações no mundo no qual se insere. Nesse sentido, a educação visava reforçar hábitos pré-determinados para constituir o novo mundo que a Razão deveria estruturar.¹²³

¹²² -Claude Adrien Helvétius, nascido em 26 de fevereiro de 1715 e morto em 26 de dezembro de 1771, notabilizou-se por seus estudos filosóficos no campo da educação vinculada ao utilitarismo.

¹²³ - Conferir: BOTTO, Carlota. *A escola do homem novo. Entre o Iluminismo e a Revolução Francesa*. SP: UNESP, 1996, p. 24.

Helvetius foi contestado por Diderot (1713-1784), para quem o homem não se apresentava como uma massa a ser moldada pela educação. Diderot via a educação como importante instrumento que auxiliava os homens a adquirir saberes que o capacitariam a adaptar a natureza ao seu redor. Nesse sentido, ele se aproximava de Jean Jacques Rousseau (1712-1778), segundo o qual a educação era uma forma de habilitar os seres humanos para um crescimento pessoal, desenvolvendo seu potencial criativo e empregando-o para o benefício não só de si mesmo, como de toda a humanidade.¹²⁴

A Revolução Francesa propiciou a reprodução da lógica educacional gerada pelos debates iluministas, adaptando-a a uma realidade concreta, a necessidade de uma instrução que fornecesse quadros burgueses para o aparelho estatal e mão-de-obra para o mercado. Além disso, a própria dinâmica revolucionária, marcada por avanços e recuos ante às demandas populares, fortaleceu um novo olhar sobre a educação. Ao se apresentar como portadora de uma dimensão universalizadora, a cidadania, a revolução buscou integrar setores até então subalternos no Antigo Regime. Com isso, a educação passou a ser vista como uma extensão do discurso universalista. Nesse sentido, a revolução assumiu a montagem da educação pública e laica como uma tarefa do Estado.

Foi nas mãos de Jean-Antoine-Nicolas Caritat (1743 - 1794), marquês de Condorcet, que a revolução iniciou a montagem do seu projeto de educação. Uma educação voltada para a compreensão da ciência, livre das ingerências da religião,

¹²⁴ - Sobre Rousseau e a educação conferir: BOTTO, Carlota. **A escola do homem novo. Entre o Iluminismo e a Revolução Francesa.** SP: UNESP, 1996; DENT, N.J.H. **Dicionário Rousseau.** RJ: Jorge Zahar, 1996; ROUSSEAU, J.J. **Emílio ou Da Educação.** SP: Martins Fontes, 2004.

pronta a fornecer para o Estado cidadãos conscientes de sua tarefa. Uma educação que buscava sua universalização no ensino básico ao considerar que todos deveriam ter direito a ler e a escrever, mas que, no entanto, diferenciava o ensino técnico, preconizado para as classes populares, do científico, formador de uma elite intelectual portadora dos valores enciclopédicos do saber.

Esse modelo de educação tornou-se um instrumento mantenedor de uma concepção de sociedade centrada na exclusão, na alienação e na consolidação da sociedade de classes. As novas dinâmicas capitalistas reforçariam o olhar da educação como mais uma mercadoria vinculada ao processo de reprodução do capital. O capitalismo tudo reifica, tudo transforma, similar a Midas em sua ânsia pelo ouro, o capitalismo desumaniza e redimensiona valores, projetos, utopias, como já afirmou Marx. Para certificar-se de que o capitalismo permaneça em contínuo estado de reprodução, a burguesia tudo transformará. Para ela,

*tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as relações com os outros homens.*¹²⁵

¹²⁵ - MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto comunista**. SP: Boitempo, 1998, p. 43.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Nesse processo, a educação tem vivenciado significativa transformação, integrando-se à lógica do mercado e assumindo seu lugar enquanto mercadoria. A existência dessa mercadoria específica, o conhecimento, implica que os setores mais ricos consomem um produto de maior qualidade, por comparação aos setores menos favorecidos, sem contar aqueles que estarão excluídos do sistema educacional, incapazes que são de participar do mercado como consumidores.¹²⁶

Essa educação *shopping center*, que concebe o saber como um objeto que atende ao consumidor, ator individualista que consome o saber como um produto utilitarista a ser consumido considerando o gosto do freguês, sem considerar a possibilidade de partilha e de interlocução dos saberes, é aquela que se apresenta como um instrumento que produz

*tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados.*¹²⁷

Contra essa educação alienadora e conservadora devemos pensar um projeto educacional que tenha em mente a tarefa de superar a subordinação do homem ao capital, que desvele o estranhamento imposto aos trabalhadores pelo processo de

¹²⁶ - Conferir: VIEIRA, Fernando Antonio da C. Educação e neoliberalismo: A agonia do professor. RJ: REDES, v. 3, n. 8, maio/ago. de 1999.

¹²⁷ - - MESZAROS, Istvan. **A educação para além do capital**. SP: Boitempo, 2005, p. 45.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

constituição da reprodução do capital. Uma educação que se proponha a emancipar os homens.

Educar o trabalhador implica não dissociá-lo do trabalho. Emancipar o homem se traduz numa dupla dimensão: universalizar a educação e o trabalho. Mais além, essa perspectiva implica a superação do processo de reificação dos homens e da própria educação, expressando a capacidade de superação do estranhamento dos homens ante o mundo do capital, construindo novas identidades e atores sociais.

Essa identidade de um novo homem no campo, o militante do MST, demanda a contínua formação da militância no plano político. Educar para transformar, agir, mas também, educar para se integrar ao mundo do saber formal. João Pedro Stédile aponta que a luta do MST visa “*derrubar três cercas: a do latifúndio, a da ignorância, a do capital.*”¹²⁸ Dentro dessa lógica, o movimento incorpora ao seu cotidiano a preocupação com a educação.

Considerando a pluralidade de temáticas, a educação passou a ser lida como um contraponto ao modelo educacional surgido com a Revolução Francesa. Filosoficamente, o MST defende uma educação centrada em vários princípios, dentre os quais destacamos o da transformação social. Princípio esse vinculado aos processos sociais que buscam criar uma nova ordem social. Essa proposta apresenta algumas características marcantes:

¹²⁸ - FERNANDES, Bernardo Mançano e STÉDILE, João Pedro. OP. Cit, p. 74.

- Educação de classe, isto é, uma educação comprometida com o desenvolvimento da consciência de classe e revolucionária em professores e alunos;
- Educação massiva, em todos teriam direito à educação, fortalecendo o processo de escolarização nos acampamentos e assentamentos;
- Educação ligada ao próprio MST, fortalecendo a organização do movimento e permitindo melhor formação de seus quadros;
- Educação aberta ao mundo, interligando o campo, o assentamento / acampamento com questões que transcendam as fronteiras internalizadas;
- Educação para a ação, fortalecendo a participação coletiva nas lutas encaminhadas pelos sem-terra;
- Educação aberta para o novo, em que são construídas novas relações sociais e de integração pessoal dentro dos espaços políticos e econômicos em que o MST atua.¹²⁹

Outros princípios filosóficos dizem respeito à preocupação de educar instrumentalizando o sem-terra para o trabalho e a cooperação, buscar dimensionar a educação para reintegrar as diversas esferas da vida humana, fragmentadas pelos valores subjacentes ao capitalismo, construir novo homem / mulher dentro de valores humanistas e socialistas e ver a educação como um processo de formação permanente e transformadora dos homens.¹³⁰

¹²⁹ - MORIGI, Valter. **Escola do MST. Uma utopia em construção**. Porto Alegre: Ed. Meditação, 2003, págs. 60/61.

¹³⁰ - Ibidem id., págs. 60 / 61.

Considerando esse processo pedagógico, o educador tem um papel diferenciado. A formação de professores assume relevância para o movimento na medida em que os professores representam a mola dinâmica diferenciada para uma educação transformadora. Para isso, o movimento estruturou escolas de formação de professores, que prepara seus militantes e voluntários como agentes pedagógicos nos assentamentos. O **Caderno de Educação nº 9** do movimento, datado de 1999, aponta que para ser educador do movimento é necessário:

ser apaixonado pela educação;

conhecer a realidade do campo e ser sensível aos seus problemas;

ser a favor da reforma agrária;

ser lutador do povo e amigo ou militante do MST;

ser capaz do trabalho cooperado, de ser um coletivo educador;

romper com a visão de repasses de conteúdos, etc.¹³¹

Se inovador no questionamento ao modelo centrado unicamente no aprendizado do conteúdo, o projeto pedagógico do MST apresenta algumas contradições. Contradições essas que são bem exploradas pela mídia. Uma delas, a preocupação em valorizar as lutas populares, resulta na construção de uma leitura

¹³¹ - MORIGI, Valter. Op. cit., p. 54.

atemporal e acrítica, na qual Chico Mendes, Zumbi e Antônio Conselheiro são vistos descontextualizados historicamente e ligados a uma mesma linha de tempo: a da luta dos excluídos. Tal fato resulta num empobrecimento acerca da história das lutas populares no Brasil, limitando a compreensão desses processos, os limites e avanços construídos pela ação dos movimentos populares.

Assiste-se na prática a um empobrecimento da escola que, apesar de inovar na ruptura com o conteudismo e com seu caráter utilitarista, perde a capacidade de construir novos atores críticos que utilizem o conhecimento para transformar e reeducar a sociedade sem se encarcerar num maniqueísmo simplista.

É justamente o maniqueísmo que alimenta a leitura da mídia que vê nas escolas do MST encarnações marxistas das madrassas muçulmanas onde

crianças entre 7 e 14 anos de idade aprendem a defender o socialismo, a "desenvolver a consciência revolucionária" e a cultuar personalidades do comunismo como Karl Marx, Ho Chi Minh e Che Guevara. "Sem-terrinha em ação, pra fazer a revolução!", gritam os alunos,

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

de mãos dadas, ao final de eventos e apresentações. ¹³²

Sim! A mídia percebe que o pano de fundo das escolas dos sem-terra é a ruptura com a omissão acerca da luta de classes. Essa realidade não é escamoteada sob o mito da cordialidade da sociedade brasileira. Ainda que de forma confusa e contraditória, ainda que – e podemos apontar – que expresse certa intolerância ante as diferenças de classe, as escolas do MST rompem com o a leitura tradicional da história do Brasil que subalterniza as experiências e lutas populares.

E como são organizadas as escolas do MST? Elas são, em acampamentos e assentamentos, organizadas em salas de aula improvisadas, para atender crianças e adultos. Em geral, o espaço da aula é o mesmo em que se realizam as cerimônias católicas. Nas cidades próximas aos assentamentos, a Igreja Católica se torna uma importante parceira na socialização da escola para os assentados. Cabe ressaltar que a precariedade dos acampamentos dificulta o avanço no processo educativo, na medida em que faltam materiais pedagógicos e infra-estrutura.

Em seu trabalho já citado, Maria Cecília Turatti aponta um outro dado importante: a evasão dos alunos sem-terra das escolas situadas em cidades diante da segregação e discriminação que sofrem. ¹³³ Dentro desse contexto, os assentamentos passaram a desenvolver uma pedagogia própria, que busca no processo pedagógico

¹³² - VEJA, 08/09/2004.

¹³³ - TURATTI, Maria Cecília M. Op. Cit., p. 64.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

“reconhecer o campo como um lugar específico e com sujeitos que lhe são próprios”¹³⁴, sob o risco de não se conseguir concretizar a tarefa de ensinar.

Educar dentro da perspectiva emancipadora é o que se propõe o MST. Nesse sentido, a escola deve preparar o militante, deve trazer temas relacionados ao campo estimulando o debate, permitindo a tomada de consciência sobre o papel dos sujeitos no campo, deve

*ajudar na construção de um projeto de desenvolvimento do campo que tenha o rosto, a identidade de seus diferentes sujeitos... ajudar a mobilizar e a organizar as famílias e as comunidades na defesa de seus direitos; ajudar a fazer destas práticas um ambiente de educação do povo para a participação, a luta e a militância social.*¹³⁵

Para o MST, a educação não se fecha em si mesmo, e por isso a defesa do direito da sociedade à educação pública de qualidade. Ao mesmo tempo, o movimento defende a especificidade da educação no campo, ao propor uma pedagogia que prepara os homens para o plantio sem destruir a terra, valorizando a

¹³⁴ - CALDART, Roseli Salete. O papel do educador dos povos do campo. **Revista Sem Terra**. Ano V, nº 16, jul/set 2002, p. 36. Conferir também: CALDART, Roseli Salete. **Educação em movimento: formação de educadores e educadoras do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

¹³⁵ - CALDART, Roseli Salete. O papel do educador dos povos do campo. **Revista Sem Terra**. Ano V, nº 16, jul/set 2002, p. 37.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

preservação ambiental, vendo o campo e a natureza como um patrimônio coletivo, pertencente a todos os homens.

Trata-se de defender uma educação compromissada com a formação de novos sujeitos sociais no campo, isto é, o militante sem-terra, portador de uma identidade específica, que será moldada por um aprendizado que reconhece os diferentes sujeitos, portadores de saberes, culturas, olhares que vão se reconhecer e se identificar ao longo do próprio processo do aprendizado escolar.

A qualificação da sua militância levou o MST a buscar parcerias com as universidades públicas e privadas no país. Militantes ingressam em cursos que variam de história à agronomia, buscando avançar a capacidade de articulação do movimento com a sociedade e construindo novo patamar na luta pela terra. Além disso, em 2005, foi inaugurada a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), que dirigida pelo MST busca capacitar seus quadros em cursos de nível superior e / ou técnicos. Ao mesmo tempo, a ENFF busca preparar novas lideranças para o movimento, garantindo sua capacidade de renovação e intervenção nas lutas pela terra no país.¹³⁶

Fechando esse círculo, chegamos ao setor de imprensa do MST. O **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra** é uma das mais antigas formas de comunicação do movimento. Surgiu em 1981 e se propõe divulgar e informar aos militantes sobre os fatos relativos à luta pela terra.

¹³⁶ - www.uol.com.br Uol – Últimas Notícias. Agência Reuters. 23/01/2005

Apresentou-se, desde sua fundação, como um importante mecanismo de constituição da identidade sem-terra. Sua leitura deveria ser efetuada de forma partilhada, solidária, como o próprio jornal sugere:

*Leitura coletiva: de preferência, o jornal do Movimento não deve ser lido sozinho, mas sempre em grupo: no núcleo do Movimento, na família, na delegacia sindical etc. Isto facilita porque a gente já pode ir tirando as dúvidas, na hora, com outros companheiros e quem não sabe ler tem também a chance de ficar informado.*¹³⁷

Reunidos para a leitura, os militantes sem-terra apreendem informações e descobrem a capacidade de partilhar histórias comuns. Debatem, sonham e socializam suas experiências e propostas. Discutem e articulam as estratégias da luta pela terra no Brasil.

Esse movimento tornou-se o grande alvo a ser criminalizado, de acordo com as palavras dos grandes conglomerados midiáticos do Brasil. Que mídia é essa e por que questiona de forma tão dura o MST é o que veremos no capítulo seguinte.

¹³⁷ - **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra**. São Paulo, março/1988, nº 71, ano VIII, p. 16.

CAPITULO 3 – Erguendo a cerca da informação: a mídia e a criminalização do MST

3.1- Informar, comunicar: uma história

Discutir a elaboração de um jornal por parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra demanda uma análise sobre os significados da produção e da apreensão dos textos produzidos por um jornal vinculado a um projeto político de um específico movimento social. A elaboração de um jornal pelo MST, o **Jornal Sem Terra**, expressa uma tentativa de erigir um novo aparato comunicacional que aglutine olhares alternativos ao dominante.

Nesse sentido, cabe uma rápida análise acerca do processo de formação da mídia, em especial, a imprensa na história.

O desenvolvimento da escrita, enquanto transcrição da língua falada, e a superação da representação gráfica dos objetos foi o resultado do processo de avanço de um novo grafismo que culminou com o invento do alfabeto.¹³⁸ Isto atendeu ao crescente processo de intercâmbio comercial na região mediterrânea,

¹³⁸ - O desenvolvimento do alfabeto fonético - por volta de 1.500 a. C - na Fenícia e sua posterior difusão pelo Oriente Médio se explica, em parte, pela interdição religiosa, entre os povos semitas, da representação da imagem de Deus. Por outro lado, para os gregos, o alfabeto apresentava um novo dinamismo à representação gráfica da fala e, por isso mesmo, aprimoraram o alfabeto introduzindo as vogais. Conferir: BRETON, Philippe e PROULX, Serge. **Sociologia da comunicação**. SP: Loyola, 2002, p. 19.

que demandava novas formas de codificação gráfica facilitadoras da comunicação, aproximando cada vez mais a língua escrita e a falada.

A importância social da escrita se traduz pelo seu emprego imediato enquanto uma técnica de comunicação que teria modificado os mecanismos de circulação das idéias e informações, ao mesmo tempo em que se apresenta como um instrumento de poder para os que dominavam a sua reprodução, criando uma nova camada social ciosa de seu prestígio.¹³⁹

O Império Romano se caracterizou por sua extensão territorial onde conviviam diversos povos e culturas, e que se integravam mediante o emprego de um pragmatismo político centrado na tolerância e, por vezes, na absorção ao panteão romano dos deuses e práticas religiosas dos povos conquistados.

Esse processo de convívio e assimilação também assumiu outra faceta: a da romanização dos povos conquistados. Nesse contexto, a língua falada e a escrita assumiram importante papel integrador. O latim se apresentava como uma língua universal permitindo a unificação dos modos, costumes e decisões tomadas por Roma para serem seguidas pelo Império.

Foi dentro dessa nova realidade que se inseriu a preocupação romana com a *informatio*, isto é, a informação, o ato de dar uma forma, moldar e, ao mesmo tempo, ensinar e instruir. O latim se tornava uma “*língua completamente voltada*

¹³⁹ - BRETON, Philippe e PROULX, Serge. Op. cit. págs. 22 e 23.

para a comunicação material,¹⁴⁰ e a comunicação passou a expressar uma política inerente ao império permitindo a uniformização das ações tomadas nas diversas províncias a partir da decisão do centro imperial em Roma.

Ao considerarmos a formação de uma técnica de comunicação no mundo antigo, não podemos nos esquecer do papel da retórica, que pode ser definida como uma reflexão sobre o discurso e a sua capacidade de convencimento mediante técnica de persuasão.¹⁴¹ Foi em Roma, com Quintiliano (30-100 a. C), o momento do encontro entre a retórica e a escrita. As regras, a correção de textos, o ensino da escrita da leitura formariam um corpo metodológico permitindo sua própria reprodução junto à sociedade.

Se num primeiro momento a retórica se apresenta como a essência central no processo informativo/comunicativo, seu encontro com a escrita transformou essa própria dinâmica. Em Roma nasceu a primeira forma de jornal de que se tem notícia: o *Acta Diurna* que permitiu a Júlio César prestar contas de seus atos na liderança política da República. Além disso, informava acerca dos festejos coletivos que marcavam a urbe romana.

Essa nova concepção, de um veículo de informação cotidiana, viria a se impor ao longo da estruturação do Império Romano e de sua posterior decadência. Apesar da fragmentação do Império Romano em diversos reinos após a conquista de Roma por Odoacro, rei dos Hérulos, em 476 d.C., manteve-se a demanda por

¹⁴⁰ - Ibidem id. P.34.

¹⁴¹ - Ibidem id. P. 27.

comunicação, em parte pela necessidade de se reconstruir uma unidade política que unisse a cristandade européia. A formação do Sacro Império Romano efetuada por Carlos Magno, em 25 dezembro de 800 d.C, explicita a permanência do emprego da informação escrita e da continuidade da idéia de comunicação.

O latim permanecia como a língua empregada nas ações diplomáticas, na estrutura religiosa e nas cortes monárquicas e na corte de Carlos Magno. Entretanto, lentamente começaram a surgir variações lingüísticas locais que expressavam o contato entre as populações romanizadas e os conquistadores germânicos.¹⁴² Essas novas variações lingüísticas configuravam o que se convencionou chamar de línguas vernáculas.¹⁴³

O processo de formação dos modernos Estados nacionais fortaleceu a configuração dessas línguas vernáculas em línguas nacionais. Na Europa Ocidental, a França, Espanha, Portugal, Inglaterra e Holanda, além da Polônia no leste europeu, o processo de construção de um Estado nacional permitiu unificar uma maior homogeneidade étnica consolidando um olhar que materializou a certeza de um passado comum, com uma unidade lingüística que expressava o novo centro político do reino.¹⁴⁴

¹⁴² - Francos, Ostrogodos, Visigodos, Vândalos, saxões, entre outros, eram povos que habitavam o norte da Europa e que, num lento processo que combinava migração pacífica e conquista militar, ocuparam as terras do Império Romano construindo novos reinos após 476 d. C.

¹⁴³ - O termo faz se originou do latim *vernaculum*, proveniente *verna*, que designava o escravo nascido na casa do senhor e que costumava falar na língua de sua comunidade. Posteriormente passou a designar as línguas neo-latinas que tornar-se-ão as modernas línguas nacionais na Europa.

¹⁴⁴ - HROCH, Miroslav. Do movimento nacional à Nação plenamente formada: O processo de construção nacional na Europa. In: BALAKRISHNAM, Gopal (org.) **Um mapa da questão nacional**. RJ: Contraponto, 2000, p. 86. Conferir também, HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1870**. RJ: Paz e Terra, 1991.

A invenção da imprensa por Gutenberg, por volta de 1455 d.C, favoreceu o processo de construção dos Estados nacionais na medida em que permitiu o refinamento das línguas vernáculas, agora transformadas nas línguas nacionais. A partir desse momento, e,

*pela primeira vez, a língua por meio da qual o povo de uma região distinta falava e pensava era a mesma por meio da qual os estratos do governo, os intelectuais e o clero escreviam e liam (...) Esse fato salientava a idéia de formar uma comunidade cujos membros fossem facilmente identificáveis por sua capacidade de se comunicar entre si.*¹⁴⁵

Foi durante o período do Renascimento que a comunicação escrita encontrou seu maior impulso, expressando o profundo impacto da invenção da imprensa na sociedade europeia. De fato, ocorreu maior difusão e popularização dos textos escritos. Como dado comparativo, ao finalizar o século XV, a Itália possuía 73 prensas, nas terras da atual Alemanha existiam 51 prensas, na França 39, na Espanha 24 e nos Países Baixos 15 prensas, que totalizavam 35 mil edições. Na metade do século XVI, a tiragem já atingira cerca de 150 mil edições, com o total de 200 milhões de exemplares negociados no novo mercado editorial. Já no século XV, Veneza era o principal centro impressor da Europa com cerca de 4.500 edições,

¹⁴⁵ GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: O Estado nacional e o nacionalismo no século XX**. RJ: Jorge Zahar, 1997, p. 76.

equivalente a 20% do mercado. Além disso, a indústria de livros de Veneza se estruturava de forma similar a uma moderna organização capitalista,

*com um pequeno grupo no controle e o apoio financeiro de mercadores, cujo interesse econômico era muito maior do que a venda de livros. No século XVI, estimava-se que cerca de 500 impressores e editores produziram de 15 mil a 17.500 títulos e possivelmente 18 milhões de cópias.*¹⁴⁶

Ter-se-ia o avanço de um novo negócio, a produção de livros e sua comercialização, que impulsionaria o mundo da leitura e da comunicação. Claro que o avanço do mercado editorial contou com o ingresso de outros agentes, entre os quais a Reforma protestante, para ampliar a demanda por textos e livros que respondessem aos novos anseios desta sociedade consumidora.

A força da nova invenção, a máquina de imprimir, se traduziu numa socialização do saber e das informações. Se somarmos ao papel alfabetizador da Reforma Protestante, em especial o luteranismo, que defendia a tradução e a publicação da Bíblia na língua comum, utilizando o ensino religioso como instrumento de alfabetização, veremos como a nascente indústria editorial encontrou terreno fértil para a sua propagação em território europeu.

¹⁴⁶ - BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. **Uma história social da mídia. De Gutenberg à internet.** RJ: Zahar, 2004, p. 65.

A circulação da produção textual universalizou autores até então circunscritos ao regional e aprofundou um profícuo debate intelectual que acompanharia o Renascimento. Além disso, redimensionou o papel do próprio livro. Se, para a Igreja, o livro funcionava como um instrumento que conservava os textos debatidos no âmbito dos círculos monásticos, no Renascimento, o livro tornou-se portador de mudanças na esfera do conhecimento, e, portanto, assumiu a tarefa de fazer circular e difundir idéias, atuando como importante ator da comunicação.

A expansão do livro permitiu uma significativa inovação no plano intelectual pós-renascimento: a noção de que “idéia” se apresentava como

*um objeto mental que poderia, doravante, transportar-se, transferir-se, enriquecer-se, verificar-se, acrescentar-se, modificar-se, combinar-se ainda melhor porque não estava mais ligado a um sistema teológico que normalizava e restringia sua circulação.*¹⁴⁷

Essa liberdade para a circulação das idéias transformava o intelectual em um artesão do conhecimento, impingindo à obra um toque pessoal, tornando-a uma expressão da sua individualidade. A circulação das idéias geraria um duplo

¹⁴⁷ - BRETON, Philippe e PROULX, Serge. Op. cit. p. 47.

movimento: o das trocas culturais que transcendem fronteiras e da defesa da liberdade de produção como essencial para a livre circulação do conhecimento.

Claro que ao falarmos de circulação podemos também apontar outra importante novidade: a do ingresso do livro no mercado enquanto produto comercializável e que atende a um determinado público consumidor. Simultaneamente à circulação de idéias, circulam livros produzidos em novos empreendimentos, as editoras, algumas das quais passam a produzir em diversas línguas, ampliando seus ganhos pela Europa. ¹⁴⁸

O novo mercado também seria impulsionado pela expansão da Reforma luterana. Para Lutero, a leitura da Bíblia se apresentava como importante fator para a formação da boa alma cristã e incentivou sua tradução no vernáculo, isto é, as línguas nativas que se tornariam as modernas línguas nacionais. Diante disso, assistiu-se ao aumento da alfabetização na Europa, em especial nos países das igrejas reformistas, ampliando, na prática, os consumidores de livros e de informações. A própria Igreja Católica estimularia a ação pedagógica de seus missionários quer nas terras controladas por reformistas, quer nos domínios coloniais, estimulando a organização de Ordens que utilizavam a educação como instrumento da catequese, notabilizando-se aí a Companhia de Jesus.

Para os reformadores, o sucesso de sua tarefa estava em sua capacidade de conseguir se comunicar com todos os cristãos – não importando se fossem todos

¹⁴⁸ - Conferir: BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. **Uma história social da mídia. De Gutenberg à internet.** RJ: Zahar, 2004.

num vilarejo, região ou país – objetivando conquistar e consolidar o avanço da nova igreja. O mesmo se aplicaria à Igreja Católica após o Concílio de Trento (1545-1563), a partir do qual se buscou recuperar terras incorporadas aos reformistas mediante um esforço maior de catequese. Visava-se quebrar, por meio de argumentos teológicos, as idéias defendidas por teólogos reformistas.

Dentro dessa lógica, duas novidades se impuseram: a valorização do debate no intuito de conquistar fiéis, através do enfrentamento teológico entre as igrejas, e a defesa de novas formas de comunicação entre as mesmas e os fiéis, objetivando realçar os laços de ligação entre os mesmos. Com isso, teve início um novo processo de circulação de idéias, que demandava a permanência de um contexto de maior liberdade para a divulgação e produção de textos. Isso, apesar de na Europa católica, a instalação do Tribunal de Santo Ofício e a introdução do Índice de livros proibidos ter atuado como um freio nesse processo.

Por outro lado, a manutenção de laços com uma determinada igreja se apresentava como expressão de uma individualidade dos homens. Liberdade e individualismo - a Europa começava a assistir a marcha para a consolidação de novos valores que pautariam os ideais do liberalismo dos séculos XVIII / XIX. Ainda que essa primeira conjuntura estivesse ligada a uma nova forma de aproximação individual com Deus - em especial nos cultos reformistas onde foi rompido o monopólio da interpretação dos sacerdotes sobre a Bíblia -, lentamente se aprofundava uma percepção de que a produção de textos e a circulação do conhecimento demandavam a inexistência de amarras que limitassem sua apreensão.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

No século XVIII, o avanço dos ideais iluministas e o advento da Revolução Francesa, ampliaram e redimensionaram a defesa da livre-circulação de idéias, além da necessidade de maior socialização das informações. Permeada pela leitura iluminista em favor das liberdades individuais, a revolução trouxe ao centro dos debates o papel do uso da informação como arma política. Dentro dessa nova concepção, a comunicação passou a ser visualizada como um ato social que integrava os indivíduos livres no espaço privado, ainda que, limitada não mais pela censura promovida pelo poder público, mas sim, pela esfera privada da liberdade do outro.

O respeito diante dos espaços individuais pressupunha que cada indivíduo é dotado de uma gama de informações que lhe permite escolher e analisar. A construção da “democracia burguesa” demanda, portanto, o acesso de todos à comunicação e ao saber. Não foi mera coincidência o fato de que durante a Revolução Francesa um dos principais veículos de informação dos diversos grupos políticos tenha sido o jornal.

Desde o século XVII, os jornais começaram a fazer parte da vida cotidiana das grandes cidades européias, quer como semanários ou mesmo como diários. Na Grã-Bretanha, as publicações começaram a se especializar visando atender um público específico, como por exemplo, jornais de corte acadêmicos como o *News of*

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

the Republic of Letters que divulgava as novas descobertas científicas, os novos lançamentos em livros e apresentava resenhas.¹⁴⁹

O sucesso dos jornais se traduz em números: no século XVIII, cerca de 15 milhões de jornais foram comercializados na Grã-Bretanha em 1792. Com a expansão dos jornais, desenvolve-se uma nova cultura, a da opinião pública, cujo primeiro registro, como nos lembra Burke e Asa em seu trabalho já citado, remonta a 1750 na França. A idéia, no século XVIII, de uma opinião pública expressava a compreensão que a nova realidade da circulação de idéias e informações abandonara a esfera do privado tornando-se um “bem público” acessível aos leitores de jornais.

Ao longo do século XVII, essa esfera pública tornou-se menos informativa e cada vez mais formadora de opinião nos círculos privados, tornando-a imprensa um ator considerável no jogo político, transformando-se no que se convencionou denominar, o quarto poder. Em parte por que a imprensa assumiu – especialmente com a Revolução Francesa – um papel propagandístico na defesa de interesses específicos em suas páginas. A esfera pública, o jornal, cada vez mais se via regida por interesses privados, ainda que tal dimensão fosse acobertada sob o mito da imparcialidade da imprensa.

Expressando os olhares dos antagônicos grupos políticos que disputavam o controle do Estado, a imprensa tornou-se um importante instrumento panfletário convocando as massas populares à arena política. Danton (1759-1794) usou do

¹⁴⁹ - Conferir, BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. Op. cit., p. 78.

talento do jornalista Camille Desmoulins (1760-1794) para nas páginas do *Le Vieux Cordellier* atacar o governo jacobino liderado por Robespierre (1758-1794) e Saint-Just (1767-1794), e defender as posições do grupo dos Indulgentes que desejavam o fim do terror e do avanço da participação democrática das massas populares na política francesa.

Com o uso do jornal e com sua poderosa retórica, Danton galvanizou grande platéia entre as massas populares questionando os jacobinos e construindo em torno de si um consenso legitimador de suas propostas. A reação jacobina não se traduziu somente na prisão de Danton, Desmoulins e de outras lideranças dos Indulgentes para posterior julgamento, condenação e execução, mas também no fechamento do jornal, *Le Vieux Cordellier*, em janeiro de 1794, o que explicitou o novo papel assumido pela imprensa no campo político e, como contrapartida, a tensão que se instauraria nas relações entre o público e o privado na política. Por um lado, o uso da imprensa enquanto peça de propaganda, por outro, a percepção de seu papel construtor de uma opinião pública contrária aos interesses do poder público.

Nesse novo contexto, a defesa da liberdade de imprensa tornou-se emblemática, na medida em que se apresentava como um eficaz instrumento garantidor da função propagandística da imprensa sem o ônus da reação do poder público. Na prática, a liberdade de imprensa consolidou a margem de autonomia da mesma tornando-a poderoso ator político junto ao Estado.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Claro que esse processo de fortalecimento da imprensa se consolidou paralelamente ao processo de modernização de comunicação da sociedade mundial, em especial ao longo do século XIX. Essa modernização encurtou as distâncias e o tempo para o envio de notícias. Destacam-se nesse processo a ferrovia a vapor, o surgimento do moderno sistema de correios e o telégrafo.

As mudanças na comunicação favoreceram a transmissão de informações e, conseqüentemente, a difusão de jornais. A velocidade da divulgação de notícia reestruturou os jornais, que assumiram perfil mais ágil, além da própria produção textual com o desenvolvimento de uma linguagem específica para os jornais. O espaço do jornal também sofreu modificações com o aumento de seções literárias, onde foram lançados os folhetins – novelas curtas publicadas semanalmente e escritas por autores de renome literário -, além de seções de culinárias, esportes, dicas para o cotidiano e, ao iniciar o século XX, os quadrinhos.

Dentro dessa nova realidade, os jornais assumiam cada vez mais um aspecto empresarial e um fim comercial. O tempo dos jornais vinculados a grupos políticos começava a ser superado por um tipo de jornal que aliava informação, entretenimento, cultura e opinião política. A era dos grandes conglomerados da informação começava a surgir e com ela os grandes “barões da imprensa”.

A nova estruturação da imprensa requeria nova forma de organização dos jornais implicando a manutenção de correspondentes, o domínio de novas tecnologias, como o telégrafo, o rádio, a radiotelegrafia, a radiofoto, etc. Os custos

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

dessas novas tecnologias, acrescidos da própria impressão de grandes quantidades de papéis, dificultariam a permanência de pequenos jornais, regionais ou municipais. Os jornais com tiragem nacional passaram a dominar o mercado.

Esse processo mudou radicalmente a cara dos jornais. De um tablóide com poucas páginas, editado pelo jornalista solitário que, em alguns casos, contava com poucos auxiliares e cujo texto expressava a opinião direta do autor sobre determinados acontecimentos políticos sobre o qual ele assumia a defesa de suas posições - daí seu caráter panfletário - o jornal tornou-se uma grande empresa, com um editor geral, jornalistas, redatores e outros trabalhadores.

O **The Times** e o **Daily Telegraph** na Inglaterra, o **New York Times**, nos EUA, são alguns exemplos desses novos empreendimentos jornalísticos dirigidos pelos grandes “barões da imprensa” que passaram a assumir maior autonomia política tornando-se cada vez mais formadores de opinião em detrimento do mero papel de relatar os acontecimentos. A possibilidade de intervenção destes jornais no cotidiano político resultou em novos debates acerca da liberdade de imprensa.

Na França, na Prússia e, mesmo, na Grã-Bretanha, debates eram feitos acerca dos limites da atuação da imprensa e de sua responsabilidade diante da sociedade. Na Grã-Bretanha, ciosa da defesa das liberdades individuais, os debates se restringiam aos limites éticos na divulgação de notícias e/ou comentários que afetassem credibilidades pessoais ou de membros da realeza.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

Já na França e na Prússia, a legislação buscava controlar a divulgação de notícias consideradas por uma censura prévia como ofensivas ao Estado. A censura era defendida mediante a aprovação de uma rigorosa Lei de Imprensa que controlaria as publicações nos jornais. Os debates parlamentares em ambos os países foram acompanhados pela própria imprensa que defendia com rigor sua autonomia.

Analisando os debates parlamentares na Prússia, Marx escreveu um pequeno artigo denominado *Liberdade de Imprensa*. Defendendo com vigor a liberdade da imprensa, ele afirmava que o povo vê na imprensa livre um instrumento que traduz seu olhar crítico diante do Estado. Para Marx,

a imprensa livre é o olhar onipotente do povo, a confiança personalizada do povo nele mesmo que une o indivíduo ao Estado e ao mundo, a cultura incorporada que transforma lutas materiais em lutas intelectuais, e idealiza suas formas brutas. É a franca confissão do povo a si mesmo, e sabemos que o poder da confissão é o de redimir. A imprensa livre é o espelho intelectual no qual o povo se vê, e a visão de si mesmo é a primeira condição de sabedoria. É a mente do Estado que pode ser vendida em cada rancho, mais barata que gás natural. É universal, onipresente, onisciente. É o mundo

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

ideal que flui constantemente do real e transborda dele cada vez mais rico e animado.

150

Em Marx fica claramente definida a noção de que a imprensa é livre por se apresentar como um instrumento da consciência transformadora dos homens, e, nesse sentido, sua liberdade se vincula diretamente com sua função emancipatória. A imprensa é o olhar da sociedade na luta contra a tirania e o arbítrio. A liberdade de imprensa não se encontra dissociada da própria liberdade humana! Eis um importante axioma desenvolvido por Marx. A defesa da liberdade da imprensa defendida pelos jornais burgueses do século XIX dissociava-se da liberdade de voto para os operários, do direito de organização sindical, do direito de greve. Por isso mesmo, se apresentava de forma capenga, atendendo a interesses de classe específicos.

Por outro lado, quando a burguesia, no afã de defender uma imprensa sem o controle do Estado, defendeu a liberdade de imprensa como continuidade da liberdade de ofício, encontrou em Marx um ferrenho crítico. Para Marx, a ligação entre imprensa e liberdade de ofício era confirmar a liberdade do impressor, do negociante, do editor e não a do jornalista, do articulista, do texto¹⁵¹. A imprensa livre só se traduziria efetivamente em sua capacidade de manter uma postura crítica e ligada aos interesses populares.

¹⁵⁰ - MARX, Karl. **Liberdade de imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 1999, p. 65.

¹⁵¹ - Ibidem id. P. 84.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Na prática, a burguesia conseguiu um espaço mínimo de autonomia reduzindo o rigor da censura e transformando a Lei de Imprensa em leis de responsabilidades, que afetavam muito mais o autor do texto do que a empresa jornalística. Com isso, atingiu-se um paradoxo: as grandes empresas possuíam a autonomia para formar a opinião e capacidade financeira-política para proteger seus jornalistas, enquanto que a imprensa popular, em especial a ligada aos trabalhadores se encontrava amarrada aos mecanismos legais que controlavam sua ação pairando como uma espada de Dâmocles¹⁵² tanto sobre os jornalistas quanto sobre os jornais operários.

Dessa forma ficou consolidada a concepção de uma imprensa desvinculada das causas populares e, mesmo que tenha como público os setores populares, coube a esse modelo vitorioso erigir valores que expressavam o olhar da ordem quebrando a capacidade de crítica inerente aos jornais panfletários dos movimentos políticos populares.

Claro que não se pode desconsiderar a intrínseca vinculação entre a imprensa e os valores sociais de seu tempo. Nesse sentido, a imprensa se tornou beneficiária da vitória do liberalismo político que conjugado ao liberalismo econômico garantia não só o livre - expressar, como também, o livre - negociar. Essa realidade tornou os Estados Unidos um território livre para a expansão imprensa livre das amarras cerceadoras do poder político. Cabe ressaltar que, em especial nos Estados Unidos,

¹⁵² - De acordo com a mitologia grega, Dâmocles era um cortesão junto ao tirano de Siracusa, Dionísio I. Desejando viver a vida do tirano, trocou de lugar com o mesmo. Por uma noite, Dâmocles viveu como um tirano. No meio da festa percebeu que uma espada pairava sobre sua cabeça de forma que só o comedimento e a boa governança impediam a espada de cair sobre o tirano.

a sustentação da imprensa deu-se por meio da venda de anúncios para setores privados liberando os jornais de favores financeiros públicos que pudessem, concretamente, amarrar a linha editorial ao Estado.

Dentro desse quadro de transformações, os donos dos jornais passaram a imprimir uma marca própria aos periódicos, tornando-os uma extensão escrita dos valores e interesses pessoais destes empresários. Esses empresários atravessaram o século XIX e o XX transformando seus interesses em editoriais de jornais e estimularam tensões quando lhes convinha. Um exemplo dessa atuação pode ser percebida na atuação dos empresários da imprensa, William Randolph Hearst (29/04/1863 – 14/08/1951), proprietário do **New Yorker Morning Journal**, e de Joseph Pulitzer (18/04/1847 – 29/10/191) dono do **New York World**, que usaram as páginas dos diários para defender a intervenção norte-americana na luta pela independência cubana. O incidente do navio USS Maine, da marinha de guerra dos EUA que explodiu no porto de Havana, tornou-se o mote para que estes o jornais bradassem a retaliação contra o atentado efetuado pelas autoridades espanholas, fato nunca comprovado.

A virulência das reportagens denunciando atrocidades espanholas contra os cubanos e a veemência com que clamavam os EUA a lutarem em Cuba resultou numa opinião pública favorável ao envio de tropas e ao início da Guerra Hispano-Americana em 1898. Parte da imprensa norte-americana batizou os dois jornais sensacionalistas com o termo “jornalismo amarelo”, expressão que passou a

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

designar tablóides sensacionalistas nos quais as notícias não são necessariamente comprovadas acerca de sua veracidade.¹⁵³

Esses empresários assumem a defesa do liberalismo econômico e passam a questionar em suas páginas qualquer proposta oriunda dos trabalhadores que traduza uma ameaça ao modelo liberal. Seus jornais buscam entreter e informar os trabalhadores e, ao mesmo tempo, isolá-los das propostas socialistas e anarquistas apresentadas como ofensivas à religião e geradoras de violência entre os diversos grupos sociais. Em suma, os grandes empreendimentos jornalísticos assumiram a defesa da ordem, ainda que discordassem de determinadas políticas públicas ou das lideranças no poder.

O século XX marcou a consolidação dos jornais como o principal meio de informação num contexto em que novas formas de comunicação se desenvolviam. A importância das transmissões de notícias por telégrafo, por radiocomunicação e por radiodifusão operaram importantes mudanças nas redações de jornais que passaram a manter equipes prontas para redigir textos de última hora. Além disso, os jornais assumiram um formato mais diversificado para enfrentar a rápida expansão do rádio como meio de comunicação nas quatro primeiras décadas do século XX.

Diante disso, os jornais buscaram ampliar os espaços de informações sobre saúde, comércio e negócios, esportes, arte e cultura. Parcerias com as grandes agências de notícias – Reuters, Associated Press, entre outras – permitiam o

¹⁵³ - O termo imprensa amarela também explicitou o impacto das inovações gráficas de Pulitzer em seus jornais, com colunas para mulheres, seção de esportes e a publicação da 1ª tira de quadrinhos, “The Yellow Kids”, em 1895. No Brasil, a designação assume o termo “imprensa marrom”.

recebimento de informes internacionais mantendo o leitor atualizado nos grandes temas mundiais, além do maior emprego de fotografias nas páginas mantiveram os jornais como importante instrumento de informação.

Além disso, a edição diária sofreu importantes mudanças com a redução – e quase extinção – dos jornais vespertinos que se encontravam desatualizados ante a velocidade de informações lidas e debatidas com a publicação nos matutinos. Com isso, abriu-se o espaço para o surgimento das edições extraordinárias quando o evento tinha forte impacto na sociedade a ponto da notícia vir a propagar comoção e interesse, justificando o custo de outra edição no mesmo dia.

O avanço do rádio e da televisão, entre os anos 1920 e 1960, não afetou de forma significativa o peso da imprensa escrita. Desde seus primórdios, os debates que antecederam a estruturação da grade de programas nos dois novos meios de comunicação incorporaram programas de notícias, radiojornais e telejornais que informam o público sobre os acontecimentos.

Por outro lado, ocorreu um novo processo de concentração de capital com os grandes empreendimentos jornalísticos atuando junto aos novos meios de comunicação, em especial, à televisão. Processo esse que ocorreu quer na Europa, nos Estados Unidos ou mesmo no Brasil. O avanço dos monopólios da mídia provocou – de forma tímida - tentativas de contenção dos mesmos. Em alguns países, como por exemplo nos Estados Unidos, surgiram leis que restringiam a posse de jornais e cadeias de rádio e TV sobre a mesma empresa. Na Itália, a ascensão

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

política do empresário da mídia, Silvio Berlusconi (29/9/1936), proprietário do grupo Fininvest e o principal controlador do Mediaset (englobando três canais televisivos, internet, imprensa e produção de audiovisuais, sem contar outras empresas fora da fronteira italiana) provocou profundos debates não só na sociedade italiana, como no próprio Parlamento Europeu, visando à aprovação de uma legislação específica para impedir a formação de monopólios nos meios de comunicação.¹⁵⁴

Claro que esse processo de fortalecimento dos grandes complexos de informação implicou em rearranjo nas estruturas decisórias da mídia. Em parte a estrutura familiar foi substituída por uma organização profissional com diretores-executivos, financeiros entre outros. A perda do caráter familiar desses grandes complexos informacionais resultou também em novas e sutis mudanças na abordagem da informação. O jornalismo investigativo assumiu importante peso no interior dos jornais, não pela sua capacidade de se apresentar como salvaguarda da moralidade pública, mas sim, pelo impacto das reportagens favorecendo o aumento das vendas nas edições. Ao mesmo tempo, a influência dos novos jornais na mídia se despersonalizou assumindo um caráter corporativo, onde o editor-chefe é substituído pela linha editorial da empresa. Com isso, os grandes monopólios vão

¹⁵⁴ - A sessão de 24 de outubro de 1997 do Parlamento Europeu aprovou o relatório Daskalaki que defende o impedimento aos monopólios comunicacionais e a democratização das comunicações entre os países membros da Comunidade Européia. Sobre o tema conferir: BRASIL, Sérgio de Souza. A internacionalização na produção de informações. In: MORAES, Dênis (org.). **Globalização, mídia e cultura contemporânea**. Campo Grande: Letra Livre, 1997; MORAES, Dênis de. A dialética das mídias globais. In: **Globalização, mídia e cultura contemporânea**. Campo Grande: Letra Livre, 1997; SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Hackers, monopólios e instituições panópticas**. In: www.comciencia.br/comciencia/labjour/83.10/12/2006. Copiado em 07/01/2007.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

amarrar seu corpo profissional ao projeto institucional coibindo e cortando as dissidências.¹⁵⁵

Além do mais, os valores neoliberais tornam-se o avatar dessas novas corporações midiáticas que transformaram suas páginas em arautos da nova era. Vivemos a era das certezas! A certeza, para a mídia das grandes corporações, que o neoliberalismo e seu corolário, a globalização, são inevitáveis e únicos. O avanço da globalização em concomitância com novas formas de comunicação, internet, telefonia celular, TV a cabo etc., favoreceram um novo patamar econômico para as grandes empresas de comunicação e informação: a sua globalização. A demanda pelo lucro e pelo controle dos emergentes mercados latino-americanos e asiáticos resultou em fusões e na formação de gigantescos complexos midiáticos que competem e dividem o mercado mundial entre si.

Claro que a mídia não é só um complexo econômico. Ela produz sentido e, portanto, constrói representações sobre o real. Com isso, se apresenta enquanto instrumento ligado à indústria cultural, transformando seu público em consumidor, isto é, um objeto da própria indústria.¹⁵⁶ Essa indústria, cuja mercadoria é a informação, ao se reproduzir entre indivíduos, anula a própria individualidade uniformizando olhares e saberes. Por vezes, a subjetividade de tal forma impera, que a própria verdade torna-se uma mistificação subjetiva.

¹⁵⁵ - Em entrevista ao Jornal Nacional de 11/01/2007, a executiva da TV RCTV venezuelana questionava a não renovação da concessão pública para a emissora decidida pelo governo Chávez. Para ela, as acusações de que a emissora havia apoiado o golpe de 2002 eram infundadas pois não se podia culpabilizar a emissora por ações individuais. Sobre o papel da mídia venezuelana no golpe de 11 de abril de 2002 cabe ver o documentário “A revolução não será televisionada” filmado e dirigido por Kim Bartley e Donnacha O’Briain em 2003.

¹⁵⁶ - BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita, **Videologias**. SP: Boitempo, 2004, p. 53.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

Dentro dessa nova dinâmica, o

*mercado da mídia global passou a ser dominado por sete multinacionais: Disney, AOL-Time Warner, Sony, News Corporation, Viacom, Vivendi e Bertelsmann.*¹⁵⁷

Essas grandes corporações impulsionam novos parâmetros culturais, impondo a produção norte-americana como referência básica de consumo. A expansão da TV a cabo/por assinatura tornou-se o foco central desse novo mercado de exportação, com o discurso neoliberal da desregulamentação da mídia servindo como porta-estandarte para essa nova invasão cultural. Com isso, assistiu-se ao processo de padronização cultural, com a perda ou mesmo significativa redução do caráter nacional das produções. Diante dessa realidade desfragmentada, nada surpreende do que ver a transposição de um romance que fala do *Kanun*, o código de leis não escritas que regia a vida e os costumes dos montanhese albaneses para uma briga familiar num sertão atemporal do Nordeste brasileiro, como no filme de Walter Moreira Salles, **Abril Despedaçado**.¹⁵⁸

Não só a cultura sofre com a padronização/mundialização. Os canais de notícias vão seguir o padrão CNN com o locutor e/ou comentarista na tela e,

¹⁵⁷ - MCCHESENEY, Robert W. *Mídia global, neoliberalismo e imperialismo*. In: MORAES, Dênis. **Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder**. RJ: Record, 2003, p. 221.

¹⁵⁸ - Walter Moreira Salles adaptou o livro de Ismael Kadaré, *Abril Despedaçado* que foi publicado no Brasil pela editora Companhia das Letras, e que trata das tensas relações numa aldeia montanhosa regida pelo *Kanun*. O filme estreou em 2001 e é uma co-produção brasileira, suíça e francesa.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

embaixo do visor pequenos textos apontando novas notícias que ocorrem simultaneamente no mundo ou na região do noticiário. Os jornais também buscam padronizar suas notícias e análises. Cada vez menos o olhar sobre os jornais permite uma reflexão autônoma e crítica. Temas de relevância mínima são lidos com um impacto alarmante, caso venham a questionar a inevitabilidade do neoliberalismo.

Dessa forma, as tensões entre Cochabamba com sua elite autonomista e o governo Evo Morales, serão noticiados pela mídia globalizada como um risco à democracia continental, simultaneamente, as políticas tomadas por Hugo Chávez na economia venezuelana vão afetar os investimentos externos no Brasil. Tudo refletindo uma mídia pasteurizada que se apresenta como um arauto da ordem neoliberal.

O surgimento e o boom da internet, nas últimas décadas do século XX, trouxe novas questões para a mídia, em especial a imprensa escrita. A internet reuniu no mesmo espaço imagem, imagem em movimento, texto e som, tornando sua interação mais ágil e dinâmica atraindo maior interesse do leitor, além de um custo menor para quem se habilita a montar um jornal on-line - individualmente todos podem montar uma página jornalística bastando à posse de um computador e uma assinatura com um provedor para um sítio na rede.

Os movimentos sociais contestatórios ao neoliberalismo apreenderam de forma eficaz a importância da internet. O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) foi o primeiro movimento a utilizar a internet para divulgar suas idéias. A

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

página do EZLN aponta as bases do conflito, entrevistas com intelectuais simpáticos ao movimento, documentos dos zapatistas e textos assinados pelo Subcomandante Marcos, atualmente auto-intitulado, Delegado Zero. Trocas de textos, correio eletrônico, articulações e estratégias comuns, passam a ser marcas dos novos movimentos sociais que utilizam a tecnologia de ponta para campanhas e encontros mundiais comuns, como o *Jubileu 2000*, o *Jubileu Sul* e, o *Fórum Social Mundial*, entre outras campanhas e encontros.¹⁵⁹

A presença da internet e sua capacidade de maior democratização das informações somadas ao seu maior dinamismo, obrigaram os jornais a, novamente, se reestruturarem. Surgem as páginas on-line que devem estar atualizadas com velocidade, abrem-se espaços para publicações críticas que resgatam os primórdios da imprensa ao expressarem o olhar de grupos sociais não-contemplados no espaço da mídia tradicional, projetos alternativos à ordem são socializados na rede.

Sem dúvida, a internet tem afetado a circulação de jornais que vivem o dilema de abrir ou não suas páginas na rede a todos os internautas. Diante do impasse de ver seus leitores migrarem para outros sítios, os jornais passaram a criar redações específicas para a rede, publicando as notícias da edição impressa e seções especiais para atrair o leitor.

¹⁵⁹ - Conferir: AGUITON, Christophe. **O mundo nos pertence**. SP: Perdizes, 2002; HARDT, Michael. Movimentos em rede, soberania nacional e globalização alternativa. In: MORAES, Dênis (org.). **Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder**. RJ: Record, 2003; ROMA, Pepa. **Jaque a la globalización**. Barcelona: Debolsillo, 2002.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Apesar disso, a própria mídia aponta uma redução na tiragem e nos ganhos com publicidade. Em artigo publicado na revista **Carta Capital**, de 27 de dezembro de 2006, o jornalista Paulo Henrique Amorim aponta a redução de 10% dos ganhos em publicidade nos últimos 10 anos (25,6% em 1996 e 15,7% em 2006).¹⁶⁰ Números significativos para as dimensões econômicas dos monopólios comunicacionais.

Cabe ressaltar que a idéia de um espaço totalmente livre na internet ainda enfrenta pressões. O governo estadunidense desde o 11 de setembro de 2001 buscou mecanismos de controle na troca de mensagens por correio eletrônico, o governo chinês controla o acesso a páginas ocidentais, o judiciário busca intervir nos provedores criando limites à difusão de imagens e textos. Além de um detalhe importante: mesmo as páginas de movimentos de radicalização política dependem de um provedor de acesso, isto é, uma empresa que pode simplesmente cancelar o acesso caso as razões de segurança demandem.

Não obstante, a internet abriu novos espaços de ação para os movimentos sociais. No Brasil, o MST tem utilizado a internet de forma eficaz para se contrapor aos monopólios da comunicação. No entanto, é necessária uma pequena introdução sobre como se estruturou e organizou a imprensa no país para que possamos compreender as peculiaridades da utilização dos recursos comunicacionais pelo movimento.

¹⁶⁰ - **Carta Capital**, n° 425, 27/12/2006.

3.2 - A imprensa no Brasil: um esboço histórico

A organização da sociedade colonial portuguesa no Brasil diferiu em diversos aspectos dos territórios americanos controlados pela Espanha. Não somente no aspecto econômico, na lida com as populações nativas, no peso da vida urbana, mas também, no campo cultural.

A Coroa lusitana interditou a criação de universidades, prensas, editoras e jornais. O ensino foi organizado junto aos colégios religiosos, notadamente os jesuítas, atendendo a uma dupla tarefa: a preparação cultural para os que desejavam seguir a carreira eclesiástica e uma base cultural para os poucos interessados na apreensão do conhecimento, dos quais uma minoria seguiria para Portugal visando estudar em Coimbra. Além dessas duas tarefas, os colégios jesuítas atuavam na catequese de índios favorecendo o processo de dominação cultural europeu pela fé e ampliando a presença da Igreja Católica no Novo Mundo.

A comparação entre as duas regiões coloniais não deixa dúvidas: no México, entre 1775 e sua independência, foram formados 7.850 bacharéis e 473 doutores e licenciados. No mesmo período, o número de portugueses naturais do Brasil formados em Coimbra foi de 720.¹⁶¹ As oficinas de imprensa são encontradas no México desde 1535, em Lima desde 1584. No Brasil, somente em 1747 surgiu a primeira gráfica, no Rio de Janeiro, logo fechada por ordem da Coroa portuguesa.¹⁶²

¹⁶¹ - BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. RJ: J. Olympio, 1984, p. 85.

¹⁶² - *Ibidem* *ide*. P. 86.

A defesa do controle sobre a pérola econômica de seu império colonial provocou as restrições ao desenvolvimento da cultura no Brasil. Para Portugal, era de grande importância limitar a circulação de idéias e novos conhecimentos que eram vistos como um risco à estabilidade de seu domínio sobre o Brasil. Aos infratores o degredo, caso de Gregório Matos enviado para Angola e de Tomás Antônio Gonzaga, degredado para Moçambique por seu envolvimento na Conjura Mineira de 1789, entre outros.

No entanto, o século XIX marcou novidades para a cultura no Brasil. A incorporação de Portugal aos conflitos continentais oriundos da política expansionista napoleônica, repercutiriam no Brasil. Em 1807, o Príncipe-Regente, D. João, viu-se obrigado a transferir a Corte lusitana para o Brasil ante a invasão das tropas francesas. A vinda da Corte provocou importantes mudanças no Brasil, não só no âmbito econômico-administrativo. A necessidade de publicar as decisões tomadas pela Coroa, e a importância de se fazer circular as informações pertinentes à Coroa portuguesa, demandaram o surgimento de uma gráfica no Brasil.

Em 13 de maio de 1808 era criada a Impressão Régia no Rio de Janeiro. Órgão oficial do Estado português com a função de imprimir a legislação a ser elaborada no Brasil. Além disso, D. João permitiu que a Impressão Régia imprimisse para particulares mediante pagamento ao erário da Coroa. Com isso, foi

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

lançado, em 10 de setembro de 1808, o primeiro jornal impresso e publicado no Brasil, a **Gazeta do Rio de Janeiro**.¹⁶³

A **Gazeta do Rio de Janeiro**, que tinha como editor o Frei [Tibúrcio José da Rocha](#)., em [29 de dezembro](#) de [1821](#) passou a se denominar simplesmente **Gazeta do Rio**. Após a [Independência do Brasil](#), teve como redator [Francisco Vieira Goulart](#) e, em 1823, transformou-se em **Diário do Governo**. Inicialmente, a Gazeta do Rio de Janeiro publicava decretos régios, informes sobre a família real e um noticiário internacional. Sob rígido controle da censura, as notícias tratavam das tensões européias envolvidas com as Guerras Napoleônicas, além de condenar a propagação das idéias liberais como causadoras do caos e da desordem.

Efetivamente, o primeiro jornal a circular no Brasil foi o **Correio Braziliense**, e tinha uma singularidade: era impresso na Inglaterra. Em 1805, Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça (13/08/1774 – 11/09/1823), exilou-se em Londres após ter conseguido fugir do cárcere em Lisboa. Sua prisão foi fruto de pressão do Santo Ofício que o acusava de ser integrante da maçonaria. Em 1808, com a invasão napoleônica e a transferência da Corte para o Brasil, Hipólito da Costa visualizou uma oportunidade única que poderia transformar o Brasil e Portugal.

O Príncipe-Regente, acreditava o jornalista, liberto da nefanda influência da Inquisição, poderia assumir o papel de reformador do Reino gerando o desenvolvimento e o progresso. Nesse contexto, Hipólito da Costa acreditava na força da palavra como

¹⁶³ - Conferir: AQUINO, FERNANDO, GILBERTO e HIRAN. **Sociedade brasileira: Uma história através dos movimentos sociais**. RJ: Record, 1999; LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. RJ: Jorge Zahar, 2003; SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. RJ: Mauad, 1999.

um instrumento eficaz para a conscientização da sociedade. Vivendo em Londres e desfrutando de um clima favorável à liberdade de expressão, a publicação de um jornal pareceu-lhe o caminho natural a seguir. O **Correio Braziliense** se propunha pedagogicamente iluminar seus leitores em torno das novidades no campo das artes, comércio, ciências e política. O caráter pedagógico do jornal, como bem aponta Isabel Lustosa, expressou o próprio contexto da época na qual o jornalista assumia o papel de educador. Isso explica a abrangência de temas tratados pelo jornal dando-lhe um aspecto enciclopédico.¹⁶⁴

O **Correio Braziliense** era editado e escrito pelo próprio Hipólito da Costa tendo em cada edição cerca de 100 páginas e uma periodicidade irregular, pois era publicado em torno de 30/45 dias ao ano. O jornal era contrabandeado para o Brasil como forma de burlar a censura lusitana. Mas apesar disso, tornou-se um importante veículo de debates entre as elites luso-brasileiras.

Essa elite ilustrada encontrava-se nas páginas do jornal textos que documentavam as transformações vivenciadas pelo mundo ocidental da queda do Império de Napoleão, passando pelas lutas de independência hispano-americanas e chegando aos projetos de reforma para Portugal e Brasil.

Assumindo o papel de porta-voz do liberalismo, Hipólito da Costa defendeu em seu jornal a ruptura da escravidão e o incremento da mão-de-obra imigrante europeia para fortalecer o trabalho livre. Além disso, se posicionou contra a excessiva ingerência do Estado lusitano na vida das pessoas e nos negócios.

¹⁶⁴ - LUSTOSA, Isabel. Op. cit., p. 15.

Combateu os monopólios defendidos pela Coroa e apoiava os esforços modernizadores na economia que resultassem no livre-comércio e no manufaturismo. Politicamente defendia maior presença da sociedade na política e a igualdade jurídica entre os naturais do Reino. Não apoiava a plena participação popular na política, explicitando o temor do exemplo do período jacobino na França, distinguindo a diferença entre os defensores do liberalismo e o seu distanciamento em relação aos valores democráticos.

O **Correio Braziliense** ganhou maior impulso com o movimento revolucionário que explodiu na cidade do Porto em 1820. Seu caráter liberal e anti-absolutista motivou textos de enorme simpatia e apoio de Hipólito da Costa. O apoio do jornal para a convocação e eleição de uma Assembléia Constituinte foi significativo. No entanto, com o avanço de medidas re-colonizadoras e o esvaziamento dos representantes brasileiros nas Cortes de Lisboa¹⁶⁵, o jornal passou a assumir posições favoráveis à independência do Brasil.

O sucesso do movimento constitucionalista lusitano favoreceu o relaxamento da censura, legalmente extinta com a Constituição portuguesa de 1821. Com isso, surgiram novos jornais no Brasil. O Sr. José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu, ex-censor de D. João, publicou, em março de 1821, o **Conciliador do Reino Unido**. Jornal adepto do liberalismo econômico que, simultaneamente, condenava as liberdades políticas, vistas como instrumentos da embriaguez dos povos levados ao

¹⁶⁵ - Termo que designa o parlamento português estruturado após a Revolução do Porto de 1820.

vício.¹⁶⁶ Além disso, apesar de proprietário de jornal, questionava a liberdade de imprensa, defendendo a continuidade de mecanismos de controle sobre as notícias divulgadas nos jornais.

O Visconde de Cairu representa emblematicamente o olhar conservador dos barões da mídia brasileira, defensores do livre-comércio, mas conservadores no que tange os direitos sociais e políticos da sociedade brasileira, em especial, das camadas populares. Seu jornal expressava essa aparente contradição ao defender o entendimento entre Brasil e Portugal sem considerar que os interesses eram inconciliáveis. De um lado, os brasileiros defendendo a liberdade de comércio obtida após 1808, do outro, os setores mercantis lusitanos apostando no retorno do pacto colonial amarrando o Brasil a seus interesses econômicos.

Outro importante jornal do período foi o **Revérbero Constitucional Fluminense**, publicado por Joaquim Gonçalves Ledo e pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa. Lançado oficialmente em 15 de setembro de 1821, o jornal expressava os ideais revolucionários franceses defendendo a liberdade de imprensa, questionando as medidas recolonizadoras das Cortes portuguesas e assumindo a defesa dos interesses dos brasileiros diante das elites portuguesas no Brasil.

O primeiro momento em que a atuação da imprensa resultou em pressão popular e em ações políticas significativas na história brasileira foi no chamado Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822. Em dezembro de 1821, chegou ao Brasil um

¹⁶⁶ - Conferir, LUSTOSA, Isabel. Op. cit., p. 22.

conjunto de decretos das Cortes que reduziam a autonomia brasileira ao exigir o fechamento de tribunais, restaurar monopólios mercantis e o retorno do regente indicado por D. João VI no território, o jovem príncipe D. Pedro. Nesse momento, em 12 de dezembro, o Visconde de Cairu publicou novo jornal, com apenas um número, o **Despertador Braziliense**, que assumiu a defesa da permanência de D. Pedro no Brasil e condenou as medidas das Cortes.

O **Despertador Braziliense** conclamou a elite brasileira a reagir ante as pretensões recolonizadoras portuguesas. Foi seguido pelo jornal **Malagueta**, criado por Luís Augusto May que radicalizou o discurso contra as Cortes, cobrando uma imediata reação brasileira. A imprensa fomentou a reação popular que cercou o atual Paço Imperial enquanto José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, entregava a D. Pedro um abaixo-assinado pedindo sua permanência. Aparecendo a sacada, D. Pedro, para deleite popular, assumiu que ficaria no país desobedecendo a decisão das Cortes, num processo que teria como culminância o Sete de Setembro de 1822 nas margens do rio Ipiranga, em São Paulo.

O Primeiro Reinado (1822-1831) foi marcado pela expansão da imprensa no Brasil, em especial, junto ao centro do poder, o Rio de Janeiro. Num primeiro momento, jornais como o **Correio do Rio de Janeiro**, o **Espelho**, **O Tamoio**, a **Estrela Brasileira**, além do já citado a **Malagueta** entre outros, envolver-se-iam de forma direta nos debates sobre a convocação de uma Assembléia Constituinte e acerca do caráter que deveria ter a constituição do novo Estado, isto é, se

centralizado com o poder nas mãos do Imperador, ou se descentralizado, com o poder centrado na Assembléia Geral e com maior autonomia provincial.

Nesse cenário marcado pelos debates políticos, destacou-se a figura do jornalista e ativista político Cipriano Barata (1762-1838). Cipriano Barata tornou-se o porta-voz de um projeto liberal marcado por forte radicalismo ao defender o modelo republicano, as liberdades civis, o federalismo, o fim da escravidão e os direitos das camadas populares. Seu liberalismo não acomodava a continuidade da ordem econômica escravista centrada na agro-exportação e a passividade diante da escravidão. Por isso mesmo, participou da Conjuração Baiana (1798), foi eleito deputado para as Cortes portuguesas, Constituinte em 1823 e atuou ativamente da Confederação do Equador em 1824. Sua defesa intransigente da liberdade, levou-o a tornar-se um ferrenho crítico de D. Pedro I, questionando sua política autoritária e centralizadora.¹⁶⁷

Cipriano encarnou o jornalismo panfletário típico da Revolução Francesa. Seus artigos não só analisavam as questões políticas do Brasil, como também, conclamavam as massas populares a expressar nas ruas a sua indignação. Para inflamar as massas, Cipriano fundou o jornal **Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco. Alerta!** e utilizou suas páginas para expor sua proposta política para o Brasil. Sua pena eloqüente e seu radicalismo levaram-no diversas vezes à prisão. No entanto, mesmo encarcerado continuou a redigir o **Sentinela da Liberdade** atuando como um observador crítico dos acordos políticos das elites.

¹⁶⁷ - Uma curta biografia de Cipriano Barata pode ser lida em: MOREL, Marco. **Cipriano Barata**. SP: Brasiliense, 1986. Além desse ensaio, conferir: GARCIA, Paulo. **Cipriano Barata ou a Liberdade Acima de Tudo**. RJ: Topbooks, 1997.

Ao longo de sua vida, Cipriano viu na imprensa um instrumento de educação política para as camadas populares e de conscientização política.

A perseguição a Cipriano Barata mostrava os limites da liberdade de opinião garantida pela Constituição de 1824. Pior sorte sofreu o jornalista Líbero Badaró (1798-1830), que publicou o **Observador Constitucional** em São Paulo. Suas constantes críticas ao Imperador e ao seu autoritarismo acirraram os ânimos dos paulistas. Após um artigo em que saudou a queda da Casa de Bourbon na França com a Revolução de 1830 e que defendeu o mesmo destino para o Brasil, foi assassinado por dois homens em 20 de novembro de 1830. Embora nunca solucionado, para o imaginário popular da época, o crime foi obra do poder imperial brasileiro.

Nesse quadro de um liberalismo autoritário, a imprensa brasileira passou a se desenvolver e a construir um público leitor fiel entre os representantes das elites ilustradas do país. Mesmo o irregular jornal editado por Cipriano Barata, tinha nos homens de posses sua principal base de leitura. Entretanto, os jornais ainda viviam uma fase inicial centrada na atuação individual do editor / proprietário / jornalista. O profissionalismo ainda não havia se consolidado e o jornal era visto como um panfleto político / doutrinário, que expressava os interesses individuais de uma liderança ou de um grupo político, como, por exemplo, **O Tamoio**, que surgiu após a demissão de José Bonifácio efetivada por D. Pedro I, e que pertencia aos irmãos Andradas - José Bonifácio de Andrada e Silva , Antônio Carlos Ribeiro de Andrada

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Machado e Silva e Martin Francisco Ribeiro de Andrada - que fazia violenta oposição ao Imperador defendendo o retorno dos Andradas ao poder.

O ocaso do 1º Reinado, em 07/04/1831, com a abdicação de D. Pedro I e o início do Período Regencial (1831-1840), resultou em poucas alterações no cotidiano da imprensa brasileira. No Rio de Janeiro, o jornal **Aurora Fluminense**, editado desde 1826 por Evaristo da Veiga, consolidou-se como o maior do país, assumindo-se como porta-voz dos projetos da corrente moderada dos liberais. Dividia o mercado na Corte com o **Diário Fluminense**, a **Luz Brasileira** e outros.

Os custos elevados para a publicação e distribuição – queixa que Hipólito da Costa freqüentemente fazia no início do século XIX com o **Correio Braziliense** – resultavam em jornais de curta duração e sem uma efetiva periodicidade em suas edições. Uma exceção foi o **Jornal do Commercio**, fundado em 1º de outubro de 1827, no Rio de Janeiro por Pierre Plancher.¹⁶⁸ É o mais antigo jornal em circulação ininterrupta na América Latina. Apesar de tratar originalmente das cotações do comércio, informes de chegadas e partidas de navios, não se furtou a opinar sobre a política no Império e, já na sua fundação, marchou ao lado do **Aurora Fluminense** na condenação ao autoritarismo do Imperador.

Ao longo da Regência (1831-1840) e, mesmo, nos primeiros anos do Segundo Reinado (1840-1889), a estrutura da imprensa no Brasil manteve-se centrada em torno de jornais de tiragem limitada, circulação regional e / ou local, com instável

¹⁶⁸ - Fonte: www.jornaldocomercio.com.br/historia. Link pesquisado em 20/10/2006.

periodicidade. A situação tendeu a mudar nas últimas três décadas do século XIX. Novos jornais foram criados, com maior tiragem e periodicidade regular, jornais estes que avançam ao longo do século XX. Surgem também revistas com temáticas específicas atendendo a um determinado público. Cabe lembrar que em 1850, data que marca o início da desagregação do sistema escravista com a aprovação da Lei Eusébio de Queiroz que proibia o tráfico internacional de escravos, toda capital provincial possuía um jornal local.

Entre os jornais destacamos **O Paiz**, publicado no Rio de Janeiro entre 1884 e 1930, com uma linha editorial defensora do republicanismo, contou em seus quadros figuras de destaque na vida republicana, como por exemplo, Quintino Bocaiúva (1836-1912), que foi seu redator-chefe, o jurista Rui Barbosa, Alcindo Guanabara, Joaquim Nabuco, entre outros. Também podemos destacar a **Gazeta de Notícias** que circulou entre 1875 e 1942. Este jornal inovou sua época ao introduzir romances literários em forma de folhetim.

Cabe ressaltar que o ingresso de folhetins nos jornais surgiu na França em 1836, quando os jornais parisienses **Le Siècle** e o **La Presse** iniciaram modificações gráficas e no conteúdo interno, criando uma seção onde eram publicados textos de escritores populares na época. Jesus Martin-Barbero aponta que esse foi o momento da ruptura com o panfletarismo do jornalismo político e o advento dos jornais enquanto empresas comerciais sujeitas à lógica do mercado. Os folhetins se apresentariam não só como um

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

novo meio de comunicação dirigido às massas, como também um novo modo de comunicação entre as classes.¹⁶⁹

Essa novidade permitiu uma nova apreensão do papel dos jornais junto à sociedade, além de uma revitalização da própria produção literária francesa, agora amarrada aos interesses do público consumidor. Os jornais passaram a ser vistos também como uma forma de entretenimento, erigindo em torno de si uma nova dinâmica que lhe permitiria se impor à sociedade ainda que escasseassem as notícias. Informações, classificados, dicas comerciais e cultura passam a frequentar as páginas dos jornais diversificando os públicos consumidores dos mesmos.

A **Gazeta de Notícias** ao introduzir na imprensa brasileira o folhetim, contou com a presença de escritores consagrados do quilate de Machado de Assis e Eça de Queiroz. Ocupando força no mercado e conquistando leitores, pôde o jornal assumir posições políticas polêmicas no contexto da época, destacando os artigos de José do Patrocínio (1854-1905) que sob o pseudônimo de *Prudhome* defendia vigorosamente o abolicionismo. Além do apoio ao movimento abolicionista, a **Gazeta** foi um dos mais importantes jornais a defender a causa republicana no Brasil apoiando, desde o início, o movimento de 15 de novembro de 1889. Isso, considerando o fato de que no Brasil essa relação é um pouco diferente, pois o censo de 1870 apontava para 15 mil alfabetizados, sendo que, 50% deles eram menores de idade.

Em 1876 surgiu a **Revista Ilustrada** que permaneceu em circulação até 1898. Era publicada semanalmente e distribuída nacionalmente. Sua temática era

¹⁶⁹ - MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia.** RJ: Ed.UFRJ, 2003, p. 182.

centrada em amenidades, reportagens sobre a moda na Corte, sátiras políticas e assuntos sobre o cotidiano da população. Uma das importantes personalidades da imprensa no fim do século XIX foi o ilustrador, fundador e redator-chefe da **Revista Ilustrada**, Angelo Agostini (1843-1910). Numa época em que eram raras e custosas as impressões de fotografias, as ilustrações tornavam jornais e revistas atraentes aos leitores e, muitas vezes, serviam de gancho para reportagens de caráter satírico. Agostini foi o maior mestre dessa arte utilizando sua pena mordaz para satirizar costumes, denunciar o descaso de autoridades com os males do povo e ironizar as lideranças políticas e governantes. Parte do sucesso de sua revista deu-se ao seu trabalho, que inaugurou uma tradição na imprensa brasileira: a do emprego da charge para satirizar assuntos polêmicos ou que provocavam grande repercussão.

Além disso, nesse último quarto de século a segunda revolução industrial impulsiona uma modernização do parque gráfico no Brasil, o que evidencia ainda mais a contradição com o arcaísmo da sociedade escravista, ao mesmo tempo, em que chega ao país a agência de notícias Reuters facilitando o avanço do capitalismo, pois agilizava a circulação das informações, principalmente, do mundo dos negócios.

Dois outros importantes jornais surgiram ao findar o século XIX: no Rio de Janeiro, o **Jornal do Brasil (JB)**, em 1891 e, em São Paulo, a **Província de São Paulo**, em 1875. O **JB** surgiu com a tarefa de expressar os olhares políticos dos grupos monarquistas críticos ao republicanismo brasileiro. Já durante a crise de novembro de 1891, que resultou na renúncia do presidente, o marechal Deodoro da

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Fonseca, e a posse de seu vice, o marechal Floriano Peixoto, o jornal posicionou-se contra o casuísmo de sua posse. Sua linha editorial crítica ao presidente custou-lhe a interdição, sendo fechado por ordem do poder executivo.¹⁷⁰ Só voltaria a circular após a posse do presidente eleito, Prudente de Moraes. Rapidamente tornou-se um dos principais jornais do país atuando de forma incisiva na modernização da imprensa brasileira.

A **Província de São Paulo** foi criada em 4 de janeiro de 1875, assumindo desde sua primeira edição um posicionamento contrário à monarquia e o apoio ao movimento republicano. Uma das inovações efetuadas pelo jornal foi a instituição da venda avulsa de suas edições pelas ruas de São Paulo, permitindo maior impulso nas vendas. Em dezembro de 1891, mudou seu nome para **Estado de São Paulo** e, em 1902, Júlio Mesquita, até então redator-chefe, tornou sua família a única proprietária do jornal.

Entre as revistas destacou-se a **Fon-Fon** (1907-1958), cujo nome, uma onomatopéia reproduzindo o barulho da buzina de um automóvel, expressava a preocupação dos editores com a modernidade. Buscou traduzir para o leitor as

¹⁷⁰ - Em 03 de novembro de 1891, após o Congresso Nacional ter aprovado a Lei de Responsabilidade que retirava poderes da presidência da República, o marechal Deodoro dissolveu o Congresso, impôs a censura e decretou estado de sítio. Ao tentar obter o apoio dos governadores encontrou franca oposição – caso de Lauro Sodré no Pará -, ou indiferença – caso de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul. A oposição da Marinha, dos jovens oficiais do exército ligados ao marechal Floriano Peixoto, dos cafeicultores paulistas e do próprio Floriano Peixoto levaram Deodoro da Fonseca a renunciar em 23 de novembro de 1891. Floriano Peixoto utilizando um casuísmo constitucional assumiu a presidência do Brasil até 1894. O casuísmo referia-se a um ponto da Constituição de 1891 que afirmava que o vice só poderia assumir a presidência se o presidente tivesse cumprido 2/3 do mandato. Para Floriano, o texto só se aplicava aos presidentes eleitos pelo voto direto – o que só se iniciou em 1894 – e não para Deodoro eleito pelo Congresso Nacional. Tal casuísmo provocou violenta oposição da marinha e dos setores monarquistas no país. Conferir: AQUINO, Rubin, VIEIRA, Fernando, AGOSTINO, Gilberto e ROEDEL, Hiran. **Sociedade brasileira: Uma história através dos movimentos sociais. Da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo.** RJ: Record, 2000.

transformações nos costumes operadas ao longo do século XX no Brasil e no mundo. Ainda manteve estruturas estilísticas do século XIX em seu interior, em especial, o peso das ilustrações feitas por J. Carlos, Kalixto e Raul Pederneiras.

Além da **Fon-Fon**, destacaram-se **O Malho** e a **Careta**, revistas que se mantiveram até os anos 1950/1960, e que se caracterizaram pela sátira política. A figura do chargista passou a ter importância, pois aliava o traço de ilustrador a um fino senso de crítica política superando a própria concepção de ilustrador, tão cara nos últimos anos do século XIX.

Os anos das décadas de 1920 e 1930 foram caracterizados por profundas transformações na sociedade brasileira e por forte questionamento à República Velha, em que a imprensa teve participação ativa. **O Estado de São Paulo**, cuja direção simpatizava com o Partido Democrático, apoiou integralmente a causa da Aliança Liberal e a Revolução de 30. **O Globo**, jornal matutino com orientação para os trabalhadores de renda média, fundado em 1925 pelo jornalista Irineu Marinho, proprietário do vespertino, **A Noite**, também se colocou a favor da Aliança Liberal, embora condenasse o radicalismo do movimento revolucionário.

Na realidade, a imprensa brasileira assumiu uma postura comum diante da Revolução de 30: a defesa do

*avanço da sociedade, mediante o aperfeiçoamento
das instituições e a renovação do processo para a
ordem e o progresso(...)*

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Rapidamente os meios de comunicação se ajustam à nova realidade nacional e mesmo os que mantêm inalteráveis suas opções ideológicas reconhecem a legitimidade de reivindicações como o voto livre, secreto e universal; o acesso de todas as camadas sociais aos benefícios do desenvolvimento; a definição de uma política econômica sem concessões à independência e à soberania; o fim do colonialismo.¹⁷¹

Foi dentro dessa realidade de contradições que marcou a década de 1930 que se assistiu à afirmação da fase moderna da imprensa brasileira. Aumentam as tiragens e edições diárias – jornais como o **Diário da Noite** e a **Folha da Noite** chegaram a ter cinco edições ao longo do dia -, além de ampliação da cobertura internacional com a compra de notícias das agências *Reuters* e *Associated Press*.

A continuidade do Governo Provisório, avançando por 1932, no bojo do processo de fortalecimento do poder de Vargas, levou importantes setores da imprensa a se colocarem contra o governo Vargas. A não realização das promessas de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e de eleições presidenciais levaram os jornais a assumir forte contestação ao Governo Provisório e a cobrar a retificação dos rumos do governo.

¹⁷¹ - BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira**. SP: Ática, 1990, p. 207.

O **Estadão** não se furtou a apoiar o movimento paulista de 1932, sofrendo represálias por conta disso. Represálias que **O Malho** vivenciou, desde a vitória de Vargas em 1930, sendo fechado alguns meses por ter abertamente contestado a Aliança Liberal em suas páginas.

A censura imposta pelo Estado Novo (1937-1945) limitou e cerceou a atuação da imprensa brasileira, com prisões arbitrárias de jornalistas, assassinatos, desapropriações de jornais e depredações das gráficas. Apesar disso, a imprensa também foi beneficiada pela ditadura varguista como forma de atrair apoio à suas medidas. Créditos públicos, concessão de terrenos, auxílio financeiro para a construção de nova sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI, fundada em 1908) e cargos em repartições públicas para jornalistas simpáticos ao governo foram algumas das estratégias utilizadas no período estadonovista.¹⁷²

Com o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a ditadura varguista começou a conviver com as primeiras fraturas no seu interior. Entre 1943 e 1945, surgiram diversas oportunidades para a contestação ao governo por parte da sociedade brasileira. A imprensa atuou nesse contexto, buscando quebrar a censura que lhe era imposta. Nesse momento, o **Correio da Manhã** adotou a defesa do fim da censura em suas páginas, ousando enfrentar a própria censura.

¹⁷² - Conferir: AQUINO, Rubim, VIEIRA, Fernando, AGOSTINO, Gilberto e ROEDEL, Hiran. **Sociedade brasileira: Uma história através dos movimentos sociais. Da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo.** RJ: Record, 2000 e SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** RJ: Mauad, 1999.

O **Correio da Manhã** foi fundado em 15 de junho de 1901, no Rio de Janeiro, assumindo rápido destaque no cenário brasileiro pelas posições políticas, em que buscou maior proximidade com as causas populares, em detrimento dos arranjos das elites republicanas. Um exemplo dessa postura foi destacado pelo verbete sobre o jornal feito pelo CPDOC da FGV. Leiamos:

*A primeira campanha levada a efeito pelo jornal - o combate contra o aumento no preço das passagens dos bondes da Companhia São Cristóvão - traduzia esse interesse pelo direito das massas. Desde o primeiro número, o Correio fez também campanha contra os jogos de azar e denunciou os funcionários públicos que extorquiam dinheiro de comerciantes. Evaristo de Moraes, um de seus colaboradores, chamava a atenção para os movimentos operários em todo o mundo e para a ação coercitiva das leis brasileiras diante das reivindicações partidas das camadas mais pobres. Além disso, o jornal dava destaque em suas páginas a passeatas e movimentos coletivos.*¹⁷³

¹⁷³ - www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5814_1.asp Copiado em 10/01/2007.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Assumindo a faceta de opositor a todo governo arbitrário e elitista, o **Correio da Manhã** posicionou-se contra a imposição obrigatória da vacinação contra a varíola em 1904, ainda que tenha saudado como positiva a indicação de Pereira Passos para a prefeitura do Distrito Federal do Rio de Janeiro. Também apoiou o candidato Hermes da Fonseca na campanha eleitoral de 1910, por perceber em torno dele um arco maior de alianças que transcendiam os arranjos oligárquicos. Apoiou a Aliança Liberal e o movimento de 30, mas, como outros jornais do período, passou a fazer aberta oposição à ditadura varguista.

Em 1945, em aberta provocação à censura, o **Correio da Manhã** publicou entrevista com José Américo de Almeida, candidato à eleição de 1938, abortada pelo golpe do Estado Novo. Nessa entrevista, o escritor e político expressou sua mágoa contra Vargas e cobrou o retorno à normalidade democrática e eleições presidenciais. Pouco depois, ainda com o impacto da entrevista repercutindo no país, o **Correio** anunciou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência do país.

A imprensa assumiu, portanto, um importante papel de ator político no cenário da república brasileira, participando ativamente dos debates que marcaram o período entre a República Velha (1889-1930) e a primeira fase da Era Vargas (1930-1945). Centrando seu foco na vida cotidiana e política do país, a imprensa brasileira pouco ousou graficamente, ou mesmo, estilisticamente. A década de 1950 seria o momento em que importantes mudanças estruturais dar-se-iam na composição gráfica dos grandes jornais do país.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Apesar da fundação do jornal **Ultima Hora**, em 1951, com o apoio do Estado,¹⁷⁴ os anos 1950 foram marcados pela diminuição da dependência das benesses governamentais, classificados populares e, mesmo, da publicidade de algumas lojas comerciais, localizadas nos bairros de maior distribuição dos jornais. A modernização da imprensa iniciava-se com mudanças em sua estrutura comercial - financeira. O avanço da industrialização no Brasil, em especial no período posterior a 1950, transformou o interesse das grandes empresas pela imprensa.

Os jornais passaram a lucrar com os grandes anunciantes assessorados por novas agências de publicidade. A diversificação do mercado interno brasileiro justificava os novos investimentos em publicidade. Tratava-se de anunciar automóveis, eletrodomésticos, alimentos industrializados, em suma, produtos voltados, principalmente, para as classes mais abastadas e a classe média, consumidoras de jornais.¹⁷⁵

Com maior autonomia econômica, os jornais também apresentavam maior autonomia política, ao mesmo tempo em que buscam adaptar suas páginas aos novos tempos de consumismo. Para atender aos interesses das agências de publicidade, aumento nas tiragens diárias. Para um alcance nacional do público consumidor, edições nacionais enviadas para outros estados por via aérea.

¹⁷⁴ - Vargas financiou o projeto de Samuel Weiner visando a circulação de um jornal que lhe desse maior apoio e se contrapusesse à mídia opositora.

¹⁷⁵ - Conferir: ABREU, Alzira Alves. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. RJ: Jorge Zahar, 2002.

A modernização também afetou a própria edição do jornal. O jornal **Última Hora** adotou linhas arrojadas na diagramação e linguagem popular buscando atender as massas populares, o **Diário Carioca**, em 1956, introduziu o *lead* no jornal, o **Jornal do Brasil** criou, em 1956, o suplemento dominical, que tratava de temas ligados à cultura de vanguarda no país e que foi seguida por outros jornais, além do “Caderno B”, especializado em teatro e cinema. O **JB** também inovou ao criar as editorias de economia, política, esportes, cidade e internacional, especializando a cobertura do jornal e fortalecendo a produção textual dos jornalistas. As modificações introduzidas pelo **JB** tornaram-se a referência para as reformas feitas por outros jornais do Brasil.¹⁷⁶

O período da ditadura militar no país (1964-1985) foi, num primeiro momento, apoiado pelos grandes conglomerados da imprensa brasileira, por se apresentar como uma alternativa ao risco de um governo de esquerda no país. Jornais como **O Globo**, **O Estado de São Paulo**, **Diário de Notícias** e a **Gazeta Mercantil** assumiram o abandono aos ideários do liberalismo, mormente a crença na livre empreendedorismo individual no mercado. A política centralizadora da ditadura na economia e os limites à liberdade política, foram vistos como o preço pago pela manutenção da ordem social existente. O fortalecimento do movimento sindical, a radicalização no campo, a atuação da UNE na política, tudo isso era visto como a explicitação dos riscos da luta de classes levada à cabo pela esquerda revolucionária no Brasil e que somente um forte governo militar poderia conter.

¹⁷⁶ - Ibidem id. P. 11.

O próprio **Correio da Manhã**, tradicionalmente ligado às causas democráticas e um cioso formador de opinião pública em torno dos valores liberais, assumiu em três editoriais - – *Basta, Fora e Não pode continuar*, escritos junto com o golpe de 31 de março, sua oposição ao governo Jango e a defesa da substituição do presidente constitucional por um “substituto” legalmente instituído. O teor do editorial publicado em 1º de abril de 1964 não deixa margem de dúvidas:

Fora!

A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do Governo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão a de entregar o Governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma saída a dizer ao Sr. João Goulart: saia.

(...)

Qualquer ditadura, no Brasil, representa o esmagamento de todas as liberdades como aconteceu no passado e como tem acontecido em todos os países que tiveram a desgraça de vê-la vitoriosa.

(...)

Nós do Correio da Manhã defendemos intransigentemente em agosto e setembro de 1961 a posse do Sr. João Goulart, a fim de manter a legalidade constitucional. Hoje, como ontem, queremos preservar a Constituição. (...)

*A Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-las.”*¹⁷⁷

¹⁷⁷ - Editorial da edição de 1º de abril de 1964. Citado em **Correio da Manhã. Compromisso com a verdade**. Cadernos de comunicação, nº 1. Série Memória, RJ: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2001. Copiado em 05/01/2007. www.rio.rj.gov.br/secs.

Entretanto, o jornal rapidamente reviu sua posição diante do avanço de medidas autoritárias, em especial a cassação de lideranças políticas após a edição do Ato Institucional nº 1. Já em 02 de abril de 1964, o jornal publicou crônica de Carlos Heitor Cony denunciando o clima de arbítrio instalado pelos militares.¹⁷⁸ Outros jornais, como o **JB** e o **Estadão**, também adotaram certo distanciamento diante dos governos militares, especialmente, com o recrudescimento da censura aos órgãos de informação.

Estratégias para denunciar a ação da censura foram empregadas pelos jornais, como por exemplo, receitas de bolos no lugar dos textos censurados utilizados pelo **Estado de São Paulo** em suas páginas. O controle da censura sobre a imprensa, principalmente, após a promulgação do AI-5, provocou uma política de auto-censura, tolhendo a capacidade investigativa e crítica de alguns jornais, além de estimular maior aproximação entre os jornais e a ditadura.

Economicamente, a aproximação entre a imprensa e a ditadura permitiu a implementação de um projeto de reformulação estética e gráfica da imprensa brasileira. Dentro de uma concepção que defendia a concretização de *Objetivos Nacionais Permanentes* (ONP's), isto é, "objetivos políticos que resultam da interpretação dos interesses e aspirações nacionais"¹⁷⁹, a modernização dos meios de comunicação passou a ser percebida como um elemento importante para a segurança

¹⁷⁸ - Ibidem id.

¹⁷⁹ - Oliveira, Eliézer. **As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964 -1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 29.

nacional, na medida em que um dos ONP's seria a busca da integração nacional. Os meios de comunicação eram vistos como instrumentos que poderiam auxiliar na constituição de um país integrado culturalmente e economicamente.

Os investimentos na área de comunicação, em especial, a integração via satélite, mediante a criação, em setembro de 1965, da *Empresa Brasileira de Telecomunicações* (EMBRATEL), além do financiamento para a expansão da televisão e a concessão de créditos para a compra de novos equipamentos gráficos permitindo a criação de modernos e gigantescos parques gráficos, são alguns exemplos da atuação do governo no processo de modernização dos meios de comunicação.

Os custos para o setor privado demandavam uma nova estrutura gerencial das empresas de comunicação, incluindo os jornais. Fusões, incorporações, formação de grandes redes, em suma, a constituição, também no Brasil, dos grandes monopólios informativos que abarcavam a rádio, a TV e os jornais. Quanto maior o monopólio e a sua capacidade de se integrar nacionalmente, maior a possibilidade de obtenção de publicidade pública e, com isso, do aumento nas receitas. A contrapartida foi o desaparecimento de jornais tradicionais que não conseguiram se adequar à nova realidade do mercado nacional, caso do **Correio da Manhã**, do **Diário de Notícias**, da **Última Hora** etc.

Mesmo a chamada imprensa alternativa, como por exemplo, o **Pasquim**, o **Sol**, o **Movimento**, entre outros, acabou sendo tragada por essa onda monopolista que fracionou um dos poucos espaços para que intelectuais, artistas, lideranças

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

políticas ligadas à oposição aos governos militares tivessem chances para expor suas idéias e críticas ao governo.

Esse processo de modernização e reestruturação também resultou na mudança do perfil da análise das notícias. Os jornais buscaram fortalecer o papel dos especialistas com análises acadêmicas sobre os temas de interesse. Além disso, cresceram as colunas vinculadas à economia com artigos que orientavam os investimentos e debates sobre as tendências do mercado nacional e internacional. O aumento das análises econômicas nos jornais

serviu aos interesses tanto dos proprietários de jornais quanto dos militares. Os primeiros, diante das pressões da censura e da apreensão dos jornais pela polícia, consideravam conveniente substituir o noticiário político pelo econômico ou por noticiários internacionais. Para os militares, as editorias da economia representavam um espaço de menor risco, já que se dirigiam a um público específico e que os dados econômicos eram fornecidos por agências oficiais. Mas havia mais: o jornalismo econômico era um eficiente instrumento de

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

*divulgação da política econômica do regime militar.*¹⁸⁰

O fortalecimento da editoria de economia também resultou num fortalecimento do papel da grande imprensa como defensora da ordem econômica e dos valores inerentes ao capitalismo, bem como afirmou o olhar tecnocrático sobre as questões sociais. Nesse sentido, nos momentos em que as tensões sociais tornavam-se mais visíveis, a opção da imprensa brasileira passou a ser a da intransigente defesa da propriedade, somada ao reclamo por medidas paliativas do poder público diante do avanço da degradação social.

Em 1968, surgiu a revista **Veja**, que se apresentou como uma publicação caracterizada por nova e dinâmica linguagem e um inovador modelo de visual estético, aliado a um texto jornalístico que transitava entre a análise crítica dos acontecimentos da semana e a superficialidade na abordagem de temas controversos. **Veja** inaugurou uma nova etapa no processo de modernização da imprensa, tornando-se rapidamente o semanário de maior circulação e consumo no país. Mais do que isso, conseguiu se firmar como um dos mais importantes formadores de opinião, captando grande parcela da elite intelectual e conservadora brasileira.

O processo de desagregação da ditadura militar foi acompanhado por grave crise sócio-econômica que afetou o país, fruto tanto do modelo concentrador de capital e renda, quanto da reestruturação da economia mundial após a Crise do

¹⁸⁰ - ABREU, Alzira Alves. Op. cit., p. 21-22.

Petróleo de 1973. O governo Geisel (1974-1979), iniciou o processo de retirada gradual do controle do Estado pelos militares, conhecido como o da “abertura, lenta, gradual e segura”.

Nesse novo contexto, a imprensa procurou questionar algumas políticas da ditadura, sem, no entanto, assumir uma aberta oposição. Em parte, porque o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, demonstrou os estreitos limites da abertura política e, ainda que acidentalmente, funcionou como um fator que conteve o ímpeto crítico da imprensa. A exceção foi a atuação da **Folha de São Paulo** durante a campanha pelas *Diretas Já*. A **Folha** assumiu a defesa do movimento publicamente, estampando em sua primeira página duas listras estilizadas em verde-amarelo, símbolo da campanha das diretas.

A retomada da democracia no país encontrou uma nova imprensa, mais vinculada às dinâmicas do mercado, centrada em torno dos interesses dos anunciantes e que percebeu uma nova fonte de obtenção de leitores: a valorização do jornalismo investigativo, cujo marco deu-se com o processo de impedimento do presidente Fernando Collor de Melo. Simultaneamente, o avanço do neoliberalismo reforçou um novo processo de readequação dos jornais e da mídia brasileira ao mercado.

A maior concentração de capital que atravessou a mídia resultou numa supervalorização do leitor pelos jornais. Desde os processos de escolha do nome do jornal, caso do tablóide popular **Extra**, fundado em 1998, como a necessidade de se

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

criar canais de aproximação com o leitor para ouvir suas reclamações e críticas, como fez a **Folha de São Paulo** ao instituir, em 1989, o cargo de *ombudsman* na sua redação. Se, por um lado, fortaleceu-se o mecanismo de interação entre o jornal e o leitor, por outro, as redações e pautas de matérias ficaram mais suscetíveis aos interesses populares e, com isso, restringiu-se as análises mais crítica atendendo aos interesses do mercado.

O avanço do neoliberalismo e a política de valorização da moeda, centrada na elevação dos juros e na contenção do consumo, afetou os ganhos dos jornais e provocaram novas estratégias de marketing para superar a crise. No início dos anos 1990, surgiram promoções para estimular a venda de jornais, com a distribuição gratuita de fascículos de dicionários, enciclopédias e atlas históricos. O leitor colecionava os fascículos por vários meses até completar a coleção. Tentava-se nova estratégia de marketing, substituindo a credibilidade e a qualidade do jornal pelos atrativos de brindes que estimulavam a cultura e a apreensão de conhecimento. Insinuava-se o papel formador de leitores críticos por parte do jornal, paradoxalmente com o custo da redução da qualidade do próprio jornal.

Acompanhando a tendência mundial, o avanço da internet, somado à crise social, contribuiu para a redução da circulação diária de jornais. Considerando os dados após 1990, o ano de 2000 marcou o momento de maior circulação diária de jornais com 7.883 milhões de jornais por dia em todo o país. Em 2005, o número caiu para 6.789 milhões de exemplares. Mais além: esse número apontava a recuperação da circulação, que atingiu a marca de 6.470 milhões de exemplares em

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

2003. Somente em 2006, ocorreu nova recuperação da circulação com a circulação de 7.230.285 jornais diários no país.¹⁸¹

Grande parte dessa realidade expressa tanto a maior oferta de notícias veiculadas na internet, como também a possibilidade de obtenção de fontes alternativas de informação ao que é transmitido nas grandes empresas jornalísticas. Em parte, assistimos a uma crise acerca da credibilidade da imprensa brasileira. Acusada, pelos movimentos sociais, intelectuais progressistas no campo da comunicação, sindicatos e partidos progressistas, de manipulação das informações objetivando atender seus interesses específicos, a mídia nacional luta para resgatar uma aura de respeitabilidade num quadro de críticas. Espaços alternativos na internet, como por exemplo, o **Correio da Cidadania**, a **Agência Carta Maior** e o **No Mínimo**, permitem novo patamar de leitura e análise de notícias que fragmentam o olhar tradicional da grande mídia.¹⁸²

Em parte a atuação da mídia brasileira demanda um olhar sobre como atua no interior da sociedade e quais os projetos que defende. E como estes se relacionam diante dos movimentos que contestam os valores pré-definidos, pela própria mídia, como os que são fundadores da sociedade brasileira? Será esse o eixo do próximo item.

¹⁸¹ - Dados coletados em: <http://www.anj.org.br>

¹⁸² - Correio da Cidadania: <http://www.correiocidadania.com.br/>

Agência Carta Maior: <http://agenciartamaior.uol.com.br>

No Mínimo: <http://nominimo.ig.com.br>

3.3- A Mídia e a criminalização do MST

As recentes eleições presidenciais de 2006 trouxeram à tona um questionamento acerca do papel manipulador da mídia. Este questionamento refletiu a percepção de grande parcela da sociedade brasileira, de que as grandes empresas midiáticas buscaram construir um consenso favorável em torno do candidato conservador, na disputa contra o candidato à reeleição, Luís Inácio Lula da Silva. No entanto, ainda que profícuo esse questionamento não analisou o papel da mídia ao avaliar os movimentos sociais brasileiros, em especial, seu olhar sobre o MST.

O papel da mídia no Brasil não pode ser reduzido a um maniqueísmo reducionista que busca culpados. A mídia brasileira expressa as contradições históricas que moldam essa instituição, o que buscamos analisar ao longo deste capítulo. Não podemos perder o horizonte da mídia enquanto um espaço classista, isto é, uma empresa privada que reproduz os valores de mundo de uma determinada classe social ou fração de classe.

Marx, no artigo **A opinião dos jornais e a opinião do povo**¹⁸³, dissecou os laços políticos e econômicos que moveram os proprietários dos grandes jornais britânicos diante do Caso Trent.¹⁸⁴ Num texto refinado e irônico, Marx explicita a

¹⁸³ - Publicado em: MARX, Karl. **Liberdade de imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 1999, págs, 206-211.

¹⁸⁴ - Em 1861, o navio de guerra norte-americano, San Jacinto, abordou o navio-correio britânico Trent e prendeu quatro representantes dos Estados Confederados que encontravam-se a bordo. Tal ato, perpetrado

relação entre os editoriais dos jornais e a ligação política dos proprietários dos mesmos, em especial, a rede de apoio ao Primeiro-ministro, Lorde Palmerston (1784-1865).

Enquanto a imprensa ligada aos *whigs*¹⁸⁵ apostava numa solução negociada para o incidente diplomático, os editoriais dos jornais simpáticos aos *tories* apostavam numa radicalização do incidente, que resultasse num novo conflito militar anglo-americano, como a 2ª Guerra de Independência (1812-1814). A atuação da imprensa buscava construir uma legitimidade junto aos setores populares que justificasse a guerra, atendendo aos interesses políticos das lideranças britânicas.

Ao apontar a estreita relação entre a imprensa e os interesses políticos e econômicos, Marx nos permite analisar a mídia sem cair na tentação maniqueísta, contrapondo bem / mal na análise dos jornais. A mídia expressa interesses de classe! Esta deve ser a premissa para a compreensão dos limites que definem a forma pela qual determinada notícia é abordada na mídia. Marx procurava desmistificar a crença na neutralidade da imprensa que de forma imparcial apenas relataria notícias permitindo que, mediante a informação, o leitor assumisse uma opinião própria. Desvelar os interesses subjacentes permite compreender o real significado de entrevistas e comentários noticiados, desconstruindo um romântico olhar que vê na mídia a guardiã da moralidade e da cidadania.

em águas internacionais e ante um país neutro no conflito levou a imprensa britânica a exigir posição mais firme do governo diante dos EUA.

¹⁸⁵ -Eram chamados de whigs os membros do Partido Liberal britânico. Seu contraposto eram os tories que representavam o partido conservador. No século XX, os whigs perderam espaço para o Partido Trabalhista e acabaram fundando o atual Partido Democrata Liberal.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Gramsci afirma que para os jornais, os leitores devem

*ser considerados de dois pontos de vista principais: 1) como elementos ideológicos, “transformáveis” filosoficamente, capazes, dúcteis, maleáveis à transformação; 2) como elementos “econômicos”, capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros.*¹⁸⁶

Nesse sentido, os leitores são percebidos como um potencial objeto a ser transformado de modo a incorporar os valores defendidos pela imprensa. A imprensa, portanto, assume um papel novo: o de reprodutora dos valores hegemônicos que vão erigir um novo consenso.¹⁸⁷ Althusser contestava a leitura gramsciana acentuando o papel da imprensa enquanto um aparelho ideológico de estado com a função de legitimar a reprodução da exploração dos trabalhadores e, por conseguinte, a reprodução da própria sociedade capitalista.¹⁸⁸

Claro que essa leitura da imprensa não se fecha em si mesma. Para Gramsci, a disputa pela hegemonia abriria espaços para que os trabalhadores constituíssem

¹⁸⁶ - GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere. Vol. 2. Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo.** RJ: Civ. Brasileira, 2001, p. 246.

¹⁸⁷ - O conceito de hegemonia elaborado por Gramsci, afirma que a hegemonia é estabelecida não só pela direção econômica de uma classe ou segmento de classe sobre o conjunto da sociedade, mas também junto aos valores que permeiam determinada sociedade. Valores encontrados na cultura, nos costumes e na produção de alianças que a capacite a manter o controle do Estado, garantindo dessa forma a capacidade de dominação exercida pela classe dominante. Ver GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** 3ª. Ed., Rio de Janeiro, Graal, 1978.

¹⁸⁸ - ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado.** RJ: Graal, 1985.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

uma imprensa política e alternativa, visando à produção de uma contra-hegemonia à da burguesia. Análise que será melhor detalhada no capítulo seguinte.

Mas qual seriam os valores defendidos pela mídia e como são percebidos no Brasil? Em uma primeira análise, a grande imprensa pauta suas editorias na defesa da propriedade privada e no respeito ao arcabouço jurídico que sustenta a manutenção da propriedade privada. Para isso, busca construir uma opinião pública que incorpore esses valores e que questione os projetos políticos que se apresentem como contestatórios aos mesmos.

Cabe ressaltar a leitura que nos apresenta Pierre Bourdieu, em seu texto **A opinião pública não existe**. Analisando as pesquisas de opinião pública realizadas na França, Bourdieu aponta o fato de que as sondagens expressariam questões subordinadas a interesses políticos, que predeterminariam as respostas e o significado dado ao se publicarem os resultados.¹⁸⁹

A suposta crença da existência de uma opinião pública baseia-se na suposição de que todos os membros da sociedade são portadores e produtores de uma opinião que detém um determinado valor por si mesmo. Além disso, Bourdieu elabora com clareza importante observação:

¹⁸⁹ - BOURDIEU, Pierre. L'opinion publique n'existe pas. In: **Questions de sociologie**. Paris: Minuit, 2002, p. 224.

*O simples fato de se colocar a mesma questão para todo mundo repousa na hipótese de que existe um consenso sobre os problemas, dito de outra forma, que há um acordo sobre as questões que merecem ser colocadas.*¹⁹⁰

Dentro desse quadro, a mídia, ao se apresentar como defensora da propriedade privada, legitimadora dessa ordem, passa a produzir discursos cuja análise traduz o projeto de desqualificação e de criminalização dos projetos que lhe são antagônicos.¹⁹¹ A criminalização dos movimentos que contestam a ordem expressa o temor de que as “classes perigosas”, isto é, pobres, desempregados, moradores de rua, camelôs, sem terras - esses refugos humanos tão bem lembrados por Bauman -, possam construir alternativas ao mundo capitalista dentro da própria ordem capitalista.¹⁹² A consolidação do modelo neoliberal construiu novo consenso que nega qualquer alternativa a essa realidade.

Ao longo dos anos 1950, foram surgindo novas abordagens sobre a mídia, que buscavam romper com o padrão mecanicista acerca da relação entre a sociedade

¹⁹⁰ - Ibidem idem. P. 222.

¹⁹¹ - Considerando a essência do discurso, podemos observar que o mesmo, mais do que um amontoado de frases desconexas, representa a regência de leis de estruturação que lhe dão sentido. Cabe ressaltar que as relações sociais demandaram a construção de sistemas lingüísticos aonde determinações sócio-ideológicas vão se encontrar presentes em seu interior. Conferir, FIORIN, José Luiz. **O regime de 1964. Discurso e ideologia**. SP: Atual, 1988.

¹⁹² - BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. RJ: Zahar, 2005. Conferir também: VIEIRA, Fernanda Maria da Costa. Estado penal e criminalização dos movimentos sociais. **Boletim MMFD. Publicação oficial do Movimento da Magistratura Fluminense pela Democracia**. Ano 1, outubro / dezembro de 2003. Conferir também: VIEIRA, Fernanda Maria da Costa. **Presos em nome da lei? Estado Penal e criminalização do MST**. Niterói: UFF, Programa de Pós-Graduação em sociologia e Direito. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais), Universidade Federal Fluminense, 2004.

e a mídia. Visavam superar a leitura de que sociedade seria um mero ator passivo, reduzida a um mero espectador que decodifica a mensagem recebida, concebendo um comportamento manipulado por estímulos externos aos indivíduos.¹⁹³

A crítica a essa visão foi feita pela Escola de Frankfurt que introduziu a categoria *Indústria Cultural* ao abordar os meios de comunicação. As leituras da Escola de Frankfurt procuraram demonstrar que a natureza da produção não é feita pelo conjunto da sociedade e

*corresponde a mecanismos de seriação e de segmentação de bens culturais produzidos de forma parcelar e para públicos diferenciados na escala social.*¹⁹⁴

Os meios de comunicação se inserem dentro dessa realidade. Pois se as novas técnicas oriundas do avanço da eletrônica resultaram numa padronização da satisfação das necessidades, ainda assim, permanece a fragmentação do acesso à informação e o conhecimento pessoal que os indivíduos possuem sobre determinados assuntos.

¹⁹³ - Alguns autores trataram deste tema, entre eles: CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1999; ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. SP: Perspectiva, 2003; MCLUHAN, M. **Galáxia Gutenberg**. SP: Nacional, 1972; MORIN, E. **Cultura de massas no século XX. O espírito do tempo**. RJ: Forense Universitária, 1987; MATTELART, Armand e Michele. **História das teorias da comunicação**. SP: Loyola, 2006.

¹⁹⁴ - COSTA, Belarmino César G. da. **Indústria cultural: Análise crítica e suas possibilidades de revelar ou ocultar a realidade**. In: PUCI, Bruno (org.). **Teoria crítica e educação. A questão da formação cultural na Escola de Frankfurt**. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 181.

Claro que não se trata de atribuir aos veículos da indústria cultural um poder de manipulação total sobre a sociedade. A própria educação permite uma leitura crítica sobre a sociedade e sobre a forma com que ela mesma vai traduzir as informações que recebeu. O que não quer dizer que, na moderna sociedade capitalista, se possa desconsiderar que na indústria cultural, os meios de comunicação de massa (mídia) se apresentam como um instrumento a mais no contexto da acumulação de capital e na própria reprodução, dentro dos parâmetros gramscianos, de uma hegemonia de classe.

Além disso, a mídia, como

*conjunto de meios de comunicação de que se vale fortemente a ideologia globalista é, a exemplo da velha retórica, uma técnica política de linguagem. Mais ainda: potencializada ao modo de uma antropotécnica política – quer dizer, de uma técnica formadora ou interventora na consciência humana – para requalificar a vida social, desde costumes e atitudes até crenças religiosas, em função da tecnologia e do mercado.*¹⁹⁵

¹⁹⁵ - SODRÉ, Muniz. O globalismo como neobárbarie. In: MORAES, Denis (org.) **Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder**. RJ: Record, 2003, p. 22.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Técnica essa que busca efetivar a supremacia de um “pensamento único” que nas análises econômicas apontam a inviabilidade das tentativas de ruptura com o modelo neoliberal. Qualquer projeto que questione essa realidade torna-se um defensor do atraso e um inibidor dos investimentos que teoricamente trariam a modernidade e o progresso nacional. Deve, portanto, ser combatido e desqualificado, por encarnar o atraso e o arcaísmo tecnológico, econômico e material.

Considerando esses parâmetros, fica mais fácil perceber a antinomia entre os movimentos sociais e a mídia ao longo do século XX. Para a mídia, os movimentos sociais são lidos como representantes de um projeto que foge ao objetivo de ampliação dos consumidores dos produtos ofertados pelo mercado.

Afinal, a mídia tem

uma função altamente estratégica na difusão das inovações (tanto no nível de bens duráveis e semiduráveis de consumo ou ainda de alimentos, como da vulgarização de conhecimentos).¹⁹⁶

Nesse contexto, o processo de reificação do conhecimento, transformado em mercadoria a ser consumida, permite à mídia fazer com que as lutas sociais venham a ser compreendidas de forma isolada de suas reivindicações, tornando a ação em mera imagem que existe por si mesma.

Essa busca pela imagem se traduz no olhar que o francês Guy Debord apresentou em seu clássico **A sociedade do espetáculo**, publicado, originalmente,

¹⁹⁶ - SODRÉ, Muniz. **A máquina de Narciso. Televisão, indivíduo e poder no Brasil**. SP: Cortez, 1990, p. 97.

em 1967. Nele vemos que o mundo contemporâneo é marcado pela busca do *espetáculo*, pois

*toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação.*¹⁹⁷

Contradizendo a leitura da Escola de Frankfurt e discutindo muito mais do que o impacto político dos meios de comunicação, Debord questionava as armadilhas que o capitalismo armava para o pensamento crítico. Dessa forma, o que Debord

*chamava "sociedade do espetáculo" não era somente a tirania da televisão - a manifestação mais superficial e imediata de uma realidade mais profunda - todo o sistema econômico, social e político do capitalismo moderno (e de sua cópia burocrática no Leste), baseado na transformação do indivíduo em um espectador passivo do movimento das mercadorias, e dos acontecimentos em geral.*¹⁹⁸

O espetáculo se transformou em uma visão do mundo marcado pela racionalidade da produção na sociedade capitalista. Enquanto mercadoria apta ao consumo, o espetáculo busca se apresentar não como "um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens."¹⁹⁹

¹⁹⁷-DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo.** RJ: Contraponto, 1997, p. 13.

¹⁹⁸- LÖWY, Michael. Consumido pelo fogo interno. In: **Praga**, nº 5, SP: 1998, pp. 140/141.

¹⁹⁹- DEBORD, Guy. Op.cit. p.14

Objetivamente, a sociedade do espetáculo intensifica o processo de alienação²⁰⁰, apresentando-o de forma sublime²⁰¹, sendo que a imagem passou a representar a mercadoria a ser consumida, ou mesmo, o desejo de consumo. Alienação, consumo, mercado, e o próprio espetáculo tornam-se

*a ideologia por excelência, porque expõe e manifesta em sua plenitude a essência de todo sistema ideológico: o empobrecimento, a sujeição e a negação da vida real. O espetáculo é, materialmente, a expressão da separação e do afastamento entre o homem e o homem.*²⁰²

Diante da ânsia pelo espetáculo, a mídia busca reforçar o impacto da imagem reduzindo a análise e construindo opiniões. Mais do que uma análise fria do 11/09/2001, o que restou na memória foi a imagem das torres desabando. O espetáculo fala por si só! A Guerra do Golfo em 1991, a invasão do Afeganistão em 2001 e a Guerra do Iraque em 2003 foram apresentadas como guerras limpas. Mísseis inteligentes, poucas mortes e um sucesso efetivo. O mundo real, para desespero das CNN's da vida, desmentia o fato.

A capacidade da mídia em reinventar o real foi analisada por Perseu Abramo, no curto ensaio, **Padrões de manipulação na grande imprensa**, em que afirma ser

²⁰⁰ - Marx, nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844, descreveu a alienação como sendo “a alienação do operário de seu produto significa não somente que seu trabalho se converte em um objeto, em uma existência **externa**, mas também, que esta existência se encontra **fora dele**, é independente dele e aliena a ele e representa diante dele um poder próprio e substantivo, que a vida que o operário tem infundido ao objeto enfrenta a ele como algo estranho e hostil.” MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. México: Grijalbo, 1968, p.76.

²⁰¹ Dotado de uma elevação excepcional, sua forma é apresentada despreendida de seu conteúdo material, condição necessária para, então, oferecer-se como a expressão naturalizada do processo histórico em curso. Para tal, vale-se de instituições de regulação e estabilização dos conflitos sociais criando um cenário sublimado que se sustenta a partir da repressão às manifestações das contradições deste processo e criando sua afirmação consensual. Cf. EAGLETON, Terry. **A Ideologia da Estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

²⁰² DEBORD, Guy. op. cit., p. 138.

o público apresentado a uma realidade construída artificialmente pela imprensa – e podemos ampliar e incluir o rádio e a TV – que não só contradiz o real, como também acaba por se sobrepor para dominar a realidade vivenciada pelos leitores.²⁰³ No texto, Abramo apresenta as estratégias utilizadas pela mídia objetivando a manipulação real: ocultação, fragmentação, inversão, indução e padronização da informação no rádio, TV e jornal. O uso dessas técnicas construiria uma mídia subjetiva que olha o mundo dentro de seus interesses específicos e ignora – fazendo ser ignorado – o que não se insere no seu objeto de desejo.

Cabe realçar que a realidade brasileira se concretiza na representação efetiva de uma sociedade marcada por contradições de classe, pela forte concentração de renda, pela existência de uma massa de cidadãos excluídos e pela permanência da luta de classes, em especial no campo.

Espetáculo, manipulação e desinformação formam um conjunto que banaliza as notícias e sinaliza para um leitor amorfo, despolitizado, acrítico, que vê as informações da mesma forma que um passageiro vê a paisagem pela janela do ônibus. Claro, podem-se culpar as demandas mercadológicas, que obrigam a mudança de pautas, estilos, formas e conteúdos. A pressão da audiência nas TVs, as assinaturas e a venda da edição diária dos jornais. Na prática, perdeu-se a

²⁰³ - ABRAMO, Pérsio. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 24.

objetividade, em função de um valor subjetivo que afeta a grande mídia como um todo: o de se assumir como um ator político que projeta idéias e defende valores.²⁰⁴

O MST, dentro dessa nova dinâmica, apresenta-se como um importante adversário à manutenção de uma dupla ordem: a neoliberal cuja hegemonia contesta, e a capitalista, ao repensar o papel da propriedade, da produção e do próprio homem em seu interior. A atuação do MST, ao longo dos anos 1990, tornou-o um dos mais importantes movimentos contestatórios à exclusão social no Brasil. Sua luta intransigente pela terra, questionando a inviolabilidade da propriedade privada, fez do movimento um alvo da mídia, transformando o MST numa organização que rompe com a esfera da ordem. E, por isso, deve ser criminalizada e isolada da sociedade.

A mídia brasileira, em especial a imprensa tem assumido a tarefa de desqualificar o MST questionando suas ações e criminalizando seus atos. Analisando um grupo de reportagens e editoriais levantados junto aos jornais **O Globo**, **O Estado de São Paulo**, **Folha de São Paulo**, **Jornal do Brasil** e da revista **Veja**, percebemos que a forma de inserir as matérias que tratam do MST se agrupam nos seguintes eixos:

1. Violência empregada pelo movimento;
2. Desrespeito às leis;
3. Defesa e / ou vinculação com o socialismo;
4. Pregação revolucionária mediante a educação dos camponeses;

²⁰⁴ - Conferir: ABRAMO, P. Op. Cit. e BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. RJ: Jorge Zahar, 1997.

5. Denúncias de corrupção envolvendo o movimento ou de abandono das terras assentadas ou ainda financiamento externo para o movimento, entre outros pontos.

Em 19 de junho de 1985, a revista **Veja** apontou o temor dos proprietários rurais diante do projeto de reforma agrária defendido pelo governo Sarney (1985-1990). Ao mesmo tempo em que apontava a postura belicista dos proprietários que se armavam para defender suas propriedades, apresentava uma novidade no campo:

Em Santa Catarina, existe um grupo de lavradores que se denomina Movimento dos Sem Terra e essa organização reivindica a imediata desapropriação de 1.000 hectares que seus membros ocupam no oeste do Estado. Na quinta-feira passada, os invasores distribuíram um documento em que dão um prazo de cinco dias ao governo para que lhes entregue a área invadida.²⁰⁵

²⁰⁵ - **Veja**, 19/06/1985.

Ainda que a nova organização tivesse pouca influência, a revista já apontava seu tom imperativo, informando que ela impunha prazos ao poder público, isto é, exigia, e não negociava.

Apresentar o MST como intransigente e violento tem sido um ponto comum na grande imprensa brasileira. Em 18 de dezembro de 2004, **O Globo** noticiou em destaque a ação do MST, quando

*em menos de meia hora, eles derrubaram a cerca, arrombaram mais de 15 portas e janelas da casa, destruíram os telhados e derrubaram colunas de alvenaria que serviam de sustentação ao alpendre do casarão.*²⁰⁶

A ação é reduzida a um mero ato de vandalismo. E comenta displicentemente que o fato ocorrera três horas antes do enterro de um sem-terra assassinado, supostamente pelo dono da fazenda. Desconsidera-se a impunidade e o descompromisso da polícia, que não só não havia prendido o suposto mandante, como também não atuava com firmeza na apuração do fato.

O próprio uso da expressão “invasão” por parte da mídia, contrapondo-se ao termo “ocupação”, utilizado pelo MST, acentua a caracterização dos sem terras

²⁰⁶ - MST destrói e queima fazenda em PERNANBUCO, **O Globo**, 12-12-2004.

como criminosos, e não como um movimento social com justas reivindicações políticas. O **Dicionário Aurélio** apresenta, entre outras, a seguinte definição para o vocábulo *ocupação*:

*Jur. Ato de apoderar-se alguém, legalmente, de coisa móvel (ou semovente) sem dono, ou porque ainda não foi apropriada, ou por haver sido abandonada.*²⁰⁷

Enquanto invasão se remete ao ato de invadir, isto é, “*entrar à força ou hostilmente em; ocupar à força; conquistar*”.²⁰⁸ Fica claro que a diferença não é semântica, mas sim, político-ideológica. Desqualifica-se de uma ação política que cobra a eficácia de uma política de reforma agrária no país, ainda que, para isso, criminalize-se os atores da ação.

Além disso, foi percebida na leitura de jornais a produção de diversos editoriais que apontam o desprezo do MST pelas leis. Por exemplo, em um pequeno texto editorial, na seção *Opinião*, o jornal **O Globo**, de 07 de maio de 2004, afirmava, ante uma futura intimação judicial a uma das lideranças do MST, João Pedro Stédile, que

²⁰⁷ - HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. SP: Folha de São Paulo, 1995, p. 463.

²⁰⁸ - *Ibidem* id. P. 368.

*como a audiência será em setembro, Stédile terá tempo para pensar sobre o que fazer. Como ele já deixou de comparecer a duas audiências anteriores, é provável que continue a tratar o Poder Judiciário e as leis com o mesmo respeito que tem a cercas e porteiras de propriedades privadas.*²⁰⁹

O mesmo jornal, em outras editorias também realçava a relutância do MST em reconhecer a lei no país. Em 20/12/2004, o editorial acusava o movimento de agir de forma perigosa e “*ultrapassar os limites do estado de direito.*”²¹⁰ Teor similar foi encontrado em editorias de **O Estado de São Paulo**. Na edição de 05/08/2006, o movimento é questionado por colocar-se acima da

*lei e da Justiça, sabendo que sua existência "não oficial" (pois jamais quis ser registrado legalmente) o poupa de prestar contas até dos subsídios que recebe do governo por interpostas entidades "legais" (isto é, laranjas), o que o Movimento dos Sem-Terra espalha pelo Brasil afora é um modelo de atuação original: o das franquias de impunidade.*²¹¹

²⁰⁹ - **O Globo**, 07/05/2004.

²¹⁰ - **Vale a Lei. O Globo**, 20/12/2004.

²¹¹ - **Franquias da Impunidade, O Estado de São Paulo**, 05/08/2006.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

Sem dúvida uma estratégia comum nos grandes órgãos de imprensa é buscar construir novo olhar para o leitor acerca do movimento: o de um espaço organizado por indivíduos que desconsideram o papel da lei e do judiciário e que, na prática, usam da força para obter seus desejos. Neste mesmo editorial, o **Estadão** qualificou as práticas do movimento como um ato terrorista. Em comum, a cobrança de uma maior atuação do aparato estatal policial e jurídico, para acabar com a crença na impunidade do movimento diante de suas ações. Impunidade essa não correspondente à realidade dos fatos com a constante notícia de prisão de lideranças do MST no país.

A criminalização do MST assumiu um nítido perfil ideológico, na medida em que as críticas ao movimento são centradas no desrespeito dos sem-terra à propriedade privada. Apresentando-se como um aparelho defensor da ordem capitalista, as grandes empresas de mídia unificam seus discursos na defesa dos valores que, efetivamente, povoam seu universo editorial, político e econômico. Diante disso, deixa-se de lado a capacidade de análise das propostas contidas no MST e de que formas se estruturam produtivamente os assentamentos já em funcionamento.

Assumindo a defesa da propriedade privada, a grande mídia procura desqualificar qualquer projeto que venha a apontar outra lógica econômica. Em maio de 2000, a **Folha de São Paulo** publicou reportagem que apontava irregularidades

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

do MST junto ao INCRA. Na reportagem, o movimento era acusado de reter, sob forma de pedágio, parte da verba cedida aos assentados, para financiar suas ações pelo Brasil. Em 11 de novembro de 2000, no editorial *A Farsa do MST*, o jornal criticava os sem-terra por terem acusado a **Folha** de atuar em favor do governo, contra o movimento. A razão da ação do MST? Josias de Souza que assinara a matéria foi ao assentamento do MST no Paraná com o custeio da viagem pago pelo INCRA. Para o jornal, nada havia de irregular o jornalista ter realizado uma matéria a pedido do INCRA e ter utilizado o carro oficial para chegar ao acampamento. O pior, nada de ilegal foi comprovado contra o MST e o resultado da auditoria do Tribunal de Contas da União ficou esquecido em nota de rodapé do jornal meses depois.²¹²

A campanha contra o movimento, que busca criminalizar suas ações e dirigentes, não poupa nenhuma das principais atividades sociais do MST, com as relacionadas ao projeto de educação. Em 08 de setembro de 2004, a revista **Veja** afirmou, sobre as escolas rurais do MST, que estas eram

nocivas. Não apenas por estarem substituindo uma função precípua do Estado, que é fornecer ensino básico às crianças brasileiras, mas por estarem inculcando em uma parcela

²¹² - **Folha de São Paulo**, 11/11/2000.

dos jovens uma ideologia revolucionária que, antes de ser derrotada pelos fatos no século passado, produziu toda sorte de miséria, guerra e infortúnio social ²¹³

Seria hilário se não fosse trágico! Educação, função precípua do Estado? E o processo de privatização do ensino que teve seu apogeu com a ditadura militar? O editorial mesmo esclarece: essas escolas inculcam uma ideologia derrotada, atrasada e que produziu miséria, guerra e infortúnio social. O trágico se expressa não só na ausência de uma base histórica para comprovar essas acusações, ou até relativizá-las. Mas também na força da revista, que forma a opinião de milhares de leitores.

Nessa mesma edição, a reportagem ao descrever as escolas do MST intitula-as como “madrçais” numa clara alusão ao “novo inimigo” do ocidente civilizado: os muçulmanos. Ao longo da matéria, poucas críticas são efetivamente centradas na questão pedagógica, tais como, a ausência de maior formação dos professores, as dificuldades em relacionar os conteúdos formais à

²¹³ - [Sete de setembro vermelho](#). [Veja](#), 08/09/2004.

realidade social dos alunos, as limitações teóricas do corpo docente incorrendo em equívocos na análise histórica do país. A questão central era a concepção teórica da escola, isto é, o peso de uma prática pedagógica centrada no marxismo e na defesa do socialismo.

Ao mesmo tempo em que reconhece o direito e a necessidade das escolas do MST, a revista questiona o apoio financeiro do poder público as mesmas. Para a revista, tal fato resultaria em equívoco do poder público e deveria ser revisto. Na prática, ao cortar a verba para a montagem das escolas – adaptação de uma construção como sala de aula, compra de cadernos, livros, lápis, canetas etc, - estar-se-ia inviabilizando a própria continuidade do projeto pedagógico do MST. Na concepção da **Veja**, por uma boa causa: a de impedir as “madrageais” de pregarem a intolerância de quem questiona as desigualdades sociais no Brasil.

Também a **Agência de Notícias Reuters** tratou das escolas do MST. Em reportagem de 23 de janeiro de 2005, a **Reuters** apontou o caráter político de uma escola técnica fundada pelo movimento em São Paulo. A fala de João Pedro Stédile foi utilizada para fundamentar a crítica. Nela, vemos Stédile afirmar que a escola

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

capacitaria o sem-terra não só para atuar na economia com maior qualidade, como também, permitiria

"tomar o poder para os trabalhadores. Para que os companheiros transformem o conhecimento científico em instrumento de libertação e não de exploração, como eles fazem", disse²¹⁴.

Com isso, busca-se o isolamento das lideranças expressivas do movimento. A crença de que a luta pela terra é o motor do MST seria substituída por outra, o da luta pela revolução socialista. Projeto secreto que seria então desvelado pela mídia. Ainda quando a ação do MST causa profundo impacto na sociedade, obrigando a grande mídia a reavaliar seu olhar sobre o movimento, as notícias desqualificam. Após a Marcha dos Sem-Terra para Brasília, quando caminhando cerca de 60 dias, mais de 40.000 sem terras realizaram ato na capital e foram recebidos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a revista **Veja** não se furtou a afirmar que os

sem terras servem de símbolo para o Brasil pobre e atrasado. A sua marcha, que lentamente foi chamando a atenção de todo o país, teve um

²¹⁴ - MST abre escola e afirma "direito" de invadir terra produtiva. **Reuters**, 23/01/21005. In: www.uol.com.br/ultimasnoticias/brasil. Copiado em 23/01/2005.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

*quê de épico, ecoou as manifestações de Mahatma Gandhi pela independência da Índia. É difícil ficar contra eles, mesmo sabendo que seus métodos políticos têm um cerne antidemocrático. Afinal, são gente honesta, que quer trabalhar a terra, educar os filhos. E, com tanta terra sobrando, eles vagam, como assombrações, desde o tempo de Antonio Conselheiro.*²¹⁵

Desqualificar e demonizar o MST atende aos interesses de afirmação de um olhar consensual que deslegitima todo projeto que questione a propriedade privada e a ordem social capitalista. Mais ainda, ordem capitalista centrada no ideário neoliberal, o que resulta na negação a qualquer ator político não alinhado a esses valores. O MST responde a essas duas temáticas: não só redimensiona o estatuto jurídico da terra, defendendo sua função social, como também aponta os limites do neoliberalismo junto aos trabalhadores. Cabe ressaltar que, em dezembro de 1999, os membros dos Ministérios Públicos Federal e Estaduais assinaram a chamada Carta de Ribeirão Preto Pela Reforma Agrária e Em Defesa do Meio Ambiente, em que a função social da propriedade era

constituída por um elemento econômico (aproveitamento racional e adequado), em

²¹⁵ - [Lições da longa marcha descalça](#). *Veja*, 23/04/1997.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

*elemento ambiental (utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente) e um elemento social (observância das normas que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores).*²¹⁶

Se o próprio judiciário defende a prevalência da função social da terra sobre a estrita posse legal, em que sentido os sem-terra ameaçariam a propriedade? No sentido de que vêm a terra não como mera mercadoria, mas como um patrimônio que deve ser trabalhado e protegido partilhando seus frutos com todos. Rompendo a lógica econômica da terra como um bem móvel, uma mercadoria comum, o MST questiona a própria essência do capitalismo no campo.

Por isso a campanha da grande mídia contra o movimento. Campanha essa que se apresenta em todos os setores possíveis. Buscando sempre afastar do leitor a objetividade do texto, os jornais tornaram-se simulacros da realidade. O mais grave é que diante da constância da manipulação midiática, a própria mídia passou a crer que os simulacros tornavam-se a realidade. Na sua ânsia em se apresentar como a porta-voz da única verdade aceita e possível, a mídia perde sua credibilidade e reforça as críticas aos monopólios da informação. Buscar a ruptura desses monopólios e construir alternativas no campo da informação tem sido árdua tarefa dos movimentos sociais. O MST não se

²¹⁶ - STROZAKE, Juvelino José (org.). **Questões agrárias- julgados comentados e pareceres**. SP: Ed. Método, 2002, p. 360.

furtou a essa tarefa. O próximo capítulo analisará como o MST utiliza a tecnologia de ponta para se contrapor à grande mídia no campo da comunicação.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Capítulo 4 – Rompendo a cerca da comunicação

4.1- A formação de uma mídia do MST: a estratégia do Detournement

O MST costuma dizer que é necessário romper com três cercas: a do latifúndio, a do capital e a da ignorância. Podemos completar a lista com mais uma: a do monopólio da comunicação e da informação.

Como vimos no capítulo anterior, o grande complexo midiático brasileiro busca criminalizar o MST e, com isso, desqualificar suas ações e propostas. Uma das estratégias iniciais utilizadas pelo movimento foi a de estruturar um setor de comunicação que transcendeu o próprio espaço interno, tornando-se um importante elo de ligação externa dos sem-terra.

Em importante texto sobre a imprensa comunista no Brasil, Denis Moraes aponta que a mídia ultrapassou o papel de um mero instrumento de informação. A mídia se converteu, ao longo dos anos, em um “*dispositivo tecnológico de construção de hegemonias*”.²¹⁷ Nesse sentido, ela seria o espaço onde transitam projetos de hegemonia e de contra-hegemonia. Uma das tarefas a ser efetuada pelos movimentos contra-hegemônicos seria a de transformar a mídia em um espaço

²¹⁷ - MORAES, Dênis. **O imaginário vigiado. A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)**. RJ: José Olympio, 1994, p. 22.

difusor de outros olhares que não os centrados no olhar hegemônico, defensor da ordem capitalista e da manutenção da propriedade privada.

Lembrando que a definição de hegemonia pensada aqui é aquela que a concebe como a liderança cultural e ideológica de uma classe e/ou fração de classe sobre as demais classes sociais. Nesse sentido, a mídia deveria ser vista pelos movimentos sociais como um instrumento contra-hegemônico que busca construir um novo olhar acerca da realidade social vivenciada pelos setores populares.

Gramsci apontou que os meios de comunicação se apresentavam como aparelhos privados de hegemonia. Caberia, portanto, aos movimentos contra-hegemônicos ocupar espaços no interior da sociedade burguesa, rompendo com o consenso e, como consequência, superando a alienação e fortalecendo o projeto revolucionário. Dentro dessa leitura, não apresentaria a mesma significância a mídia, para o operariado e, por conseguinte, para os movimentos sociais que para os conglomerados privados de comunicação.

Contra-pondo-se à imprensa privada, surgiu, no Brasil, por volta de 1880, uma profícua imprensa sindical, isto é, aquela que é produzida em sua totalidade por sindicatos, ligas e outras organizações envolvidas na luta pelos direitos e organização dos trabalhadores. A raiz dessa imprensa remontaria à presença de anarco-sindicalistas em Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.²¹⁸ A imprensa sindical traria limitações em seu interior, na medida em que teria como eixo básico o debate

²¹⁸ - **Breve história da imprensa sindical no Brasil**. Cadernos de comunicação, nº 14. Série Estudos, RJ: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2005, p. 9. Copiado em 05/01/2007. www.rio.rj.gov.br/secs.

sobre temas exclusivos dos sindicatos a que são dirigidos, isto é, filiações, artigos das diretorias, negociações com o patronato etc. Após 1964, essa imprensa se modernizou, com a contratação de jornalistas para a produção de material mais específico do próprio sindicato, isto é, informes sobre reuniões da diretoria, eventos sócio-culturais do sindicato, convocação de assembléias etc.

Contraopondo-se a essa imprensa sindical, desenvolveu-se a chamada imprensa operária, isto é, aquela imprensa dirigida aos operários, que poderia ter sido ou não escrita por eles, mas que tratava de temas que eram à base das questões sociais desta classe.²¹⁹ Claro que estas análises levam a um maior questionamento sobre onde classificar a produção midiática de movimentos sociais, tais como, o MST. Nesse sentido, o emprego da mídia por movimentos do porte do MST se aproxima muito mais da concepção de uma produção voltada para as grandes temáticas sociais que afetam o movimento, do que para uma produção enfocando apenas a realidade vivenciada no interior da estrutura organizativa do movimento.

A idéia de que era necessária a construção de uma imprensa vinculada aos movimentos operários remonta aos textos de Marx e Engels. Para ambos, a imprensa seria o instrumento que ligaria a crítica teórica à ação prática, rompendo com o imobilismo dos intelectuais e fortalecendo uma ação mais incisiva e direta na política. Marx contribuiu com diversos órgãos da imprensa, não só na Europa, como também nos EUA. Seus artigos orientavam o operariado a perceber as nuances das

²¹⁹ - Ibidem idem. P. 9.

políticas nacionais e as tensões internacionais, apresentando-se, por vezes, de forma extremamente didática.

Ao longo do século XIX e no início do século XX, os movimentos populares buscaram utilizar a imprensa como um meio de comunicação de idéias, estratégias e de aglutinação da luta política. Lênin assumiu a importância da imprensa enquanto um agente organizador da luta coletiva dos trabalhadores. O jornal era percebido como um instrumento inserido no interior da vida partidária, atuando como correia de transmissão dos debates no interior do partido aos militantes, orientando-os ante as decisões e estratégias levantadas pelo seu corpo dirigente.²²⁰

A imprensa revolucionária deveria estruturar e facilitar a comunicação entre os trabalhadores, habilitando-os, de forma mais apurada, à tarefa revolucionária. Demandava, portanto, a sua regular distribuição pelos representantes do partido em cada região do país, visando a unidade partidária. Unidade que se expressava na capacidade do partido agir concomitantemente em diversas regiões da Rússia, integradas pelas páginas do jornal.²²¹

A concepção leninista acerca do papel da imprensa revolucionária marcou profundamente as organizações e os grupos de esquerda no mundo. A estruturação de jornais vinculados a esses grupos centrava-se nos seguintes pontos:

- Comunicar os informes e decisões da direção do movimento;

²²⁰ - Conferir: LENIN, Vladimir. **Where to begin?** www.marxist.org/archive/lenin/works/cw/volume05 Copiado em 12/03/2007; e MORAES, Dênis. Op. cit, p. 61.

²²¹ - LENIN, Vladimir. *Ibidem id.*

- Organizar o movimento para a luta;
- Divulgar as ações realizadas pelo movimento;
- Propagar o projeto revolucionário elaborado pelo movimento.

Dentro desses eixos, a imprensa revolucionária assumia um duplo caráter: o de instrumento informativo e o de educador. Informar sobre os passos da revolução e educar o trabalhador, conscientizando-o de sua capacidade revolucionária, são os objetivos dessa imprensa vinculada ao projeto transformador comunista. Apesar de datada e centrada em torno de um projeto específico, a revolução, o modelo de imprensa preconizado por Lênin acabou tornando-se a referência para a forma de comunicação de diversos movimentos, ainda que não tivessem a revolução como objetivo final.

O MST se apresenta como um dos movimentos que estrutura formas de comunicação midiáticas dentro da concepção leninista. Já em 1984, quando do começo da luta dos sem-terra, foi organizado um jornal, o **Jornal Sem Terra**, que se apresentava como o instrumento de articulação do movimento, ainda que não existisse uma efetiva política de comunicação por parte do MST.

Podemos apontar que desde seu início, o MST vivenciou uma dualidade: a necessidade de estruturar formas de comunicação interna e a pouca relevância dada à própria comunicação. Na sua organização inicial, as estruturas de redes de apoio e solidariedade, a definição de estratégias de enfrentamento e a própria ação, com a

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

realização de ocupações e a construção de acampamentos eram as prioridades do movimento. A política de comunicação e, mesmo, a organização de um setor específico para a comunicação, eram vistas como temas secundários para os sem-terra.

Entretanto, rapidamente o MST buscou estruturar o setor de comunicação visando atender não só às questões internas e inerentes ao movimento, como também, numa estratégia de chamar a sociedade brasileira para a luta dos sem-terra. A construção de uma mídia vinculada ao movimento se apresenta como um espaço de importante articulação entre os demais setores do movimento, além de marcar simbolicamente a inclusão do movimento para além do campo brasileiro.

Se, num primeiro momento, o **Jornal Sem Terra** foi a expressão desse mecanismo de comunicação, em etapas posteriores o movimento incorporou uma revista, a **Revista Sem Terra**, criada em 1997, e um sítio na internet, do mesmo período, que também divulga um boletim eletrônico, o **Letra Viva**, enviado a todos os cadastrados mediante correio eletrônico. Dentro dessa realidade, vemos o MST buscar avanços na defesa da democratização dos meios de comunicação. Objetiva-se a construção de mecanismos de informação e difusão da notícia que não representem unicamente os interesses dos conglomerados empresariais, permitindo à sociedade maior autonomia para a absorção e análise dos eventos noticiados. Por conta disso, o movimento se apresenta como um importante interlocutor na difusão das rádios comunitárias. Esta difusão tem se apresentado como um dos mecanismos para

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

romper, esse monopólio, ainda que de forma tênue e limitada e, por isso mesmo, tão combatida, pelos grandes conglomerados no Congresso e nos estados.

Por outro lado, o uso de novos aportes tecnológicos por parte do MST permite-nos repensar sua estratégia comunicacional numa esfera mais ampla resgatando a concepção do **detournement**. O conceito foi utilizado pelo grupo situacionista²²² significando o ato de tomar ao adversário / inimigo idéias, valores e coisas para montar uma outra coisa que reforçasse o combate ao próprio inimigo / adversário. O **detournement** se apresentaria nesse sentido, mediante o emprego das novas tecnologias midiáticas, para transmitir uma visão contra-hegemônica àquela apresentada pelos conglomerados empresariais midiáticos.

Na sociedade contemporânea, assistimos ao triunfo da ditadura da imagem, pela qual o pensamento é sublimado pelo gozo do prazer visual. Gozo esse que demanda um olhar matizado e superficial sobre a própria imagem, cativando o espectador, se não numa vida passiva, ao menos, num mundo da negação à reflexão, da não criticidade.²²³ Mais uma vez, cabe resgatar Guy Debord, em seu trabalho, já citado, a **Sociedade do Espetáculo**, que nos diz que a

²²² - A Internacional Situacionista foi organizada em julho de 1957 com a fusão de três grupos: a Internacional Letrista, o Movimento Internacional por uma Bauhaus Imaginista e a Associação Psicogeográfica de Londres. Sempre se caracterizou por se apresentar com poucos integrantes – não ultrapassou o total de 70 membros em seu auge – e teve em Guy Debord seu principal articulador intelectual. Conferir: **Situacionista. Teoria e prática da revolução**. SP: Conrad, 2002, coleção Baderna.

²²³ - Conferir: KHEL, Maria Rita. **O espetáculo como subjetivação**. In: BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita, **Videologias**. SP: Boitempo, 2004, p. 37; ADORNO, T. A., HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. RJ: Jorge Zahar, 1985.

especialização das imagens do mundo se realiza no mundo da imagem autonomizada, no qual o mentiroso mentiu para si mesmo. O espetáculo em geral, como inversão concreta da vida, é o movimento autônomo do não-vivo. ²²⁴

A imagem apresenta-se, então, como um fetiche, que vai tornar natural as relações sociais constituídas ao longo da história. Mais, a imagem espetacular ao se apresentar como um fetiche a ser incessantemente desejado, buscado, permite construir um mundo que se tornou objetivo por si mesmo, logo, centrado numa subjetividade, a da falsa representação de si. Nesse sentido, a sociedade do espetáculo se apresenta como a da alienação. Uma produção subjetiva de uma sociedade que não vê mais do que uma representação de si, uma imagem desfocada do real que traduz o olhar da classe hegemônica. ²²⁵

Nessa sociedade alienada constitui-se um novo tempo, o tempo do espetáculo em que

a mercadoria ocupou totalmente a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que vê é o seu mundo. A produção

²²⁴- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. RJ: Contraponto, 1997, p. 13.

²²⁵ - Conferir, DEBORD, Guy, Op. Cit., p. 14 e KHEL, Maria Rita, Op. Cit. p. 59.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

econômica moderna espalha, extensa e intensivamente, sua ditadura.

*(...) Nesse ponto da “segunda revolução industrial”, o consumo alienado torna-se para as massas um dever suplementar à produção alienada.*²²⁶

A sociedade do espetáculo é a que vive o tempo do consumo, um mundo paradisíaco, não para todos, mas sim para poucos, reforçando a exclusão social e reafirmando a atualidade da luta de classes. Essa sociedade cultua a imagem e a velocidade. *Deus ex machina* de novos tempos, os automóveis e o mundo cibernético pontuam os sonhos e constituem a razão espetacular dessa sociedade do espetáculo.

É nesse contexto que o MST atua. O **detournement** é antes de tudo o instrumento contra-hegemônico do movimento. Contra a velocidade da informação: a página da internet, o boletim eletrônico. Contra a grande mídia que criminaliza o movimento, o jornal e a revista dos sem-terra. Ao usar as mesmas armas do inimigo, o MST é capaz de atuar no mesmo campo e alcançar parcela do público de maior capital cultural, consumidor dos grandes conglomerados midiáticos, quanto as camadas populares despolitizadas. Quebra-se o monopólio da informação, constituem-se novas formas de apreensão das informações vistas sob o prisma da

²²⁶ - DEBORD, Guy. Op. Cit. p. 31.

contra-hegemonia. Mais! Numa sociedade da imagem, o emprego da internet permite o favorecimento da concepção do espetacular para quebrar a própria alienação contida nessa realidade. Trata-se de utilizar o que move o inimigo para combater a essência do mesmo.

O **detournement** empregado pelo MST representa, ainda que inconscientemente, a vingança dos oprimidos. O grito dos que sempre foram qualificados como sem voz. Recuperando a fala dos situacionistas, podemos afirmar que a

dominação consciente da história pelos homens que a constroem, eis todo o projeto revolucionário. A história moderna, como toda a história passada, é o produto da práxis social, o resultado – inconsciente – de todas as atividades humanas. Vivendo a época da sua dominação totalitária, o capitalismo produziu aquela que é a sua nova religião: o espetáculo. O espetáculo é a realização terrestre da ideologia. Nunca o mundo funcionou tão bem de cabeça para baixo. “E, como a ‘crítica da religião’, a crítica do

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

*espetáculo é hoje a primeira condição para qualquer crítica”.*²²⁷

Ao combater a grande mídia quebrando seu monopólio com uma mídia compromissada com a luta dos oprimidos, o MST efetiva uma práxis que faz da crítica sua arma revolucionária. Por isso mesmo, os grandes monopólios midiáticos reforçam a crítica ao movimento. Trata-se, também, de assegurar a continuidade de um pensamento espetacularizado ao longo das páginas e das imagens cotidianas trazidas pelos jornais e televisões do país.

4.2- Navegando contra a maré: a produção midiática do MST

Desde 1981 o MST organizou o **Jornal Sem Terra**, publicação mensal de divulgação do movimento. Este surgiu, na verdade, como boletim mimeografado, naquele ano, em Porto Alegre, objetivando externar laços de solidariedade e divulgar a luta dos camponeses que se encontravam acampados na Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul. Rapidamente tornou-se o instrumento de divulgação e acompanhamento da luta pela terra e, quando se organizou o MST, passou a ser publicado, como porta-voz, em formato tablóide. A partir de 1985, com a instalação da Secretaria Nacional do MST, em São Paulo, passou a ser distribuído nacionalmente.²²⁸

²²⁷ - A miséria do meio estudantil Considerada em seus aspectos econômico, político, psicológico, sexual e, mais particularmente, intelectual, e sobre alguns meios de remediá-la. Situacionista. Teoria e prática da revolução. SP: Conrad, 2002, coleção Baderna, p. 57.

²²⁸ - Conferir, STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** SP: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 37.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Atualmente o **Jornal Sem Terra** tem uma tiragem de 30.000 exemplares e é lido por militantes, acampados, assentados e um público externo ao movimento. Além da distribuição nacional, em parte graças ao esforço de entidades de direitos civis, igrejas e ONG's pró-reforma agrária, consegue ser distribuído para cerca de 50 países, destacando-se a França e a Espanha.

Além disso, o jornal procurou se caracterizar por uma apurada linguagem visual valorizando o uso de fotografias em suas edições que servem tanto para facilitar a compreensão dos temas abordados – cabe ressaltar a pouca escolaridade de grande parte dos membros do movimento, o que demanda maior uso de uma linguagem visual – e, ao mesmo tempo, fortalecer a integração e a identidade dos integrantes do movimento sem-terra.²²⁹

Diante dessa realidade, a leitura do jornal passou a ser pensada como um ato coletivo. O próprio jornal orientava seus leitores apontando que a leitura coletiva teria a

preferência, o jornal do Movimento não deve ser lido sozinho, mas sempre em grupo: no núcleo do Movimento, na família, na delegacia sindical etc. Isto facilita porque a gente já pode ir tirando

²²⁹ - OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida de. **Elementos visuais do Jornal Sem Terra: Reforço aos símbolos e à unidade.** Trabalho apresentado no NP12 – Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador, setembro de 2002. In: www.reposcom.portcom.intercom.org.br/author.Copiado em 15/03/2007.

*as dúvidas, na hora, com outros companheiros e que não sabe ler tem também a chance de ficar informado.*²³⁰

O jornal teria uma função educativa e política. A socialização da leitura permitiria o debate, a troca de experiências e construiria um senso comum à luta pela terra. Além disso, ao construir uma identidade comum, a de explorado, a de sem-terra, apresentar-se-ia como um espaço de ruptura com a alienação e fomentaria a construção de valores contra-hegemônicos.

Por isso mesmo, o jornal é valorizado no contexto da luta. Ele é percebido como

*uma das mais antigas ferramentas para divulgação das lutas dos trabalhadores. Quanto mais informadas forem as lideranças, os militantes, o próprio povo, mais condições se terá para tomar decisões mais acertadas. Daí, a importância do jornal. Por outro lado, o jornal também é um órgão para divulgar a proposta do Movimento. O jornal é a voz do Movimento.*²³¹

²³⁰ - **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra**. São Paulo, março/1988, nº 71, ano VIII.

²³¹ - Ibidem idem.

Ao se apresentar e ser reconhecido como a voz dos sem-terra, o jornal se contrapõe à atuação da grande mídia. O MST compreende o papel conservador dos conglomerados midiáticos que se apresentam como defensores da ordem capitalista e, portanto, vinculados à luta de classes. Claro que num primeiro momento, o olhar do movimento sobre a imprensa se apresenta como maniqueísta. No entanto, cabe perguntar: e a criminalização do MST na mídia? Não assumiria uma dimensão maniqueísta? Na prática, ao delimitar o campo da luta social na mídia, o MST desvela o falso discurso da neutralidade da imprensa que tenta desvinculá-la de seus interesses empresariais. Por isso mesmo, o Jornal Sem Terra afirma que

*a chamada grande imprensa, os grandes jornais, são a voz da burguesia. Eles divulgam algumas notícias dos trabalhadores, mas servem basicamente para formar a opinião do povo de acordo com interesses da burguesia. Então, é diferente o jeito da gente tratar um jornal da burguesia e os nossos jornais.*²³²

Delimitando o real papel dos grandes conglomerados midiáticos, o movimento pode, efetivamente, buscar construir uma linguagem que sirva para a

²³² - Ibidem idem.

elaboração de uma alternativa midiática à hegemônica. Nesse sentido, a concepção de jornal construída pelo movimento atende a uma dupla tarefa:

1- Àquela concebida pela concepção marxista – leninista que vê o jornal como instrumento de conscientização revolucionária e instrumentalizadora das ações do movimento;

2- A que compreende o jornal como um espaço para novas interpretações acerca das notícias que envolvem o campo desvinculando-as da representação dos interesses hegemônicos defendidos pelos conglomerados midiáticos.

Fica clara a idéia de que o jornal deve interpor novas informações depuradas aos sem-terra ao lermos o seguinte informe publicado no **Jornal dos Sem Terra**:

O jornal só conseguirá informar os trabalhadores se tivermos a capacidade de colocá-lo em contato com os mesmos. Devemos fazer com que todos os meses o jornal até a mão dos trabalhadores e companheiros do movimento, nos assentamentos, cidades, igrejas, escolas, universidades, sindicatos, prefeituras, bairros, associações de moradores, grupos de jovens e até nas praças. O nosso jornal é dirigido aos trabalhadores, não apenas aos sem

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

*terra, mas a todos, porque um dos grandes deveres do jornal é informar corretamente.*²³³

Da informação à organização, o **Jornal dos Sem Terra** também se apresenta como instrumento essencial à organização da luta e à interligação entre os diversos grupos do movimento espalhados pelos estados do Brasil. Quanto maior a capacidade de aglutinação dos militantes do movimento, maior a unificação de práticas e discursos garantindo a coesão e a força do movimento pelo país. Por isso mesmo, o papel do jornal também deve ser o de

contribuir com a organização do MST. Como é difícil de conhecermos pessoalmente o que acontece durante um mês nos estados onde o MST está organizado, o jornal se encarrega de fazer isso por nós. Através dele realizamos uma troca de experiências de nossas ocupações cooperativas etc.

*Por outro lado, o jornal é um organizador quando ele motiva os companheiros a participarem das lutas.*²³⁴

²³³ - **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra**. ago/91, ano X, nº 106 – 10 anos do jornal. A verdade dos que lutam.

²³⁴ - Ibidem idem.

Não podemos, também, esquecer a tarefa educativa que o jornal deve assumir no aspecto político. Portanto, uma das funções do jornal é a de tornar-se o canal de novas experiências coletivas para a partilha do conhecimento. O jornal serve não somente para informar, para o lazer e para a organização da luta, se apresentando como importante elemento na formação e na orientação do ator histórico sem-terra. Caberá perceber que nas

*páginas do nosso jornal não aparecem apenas assuntos relacionados com a luta pela terra, mas há uma variedade de assuntos que visam formar e capacitar os companheiros que lêem. Por isso é que devemos dedicar tempo para a leitura de todo o jornal e aproveitar as páginas de estudo para aumentar nossos conhecimentos políticos. Existem também páginas que servem de orientação, onde os militantes se informam sobre os diversos aspectos de nossa luta. Estas orientações dão segurança aos militantes e fornecem novas informações para desenvolver com maior qualidade o trabalho.*²³⁵

Ao mesmo tempo e significativamente, o MST não se furtou a lutar pela democratização dos meios de comunicação no país. Mais além, associou a luta por

²³⁵ - Ibidem idem.

essa democratização à própria luta dos trabalhadores brasileiros, apontando como o monopólio privado da mídia reforça a exploração dos trabalhadores, ao desqualificar as lutas populares e criminalizar os movimentos sociais, erigindo um pensamento unicamente centrado na defesa da propriedade privada.

Na edição de junho de 1993 do **Jornal do Trabalhador Sem Terra**, a grande questão levantada era a atuação dos monopólios de comunicação no país. Afirmava o jornal que no

Brasil, hoje, 90% dos meios de comunicação de massa encontram-se nas mãos de 6 famílias: Marinho (Rede Globo), Civita (Abril / Veja), Bloch (Rede Manchete), Levy (Gazeta Mercantil, etc.), Mesquita (O Estado de São Paulo), Frias (Folha de São Paulo), somando-se às ramificações como Sirotsky (Reio Grande do Sul e Santa Catarina) e Collor de Melo, em Alagoas. Eles projetam e impõe à sociedade a ideologia dos segmentos que representam o que resulta na opressão e exploração da classe trabalhadora

236

²³⁶ - **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra**. Junho de 1993, nº 126.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Além disso, essa mesma edição apresentava a compreensão do MST acerca da atuação da mídia contra o movimento. Para o jornal, existiriam dois tipos de mídia: uma, assumindo posição isenta, noticiava as notícias da luta dos sem-terra e a situação do campo brasileiro; a outra assumiu sua posição classista e buscava desqualificar e marginalizar a luta do MST. Para o movimento, tal postura não surpreendia, pois era previsto

*que os setores conservadores (direita rural e urbana) que foram derrotados politicamente com a aprovação da Lei de Reforma Agrária, iriam partir para a ofensiva. Por esta razão é que essas matérias, nitidamente manipuladoras, estão sendo reproduzidas de forma articulada nas grandes cidades e no interior.*²³⁷

Além disso, ficava claramente delimitado o papel de relevância da **Revista Veja** na lida com o MST. O artigo lembra que a posição da **Veja** ficara muito clara quando, em 1990, fizera a reportagem sobre o conflito envolvendo a Brigada Militar²³⁸ e os sem-terra na Praça da Matriz, em Porto Alegre. A reportagem afirmara ter sido o conflito um ato de selvageria cuja imagem refletia-se em armas

pontudas e afiadas, empunhadas por homens de braços musculosos e botinas cobertas de terra,

²³⁷ - Ibidem idem.

²³⁸ - Termo que desde 1892 designa o corpo policial militar no Rio Grande do Sul.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

centenas de foices fizeram sua mais trágica aparição nos conflitos sociais do país, na quarta-feira da semana passada, na Praça da Matriz, bem no centro de Porto Alegre. Por volta das 11 horas da manhã, quando soldados da tropa de choque tentaram desalojar 400 agricultores que montavam um acampamento a poucos metros do Palácio Piratini, sede do governo estadual, as foices brilharam no céu pela primeira vez - como arma de lavradores dispostos a enfrentar os cassetetes e as baionetas dos policiais. Mais tarde, elas surgiram com seu perfil de Lua minguante no meio da fumaça de bombas de gás lacrimogêneo, do barulho de tiros de revólver, vitrines quebradas e automóveis depredados, de poças de sangue e cacos de vidro. Quase ao meio-dia, num lugar de Porto Alegre conhecido como a Esquina Democrática, que fica no cruzamento de uma das principais artérias da cidade, a avenida Borges de Medeiros, com a chamada Rua da Praia, as foices apareceram novamente - e

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

*produziram um cadáver que deixou o país em estado de choque.*²³⁹

Mais do que o texto retratando a violência como exclusiva do MST, a **Veja** evocava uma imagem forte para tratar do conflito:

Pela violência, o confronto entre agricultores e policiais que tomou conta do centro de uma das maiores cidades brasileiras, na semana passada, marca a mais grave tragédia já produzida em conflitos de rua do país desde 1986, quando um bóia-fria e uma empregada doméstica foram mortos ao longo de uma greve de trabalhadores rurais em Leme, a 188 quilômetros de São Paulo. Pela selvageria, assistiu-se em Porto Alegre a uma jornada que a maioria dos brasileiros acredita só poder ocorrer em lugares como Beirute, a cidade sangrada pela guerra civil que consome o Líbano. Em menos de quatro horas de confronto, 54 lavradores estavam feridos, uma dezena deles a golpes de baioneta; mais de vinte policiais foram parar no hospital; e trinta pessoas estavam presas. No fim do dia,

²³⁹ - Revista Veja, 15/08/1990.

foram recolhidos nas ruas da cidade 120 foices, quarenta facções e 54 enxadas. A guerra das foices e baionetas de Porto Alegre levou policiais a recomendar a donas de casa que não saíssem à rua, obrigou os principais estabelecimentos comerciais do centro a fechar suas portas, e encerrou-se como o mais claro sinal de que o Brasil de 1990 é um país com graves manchas de tensão.²⁴⁰

Diante da força do texto, para o leitor não havia dúvidas: corríamos o risco de cair num quadro de tensões semelhantes à cidade de Beirute, com carros explodindo, facções armadas se defrontando ante um Estado falido e desmoralizado com lideranças vinculadas diretamente a interesses políticos estrangeiros. Nesse caos, de fato, o melhor seria preservar as donas de casa e salvar as crianças. Num texto forte, a revista **Veja** assumiu a criminalização do MST, ainda que reconhecesse o contexto de tensão no campo brasileiro.

Diante disso, o **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra** explicitou para seus leitores qual o papel da revista **Veja**, enquanto instrumento de criminalização do MST, e buscou embasar suas críticas não só aos militantes e simpatizantes do movimento, como também, aos leitores que ocasionalmente tivessem um exemplar dessa edição do jornal em suas mãos. Na avaliação feita, a revista **Veja** feriu as

²⁴⁰ - Ibidem idem.

*regras de um jornalismo comprometido com a verdade. O texto que a revista apresentava fazia questão de incriminar o MST. O texto era tão povoado de termos sensacionalistas que a manipulação era grosseira.*²⁴¹

Reparem que o texto assumiu um linguajar coloquial compreensível para os leitores do movimento. Ao mesmo tempo, o texto delimitava os campos antagônicos entre o MST e a revista **Veja**, assumindo a intenção de realçar que a revista havia se preocupado apenas em afirmar o confronto qualificando-o negativamente como um ato de selvageria dos sem-terra, sem apontar a violência historicamente vivenciada pelos camponeses brasileiros e sem relatar o descaso do poder público com a reforma agrária. Nesse sentido, a defesa da democratização dos meios de comunicação assume real importância, pela necessidade de se quebrar um único discurso e permitir que a voz dos excluídos seja, efetivamente, incluída nas pautas da grande mídia.

Por outro lado, o MST reconhece o papel da mídia quando esta se pauta pela imparcialidade. Em 22 de abril de 1996, Gilmar Mauro assinou, pela direção do movimento, uma nota encaminhada “aos companheiros jornalistas e fotógrafos” onde afirmava:

²⁴¹ - **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra**. Junho de 1993, nº 126.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

Diante da dor e da tragédia que foi o massacre dos companheiros sem terra do Pará, ficou mais uma vez evidente, para o MST, a importância do trabalho que vocês desempenham nos meios de comunicação deste país.

Graças à presença e à reação da repórter da TV Liberal, Marisa Romão, e do cinegrafista da TV, Osvaldo Araújo, muitas pessoas foram salvas. Além disso, o testemunho deles se tornou fundamental para nós, já que a palavra de sem terra costuma valer muito pouco diante das autoridades (...)

*É pelo olhar de vocês e pela indignação que ele reflete que mais este massacre não está passando despercebido pela sociedade. Por isso queremos deixar registrado o enorme valor que nós damos para este trabalho árduo que vocês estão tendo.*²⁴²

A busca por criar efetivas pontes com os jornalistas é uma tentativa de minorar a atuação dos grandes conglomerados midiáticos, forçando-os a uma pauta mais imparcial mediante a ação dos próprios jornalistas. Estratégia que, no entanto,

²⁴² - BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre, Editora da Universidade / UFRGS, 1998, p. 197.

não tem conseguido neutralizar o caráter criminalizador das pautas jornalísticas ao tratar do MST.

A estruturação de um jornal nos moldes do que é feito pelo MST traduz a possibilidade de um domínio consciente de um projeto de história que desloca do centro do poder o olhar unívoco do capital e de seus valores, a propriedade privada, a ordem burguesa, o consumismo e o individualismo exacerbado. Deslocados os valores burgueses, erigir-se-ia nova sociedade construída em torno da partilha, da solidariedade, do coletivismo e da propriedade coletiva da terra. Esse novo projeto de mundo vê nas páginas dos jornais a ruptura com o modelo de jornal estruturado pela sociedade burguesa. O jornal se torna um instrumento de crítica e consciência revolucionária. Um instrumento do **detournement** a favor da revolução²⁴³.

Se o jornal se apresenta como um tradicional instrumento de comunicação, uma nova forma de publicação se efetivou com a **Revista Sem Terra**, editada desde 1997, e, atualmente, com tiragem de 10.000 exemplares com periodicidade trimestral. A revista apresenta uma composição gráfica moderna, trata de temas diversos com seções de literatura, política, economia, temas nacionais, informes internacionais, reforma agrária, história/educação, teatro, cinema e charges humorísticas. Embora a revista possua um corpo jornalístico, alguns artigos são assinados por intelectuais ou políticos ligados à esquerda e compromissados com as causas populares, entre elas, a reforma agrária.

²⁴³ - conferir: A miséria do meio estudantil Considerada em seus aspectos econômico, político, psicológico, sexual e, mais particularmente, intelectual, e sobre alguns meios de remediá-la. Situacionista. Teoria e prática da revolução. SP: Conrad, 2002, coleção Baderna.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Analisando dentro dessa realidade, pode-se perceber que existe uma diferença entre o público alvo da revista e o do jornal. A revista procura os simpatizantes do movimento nas cidades, possuidores de uma melhor formação cultural. Por isso, oferece uma gama de matérias de caráter mais analítico e menos panfletário, visando atender a esse público específico. Tal afirmação pode ser corroborada se olharmos a pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, em 1996, com 578 sem-terra distribuídos em 4 acampamentos (Macaxeira no Pará, Barriguda em Minas Gerais, Pontal do Paranapanema em São Paulo e Alvorada no Rio Grande do Sul) que apontou os seguintes dados²⁴⁴:

2% nunca estudaram ou eram analfabetos;

68% tinham 1º grau incompleto;

5% completaram o 1º grau;

2% tinham o 2º grau incompleto;

1% completou o 2º grau.

Os dados da pesquisa apontam limitações no que tange a formalização do saber. Tal fato, pode, aparentemente, apresentar limitações para a leitura e a compreensão de temas que discutiam a privatização da Vale do Rio Doce (**RST**,

²⁴⁴ - **Folha de São Paulo**, 30/06/1996. Cabe lembrar que o antigo 2º grau assume hoje a denominação de ensino médio e o 1º grau de fundamental I e II. Desde 1997 o MST tem formado quadros nas universidades selecionados nos assentamentos com o compromisso de partilhar o aprendizado nos assentamentos e acampamentos.

Nº1), a prisão e o julgamento de Pinochet (RST, nº 6), a política de Hugo Chávez na Venezuela (RST, nº 22), entre outros pontos. Claro que a revista não se propôs a ser excludente. Mais uma vez, a lógica solidária se apresenta e a defesa de leituras coletivas de militantes com debates sobre determinados assuntos, faz-se presente. No entanto, o público leitor é claramente pensado enquanto o assim chamado “formador de opinião”, isto é, o cidadão de classe média com curso superior que vive em cidades de médio e grande porte.

Aproveitando essa ponte de contato, o MST assume na revista a defesa de suas propostas básicas, isto é, a reforma agrária, a ruptura com o modelo neoliberal, a valorização da agricultura familiar e a defesa da democratização dos meios de comunicação. Mais! A revista permite maiores pontos de contato com outros movimentos sociais, com lutas distintas da reforma agrária. A edição nº 16, de julho / setembro de 2002, por exemplo, apresentou uma matéria em defesa das rádios comunitárias, na mira das rádios comerciais que defendiam à época, e ainda hoje defendem, maior repressão para as mesmas. A revista afirmava que as rádios comunitárias ao se mobilizarem para assegurar sua existência, contribuiriam para

fazer o processo de democratização dos meios de comunicação e construir a nova estética. É preciso desconstruir o mundo e fazer o novo. O

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

*povo – e não a elite – é que vai determinar o que é belo e o que não é belo.*²⁴⁵

Buscar avançar para além das fronteiras do campo e construir novos laços culturais com os formadores de opinião que vivem nas cidades demandou um exercício criativo do MST no contexto do **detournement**. A revista, ao se apresentar com um refinamento gráfico e textual, procurou ocupar mais este espaço se apresentando como portadora de outras análises acerca dos temas usualmente tratados nas publicações tradicionais pertencentes aos conglomerados midiáticos. A visibilidade aí obtida pelos sem terra consolida sua posição como principal movimento social do país e, algo inovador, capacitado a produzir conhecimento não só na própria atividade rural, mas na educação, na cultura, nas comunicações etc.

Essa originalidade do MST se fortalece com a utilização da internet como espaço comunicacional pelo movimento. A expansão ao longo da década de 1990, da comunicação por computadores, a chamada internet, redimensionou as formas de comunicação, informação e divulgação do conhecimento. Em parte por sua capacidade de permitir, ainda que numa esfera individual, maior interação social atuando em espaços díspares, como o mundo dos negócios, o lazer, a cultura etc.

A internet permitiu novo patamar no processo de reprodução do capitalismo, redimensionando as esferas da produtividade. Mais do que – como alardeiam os

²⁴⁵ - Rádio para mundar o mundo. **Revista Sem Terra**, nº 16, julho / setembro de 2002, p. 53.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

arautos da modernidade neoliberal – um processo de radical transformação tecnológica, a internet representa um

*meio de comunicação que constitui a forma organizativa de nossas sociedades; é o equivalente ao que foi a fábrica ou a grande corporação na era industrial. A internet é o coração de um novo paradigma sociotécnico, que constitui na realidade a base material de nossas vidas e de nossas formas de relação, de trabalho e de comunicação. O que a internet faz é processar a virtualidade e transformá-la em nossa realidade, constituindo a sociedade em rede, que é a sociedade em que vivemos.*²⁴⁶

Nesse mundo em rede, centrado em torno da velocidade com que informações, áudios, imagens são transmitidas e descartadas, os movimentos sociais passam a ocupar um lugar que lhes permite criar pontos de comunicação entre si e diante de outros movimentos, organizar manifestações e flexibilizar mecanismos de mobilização, coordenar e articular essas mobilizações. A internet ocupa um vácuo pela crise das tradicionais formas de mobilização que remontavam à própria organização dos movimentos sindicais no século XIX. Dessa forma, ao invés de um

²⁴⁶ - CASTELS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: **Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder**. RJ: Record, 2003, p. 287.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

ato público contra a aprovação de uma determinada lei, são enviados milhares de correios eletrônicos para os congressistas como forma de pressão popular.²⁴⁷

A nova dinâmica da economia globalizada trouxe, como efeito, a mundialização de questões antes percebidas como pertencentes a um determinado espaço geográfico nacional. Essa aproximação também implicou numa partilha mundializada de experiências de luta e numa mobilização que se assume globalizada. Para isso, a internet tornou-se o espaço que permitiu a interação entre movimentos díspares mundo a fora, mas que tinham em comum a contestação ao neoliberalismo e a defesa de novos valores éticos, econômicos, culturais, produtivos alternativos aos hegemônicos. A internet permitiu a

*articulação de projetos alternativos locais através de protestos globais, que acabam aterrissando em algum lugar, como por exemplo em Seattle, Washington, Praga etc. , e que se constituem, se organizam, se desenvolvem a partir da conexão internet, ou seja, da conexão global de movimentos locais e de vivências locais. A internet é a conexão global – local que é a nova forma de controle e de mobilização social em nossa sociedade.*²⁴⁸

²⁴⁷ - Ibidem idem. P. 277.

²⁴⁸ - Ibidem idem. P. 279.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Quando os zapatistas iniciaram seu portal em plena luta contra as tropas policiais e do exército mexicano, se inaugurou uma nova forma de pensar a estratégia comunicacional dos movimentos sociais. Com a página, foi possível romper o cerco da poderosa mídia mexicana, que sonegava e negava aos mexicanos e, conseqüentemente ao mundo, as razões que culminaram com a ação do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em 1994.

Contra uma leitura que criminalizava e barbarizava seus integrantes e propostas, a página do EZLN tornou-se foco de divulgação da realidade da população de Chiapas, de suas angústias, de suas propostas e comunicados. Também abriu espaços para a manifestação de intelectuais mexicanos que analisavam o movimento e, por fim, permitiu o aparecimento de um novo perfil de liderança latino-americana que se distanciava do culto messiânico tão comum nos movimentos revolucionários: o subcomandante Marcos.

Nesse contexto, sendo o emprego da internet na luta dos movimentos sociais um mecanismo significativo para avançar e qualificar novos parâmetros dos embates políticos e para a própria mobilização popular, o MST não poderia se furtar a ingressar na grande rede com seu próprio sítio. Em 1996, os sem-terra estruturaram seu sítio na internet, sob a direção da coordenação nacional do movimento. Em tese, a preocupação central da página do sítio do movimento é o de atualizar o internauta sobre as questões principais que afetam os sem-terra.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

A página foi reformulada em 2007 visando maior agilidade para quem ingressa nela e pode ser lida, além do português, em sete idiomas, a saber: espanhol, inglês, francês, holandês, italiano, alemão e sueco. Na página inicial, encontramos as principais notícias levantadas pelo setor de comunicação do movimento, todas tratando de temas ligados tanto ao MST, quanto às temáticas acerca da realidade do espaço rural para os trabalhadores (escravidão, festejos etc.). Alguns textos e / ou entrevistas produzidas por simpatizantes ou quadros do MST são indicados para a leitura do internauta, assim como a reprodução eletrônica do **Jornal Sem Terra** e da **Revista Sem Terra**.

O índice do sítio delimita claramente o que se quer encontrar mediante sete (7) acessos que são indicados pela ordem:

1. **Quem somos.** Esta página apresenta um texto que, de forma sintética, historiciza a luta no campo brasileiro e a própria história do MST;
2. **Biblioteca.** Permite ao internauta baixar textos, entrevistas, cartazes, charges, dados acerca da luta pela terra, biografias de personagens que lutaram pelo povo, resumos de livros indicados pelo movimento, fotos e vídeos;
3. **Mural.** Espaço para cada internauta se comunicar com o movimento e deixar visível sua opinião ao mesmo para que outras pessoas possam ler;
4. **Campanhas.** Um histórico das principais campanhas defendidas pelo movimento;

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

5. **Indicamos.** Páginas e sítios recomendados pelos sem-terra;
6. **Loja.** Onde o simpatizante pode comprar objetos e lembranças do movimento. De bandeiras a bandanas passando por bolas de futebol, chaveiros, bonés, bolsas, bottons e bijuterias.
7. **Fale conosco.** Espaço para o envio de correio eletrônico ao movimento.

Em artigo apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Neblina Orrico, relata trecho de entrevista realizada com o então Coordenador do Setor Nacional de Comunicações, Miguel Stédile, em que este afirma:

A praticidade de se utilizar a internet pela relação custo-abrangência e pela velocidade com que conseguimos atingir um grande público com nossa mensagem.

*Neste sentido, a internet é uma ferramenta importante e seu tem sido positivo para nós. Nossa página, por exemplo, recebe em torno de 2 mil visitas diárias (...)*²⁴⁹

²⁴⁹ - ORRICO, Neblina. **A internet como ferramenta de luta do MST.** VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. www.ces.fe.uc.pt/lab2004/pdfs/NeblinaOrrico.pdf. Copiado em 03 de março de 2007, p. 10.

No mesmo artigo, é entrevistado o responsável pelo Setor de Informática do MST, Pascal Daniel Angst que vê no emprego da internet pelo movimento uma forma de combater a exclusão digital e de contenção do êxodo rural. Para iniciar o processo de inclusão digital foram montados centros de ensino de informática ao longo do país, com cerca de 1.000 computadores doados pelo Banco do Brasil. Jovens militantes são enviados para esses centros, onde têm acesso à informática e são treinados para o uso de *software* livre.

Um importante ponto que traduz a concretização da expectativa dos sem-terra ao utilizar a internet se configura no fato de que com o emprego da rede de computadores, o MST conseguiu não só criar novos e ágeis canais de comunicação com o mundo, como também, firmar parcerias em projetos sociais com grupos distintos e díspares como ONG's e a UNESCO.

Além do sítio, o MST criou um boletim eletrônico, o **Letra Viva** que é enviado gratuitamente a todos os que se cadastram na página do movimento. O boletim busca tratar de temas diversos, que vão desde críticas a políticas específicas do governo a temas relativos à reforma agrária no país.

O boletim de 24 de novembro de 2004 procurou explicitar as críticas dos sem-terra à política econômica do governo Lula. Nele foi publicado um manifesto assinado por 300 economistas apontando que a

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

*adoção pelo Governo Lula da mesma política econômica adotada no segundo mandato do Governo FHC - e com o objetivo de manter o modelo de economia inaugurado por Collor - demonstra que o desejo de mudança, expresso claramente pelo povo nas eleições de 2002, foi usurpado pelo mesmo poder econômico, que quer manter a todo custo seus privilégios.*²⁵⁰

A crítica se fazia num momento de forte contestação e de certa decepção por parte dos movimentos populares ante os rumos da política econômica adotada pelo governo. Críticas que também se faziam presentes ante o tímido avanço das metas de desapropriação e assentamento de camponeses. Na edição de 12 de novembro de 2004, o boletim cobrava maior agilidade do governo para avançar a reforma agrária e informava:

Esta semana foi marcada por uma série de mobilizações em seis estados brasileiros. Os Sem Terra criticam os rumos da política econômica e a morosidade do governo brasileiro em realizar a Reforma Agrária. A dois meses do final do ano, apenas 44% da meta

²⁵⁰ - **Letra Viva**. Boletim eletrônico. N° 79. Edição especial de 24 de novembro de 2004.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

*de assentamentos estabelecida pelo Plano Nacional de Reforma Agrária foi cumprida.*²⁵¹

A lentidão do governo em avançar na formação dos assentamentos levou o boletim a lembrar a importância da reforma agrária para o Brasil, buscando mobilizar a sociedade em torno do assunto e pressionar o governo a avançar nesse terreno. Segundo o boletim, o

fracasso da Reforma Agrária do governo Lula não se deve ao não cumprimento das metas que ele mesmo estabeleceu, em 2003, de assentar 400 mil famílias até o final do seu mandato. Ao dar continuidade à política neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso, o governo reduziu o Plano Nacional de Reforma Agrária a simples metas de assentamentos a serem cumpridas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O governo se eximiu da responsabilidade desse compromisso histórico com a sociedade brasileira. E, assim, ao invés de promover o enfrentamento com o latifúndio, o governo Lula

²⁵¹ - **Letra Viva**. Boletim eletrônico. Nº 78. 12 de novembro de 2004.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

transferiu o embate da Reforma Agrária para dentro do seu próprio governo. Ora o MDA briga com o Ministério da Fazenda por maiores recursos financeiros, ora é a máquina administrativa que é responsabilizada por emperrar as desapropriações, ora é a briga com o Ministério da Agricultura, disputando migalhas dos vultuosos recursos e privilégios destinados ao agronegócio. Tudo, menos o enfrentamento com o latifúndio.

Enquanto perdurar a política neoliberal, a agroexportação será de vital importância para a manutenção dos saldos da balança comercial e, assim, esterilizar a riqueza nacional no infundável pagamento de juros ao capital financeiro. Nesse modelo, não há espaço para Reforma Agrária.²⁵²

Mas não só da política vive o **Letra Viva**. Informes sobre atividades culturais ligadas ao movimento são veiculadas, como, por exemplo, a que tratava do II Encontro Nacional de Violeiros.

²⁵² - **Letra Viva**. Boletim eletrônico. Nº 97, 26 de agosto de 2005.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Nessa primeira quinzena de março o MST esteve envolvido em três importantes atividades: uma grande festa da cultura popular no II Encontro Nacional de Violeiros, o julgamento do Tribunal Internacional dos transgênicos, e a Campanha Nacional pelo Direito ao Trabalho da Coordenação dos Movimentos Sociais.

A riqueza da música caipira

O MST se orgulha de estar promovendo e defendendo a cultura brasileira. No dia 14 de março, em um dos centros de formação do MST, em Ribeirão Preto (SP), aconteceu o II Encontro Nacional de Violeiros e Festa do Milho Verde. Estiveram presentes cerca de 80 violeiros, entre eles, Inezita Barroso. O evento - repleto de milho cozido, pamonha, bolo de milho, curau, ao som das dez cordas da viola - reuniu, sob uma imensa figueira de 400 anos, cerca de 10 mil visitantes, apesar da forte chuva. Durante o encontro, os violeiros de todo o país fundaram a Associação Nacional dos Violeiros do Brasil.²⁵³

²⁵³ - **Letra Viva**. Boletim eletrônico. Nº 60, 19 de março de 2004.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Também a educação foi levantada no boletim. Essa questão, crucial para o movimento, foi traduzida no desejo de

socializar com vocês mais uma conquista da solidariedade entre os brasileiros e os povos do mundo: a inauguração da Escola Nacional Florestan Fernandes, no dia 23 de janeiro de 2005. Construída em Guararema (a 60 Km de São Paulo) por 1.115 trabalhadores rurais Sem Terra, a Escola é fruto valioso de nossa luta. Foram quatro anos e meio de trabalho de voluntários de assentamentos e acampamentos de todo país. Uma obra realizada por muitas mãos calejadas pelo cabo da enxada.(...)

A homenagem ao mestre e sociólogo Florestan Fernandes é resultado da admiração e reconhecimento do MST por sua trajetória de vida incansável e coerente com a luta dos trabalhadores e trabalhadoras. Crítico severo do capitalismo, ele defendeu a liberdade, a democracia e uma sociedade mais justa e fraterna. Após dez anos de sua morte, seu legado e suas idéias orientam nossas ações.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Florestan acreditava que o maior número de pessoas deveria ter acesso ao conhecimento, o que caminha paralelamente à nossa preocupação de que a luta pela terra deve continuar até o dia em que cada família de trabalhadores conquiste sua emancipação. Nesse sentido, para o MST, a luta pela Reforma Agrária e pelo sonho da justiça social vai além da conquista da terra. A luta dos Sem Terra é por um projeto popular para o Brasil, baseado na dignidade, soberania e solidariedade entre todos e todas.

Gostaríamos de agradecer a todos e a todas que participaram e participam desse processo contínuo de construção de um sonho. Convidamos vocês a conhecer nossa Escola, ministrar cursos e compartilhar essa conquista. Um forte abraço a todos e a todas!²⁵⁴

Destaca-se, ainda, um informe sobre a jornada de educação realizada no Paraná, em Cascavel, entre 26 e 30 de novembro de 2006. Essa jornada

²⁵⁴ - **Letra Viva**. Boletim Eletrônico. N° 82, 23 de janeiro de 2005.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

representou um momento em que o modelo de escolas itinerantes foi debatido e onde o movimento assumiu a exigência de que

*o estado brasileiro cumpra com sua função e crie condições reais para a construção de escolas. O desafio é superar a exclusão do conhecimento, como já vem sendo feito nos acampamentos e assentamentos do MST, territórios livres do analfabetismo. Quando rompemos a cerca do latifúndio, rompemos a cerca da ignorância e do capital e construímos ali um novo futuro, mais fraterno e humano.*²⁵⁵

Outros pontos foram abordados pelo boletim **Letra Viva**, tais como, a crítica ao relatório final da CPMI da Terra que expressou o olhar de mundo do setor ruralista ao condenar em suas páginas os movimentos que lutam pela reforma agrária, a solidariedade com o povo palestino, o apoio ao governo Chávez, a defesa da demarcação das terras indígenas, a memória sobre o massacre de Eldorado dos Carajás perpetrado pela PM do Pará, a condenação ao ingresso de transgênicos no país etc.

A gama de assuntos levantados pelo boletim explicita o quanto é variado seu público receptor. Para transmitir com eficácia esse caleidoscópio da

²⁵⁵ - Letra Viva. Boletim Eletrônico. N° 126, 28 de novembro de 2006.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

sociedade brasileira, o boletim procurou ser sintético e denso em suas análises, apontar a diversidade de ações e ligações envolvendo o MST, ser firme nas suas cobranças e aberto a sugestões – em algumas edições são publicados mensagens enviadas por correio eletrônico pelos assinantes do boletim. Enfim, uma publicação que, utilizando o que de mais avançado representa a capacidade de inovação tecnológica do sistema capitalista, consegue reverter o significado dessa inovação, comunicando e mobilizando setores da sociedade brasileira em torno da reforma agrária e do cotidiano de lutas do movimento dos sem-terra.

Ainda que inconscientemente, o movimento utiliza os instrumentos oferecidos pela sociedade capitalista para condenar e combater esse modelo de sociedade. Unindo modernidade e firmeza teórica, o MST consegue se apresentar como o principal ator na contestação ao modelo neoliberal no país. Mais, sem romper com o governo Lula, manteve sua autonomia questionando os limites impostos pela política econômica e se solidarizando com o governo diante dos ferozes ataques impostos pelos setores conservadores do Brasil.

Com isso, o movimento construiu uma importante experiência no uso da mídia que lhe permitiu romper com o sentido da maré imposta pelos grandes conglomerados midiáticos, de que a sociedade se funda na livre-iniciativa, na competição individual e feroz, na inevitabilidade das amarras do mercado globalizado e na defesa da propriedade privada.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Navegando contra essa maré, o MST dialoga com a sociedade brasileira usando os instrumentos ofertados pela própria mídia. Com isso, quebra o monopólio da informação, construindo redes de contato com amplos setores da sociedade, apresentando seus pontos de vista, mesmo quando a radicalidade da luta se apresenta aos olhos da população como um ato de selvageria e barbárie. Ao navegar na direção contrária àquela colocada pela ordem capitalista, o MST consolida-se como um movimento coerente, que mantém atual a luta e o sonho da reforma agrária.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

CONCLUSÃO

Em pleno século XXI a reforma agrária continua a se apresentar como um tema central que provoca acirradas polêmicas junto à sociedade brasileira. Em recentes análises, importantes estudiosos no país defendem a idéia de que a reforma agrária deixou de ser uma questão central no processo de discussão acerca do modelo de desenvolvimento sócio-econômico brasileiro. Essa idéia é explicitada em artigo de Zander Navarro ao afirmar que

*examinando-se o desenvolvimento agrário brasileiro, nas últimas quatro ou cinco décadas, talvez seja possível propor, com certa convicção, [...] que o problema fundiário foi relativamente rebaixado, perdendo sua centralidade e, assim, a reforma agrária deixou de ser uma questão nacional, não sendo mais um incontornável imperativo de desenvolvimento social e, sequer remotamente, é pressuposto do crescimento ou da dinâmica econômica, ainda que somente agrícola, no Brasil.*²⁵⁶

Mais além, para o mesmo autor, a modernização econômica do país nas últimas décadas, produziram

transformações de tal envergadura no mundo rural que talvez tenham representado, de um lado, um golpe mortal na dominação social e econômica da grande propriedade territorial, em amplas regiões rurais. Por outro lado, contudo, as mesmas modificações podem ter produzido a liquidação definitiva da reforma agrária como uma

²⁵⁶ - NAVARRO, Zander. **O Brasil precisa de reforma agrária?** www.jornaldedebates.ig.com.br/index. Copiado em 12/03/2007.

*reivindicação nacional e decisiva para os destinos históricos do país.*²⁵⁷

E quais seriam essas mudanças? A quebra da proeminência tanto no campo político quanto no econômico da grande propriedade rural, em virtude de uma gama de fatores, dentre os quais destacariam-se a urbanização, uma maior fragmentação da produção no âmbito regional, diversificando a demanda e o abastecimento nacional, a integração entre o setor agrícola e a indústria de alimentos, entre outros pontos. Finalmente, Zander Navarro, resgatando José de Sousa Martins, aponta que a

*reforma agrária, no Brasil, adiantou o consagrado sociólogo, tem sido, ao longo dos tempos, antes uma construção de setores sociais urbanos e distanciados do mundo rural e menos, talvez muito menos, a expressão política autêntica e genuína das classes populares rurais, pois tem sido quase sempre conduzida por interesses políticos que, não obstante os seus supostos e bem-intencionados porta-vozes, raras vezes expressaram os reais sentimentos dos mais pobres do campo.*²⁵⁸

Entretanto, sem desqualificar a pertinência desses importantes estudos, é preciso realçar duas questões.

A primeira, de que as transformações operadas no campo se detiveram nas estruturas produtivas. Ainda que iniciadas entre as décadas de 1970 e 1980, atingiram seu auge na metade da década de 1990. Em parte, como resposta às políticas neoliberais adotadas pelo governo FHC, que cortou subsídios ao setor agrícola, obrigando-o a buscar maior produtividade e competitividade para assegurar

²⁵⁷ - Ibidem idem.

²⁵⁸ - Ibidem idem.

mercados. Esse processo resultou no avanço do agro-negócio que assumiu a liderança política do setor rural. No entanto, as relações sociais de produção mantiveram-se afastadas desse processo de mudanças, e tornaram-se ainda mais perversas com o aumento do emprego de mão-de-obra escrava em fazendas no Norte, Centro-Oeste e, mesmo, no Sudeste do país, revelando todo o arcaísmo do setor.

Já a segunda, de que o crescimento do agro-negócio se inseriu em um mecanismo histórico na agricultura brasileira: o da valorização da exportação como prioridade, em detrimento da produção de gêneros alimentícios para abastecer o mercado interno. O avanço da cultura da soja, da cana-de-açúcar para a produção de biocombustível e da criação de gado, apontam a permanência de um modelo agrário marcado pela incapacidade de abastecer as demandas do mercado interno e de conter os elevados preços de alimentos consumidos pela sociedade brasileira.

Por si só, essa realidade já recolocaria a reforma agrária no centro dos debates nacionais. A continuidade de um elevado grau de concentração de propriedade rural acentua a imediata necessidade e urgência de se aplicar um eficaz programa nacional de reforma agrária.

Mas, se a reforma agrária se apresenta ainda como uma necessidade efetiva para a modernização das estruturas sociais no campo brasileiro e, por que não dizer, da própria sociedade brasileira, quais os motivos para a sua não efetivação?

Em parte isso se explica pela manutenção do setor rural como um importante ator no Congresso Nacional, com uma bancada forte e unificada quando se trata de barrar medidas contrárias aos seus interesses.²⁵⁹ Um exemplo dessa atuação foi apontado na edição eletrônica da **Agência Carta Maior** de 09/03/2006:

Bancada ruralista na Câmara decidiu quarta-feira (8) não apoiar a votação em segundo turno

²⁵⁹ - Segundo avaliação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, em 17 de outubro de 2006, foram contabilizados o total de 102 congressistas pertencentes à bancada ruralistas. www.diap.org.br/eleicao/2006

*da PEC 438, que prevê o confisco de áreas com trabalho escravo. Em duro discurso, ministro Miguel Rossetto, que participa da Conferência da FAO sobre Reforma Agrária, em Porto Alegre, disse que “dá perplexidade é a sensação de impotência frente à absoluta irresponsabilidade de um setor do Congresso que flerta com essa situação”.*²⁶⁰

Além disso, a reforma agrária assumiu, no Brasil, um nítido contorno ideológico tornando-se um cavalo de batalha entre os setores progressistas e os conservadores. Deixou de ser pensada como um instrumento técnico para a modernização sócio-econômica do Brasil. No cerne dessa disputa, a defesa intransigente da propriedade privada, vista como um bem inalienável, ainda que improdutivo e servindo para fins especulativos.

Diante disso, o país perde a possibilidade de colocar de forma mais incisiva no centro de debates, o papel da produção familiar como um instrumento de elevação da oferta de alimentos, e redutora dos preços cobrados no mercado interno. Ou ainda, de discutir qual deve ser a atuação do Estado no processo de liberação de créditos para os pequenos e médios agricultores e quais os mecanismos que devem ser utilizados pelos governos para reduzir os custos dos fretes, facilitando a distribuição da produção pelo país e, mais uma vez, favorecendo a redução dos preços dos alimentos no mercado brasileiro.

É dentro desta conjuntura que se mantém atual e legítima a aspiração de diversos movimentos sociais em defesa da reforma agrária no Brasil. Dentro desses movimentos, o de maior visibilidade e força é o MST. Por isso mesmo, tem sido o movimento social que de forma mais agressiva tem sido atacado e perseguido por governos estaduais, municipais e o federal, pelo judiciário, pelo aparato policial-repressivo e pelas grandes corporações midiáticas do país.

²⁶⁰ - <http://agenciartamajior.uol.com.br/templates/materiaMostrar>. Copiado em 12/03/2006.

A vitória de Luís Inácio Lula da Silva, nas eleições presidenciais de 2002, e a sua posterior reeleição em 2006, poderia ter criado a ilusão de que o plano nacional de reforma agrária seria concretizado e suas metas ultrapassadas. Obrigado a construir no Congresso Nacional uma ampla aliança política, que incluía partidos conservadores, para impedir seu isolamento, o governo Lula foi impelido a tratar a reforma agrária com um dinamismo muito mais lento do que se poderia supor.

O MST, com isso, encontrou-se preso a um dilema político: ao mesmo tempo em que reconhece no governo um interlocutor com quem pode negociar, dialogar e de quem recebe verbas, vê-se impelido a se manter atuante, realizando ocupações em áreas passíveis de reforma agrária. Esse dilema foi bem percebido por Osvaldo Coggiola, que, ao analisar os dados obtidos em um recente estudo efetuado por pesquisadores da UERJ, observou que

mais da metade dos habitantes rurais vive abaixo da linha de pobreza (menos de um quarto do salário mínimo — 25 dólares — por cabeça). São 18.756.494, 3,4 milhões de famílias de pequenos proprietários, parceiros, meeiros, assalariados e trabalhadores sem remuneração, 53% dos habitantes do campo: em estados como Ceará, Paraíba e Piauí, somam mais de 70% da população rural.²⁶¹

Diante desse caótico quadro social que marca a população rural, o MST busca manter-se num equilíbrio tênue, como se caminhasse por uma corda bamba sem a tela de proteção. O movimento buscou, então, pontuar suas ações valorizando a sua capacidade de criar fatos impactantes, que o colocaria no centro das atenções midiáticas. É nesse contexto que surge o “Abril Vermelho”, a veemente condenação à liberação dos transgênicos no país e a manutenção das ocupações visando obrigar

²⁶¹ - COGGIOLA, Osvaldo. **Brasil: La cuestión agraria y la lucha del MST**. In: www.po.org.ar/edm/edm22/brasilla.htm. Copiado em 15 de março de 2007.

o governo a acelerar as desapropriações e a entrega de terras para a formação de assentamentos.

Além disso, o MST vem enfrentando o crescimento de outros movimentos no campo, que ameaçam a sua hegemonia na luta pela terra. A disputa hegemônica se manifesta com maior relevância em Pernambuco, estado com um longo histórico de lutas camponesas pela posse da terra. Em parte, essa disputa foi insuflada pelos governos estadual e federal, que buscam reduzir a influência do MST visando esfriar a tensão no campo. A CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), filiada à CUT, tem sido uma das principais interlocutoras do governo federal em detrimento dos sem-terra. Essa realidade apresenta-se com mais força em Pernambuco, pelo fato do governo estadual ter avançado no processo de distribuição de terra, favorecendo outros movimentos sociais, que não o MST, em especial a FETAPE (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco).

A resposta do MST assumiu nítidos contornos de enfrentamento. Buscando manter sua posição hegemônica na região, militantes do MST atacaram e ocuparam assentamentos ligados aos outros movimentos sociais, em especial, os da FETAPE. Com isso, fortaleceram a leitura construída pela grande mídia que imputa ao movimento a pecha de organização fora da lei. A reportagem do jornal **O Globo** de 25 de março de 2007, construiu um texto que fortalecia uma leitura criminalizando o movimento sem-terra e levando o leitor a simpatizar com os movimentos atacados pelos sem-terra. Nenhum comentário sobre o isolamento do MST pelo poder público, nenhuma passagem sobre o inchaço dos outros movimentos com verbas públicas para esvaziar os sem-terra. Só a construção do caráter criminal para o MST. Na reportagem, pode-se ler a seguinte passagem:

segundo o presidente da associação dos assentamentos, (em Engenho Altinho e fazenda sta. Isabel no agreste), José Ariberto Soares, porteiras, baias, galpões foram queimados e até

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

*a cerca da fazenda foi levada: o mst está criando nova modalidade de violência. Já existe contra minorias, contra mulher e contra o negro. E eles criaram a violência do trabalhador contra o trabalhador.*²⁶²

Independente de qualquer possível juízo de valor que possa ser emitido, fica patente que essa ação dos sem-terra não representa a luta pela posse da terra e, pelo contrário, serve para quebrar a possibilidade de unidade dos movimentos que lutam pela reforma agrária. A disputa pela hegemonia – que tem como pano de fundo as verbas públicas concedidas aos assentamentos – só fortalece os defensores da manutenção do *status quo* no campo e o imobilismo do atual governo Lula.

Além disso, essa ação fortaleceu o discurso dos grandes conglomerados midiáticos que criminalizam o MST e dão voz aos argumentos da irrelevância da reforma agrária no atual Brasil. No Brasil, como no mundo, a mídia tem se apresentado enquanto um importante instrumento de manutenção do consenso em torno da ordem burguesa, isto é, na defesa das desigualdades sociais, na crença do individualismo empreendedor como mecanismo de ascensão, a necessidade de se salvaguardar a economia de mercado e a prevalência da propriedade privada sobre qualquer outro valor.

As novas dinâmicas do processo de acumulação e reprodução do capital demandaram uma maior valorização sobre a informação e o conhecimento. A velocidade do fluxo de informações rompe barreiras com o advento da internet. O mundo virtual quebra a tradicional concepção espaço-temporal. Nesse novo mundo, um evento que ocorre nos Estados Unidos é visualizado e acompanhado simultaneamente no Egito, Itália, Japão, Brasil etc.

Nesse novo espaço, o capital circula com desenvoltura e liberdade inimagináveis. A informação rápida e sintética torna-se vital para capacitar e

²⁶² - **O Globo**, 25/03/2007.

orientar os investidores para que possam saber quando e onde vão pôr e retirar seus investimentos. Com a internet, o conhecimento não celebrou uma nova consciência revolucionária que capacitaria os homens para suplantar o próprio capital. Mas, na prática, tornou-se o próprio conhecimento um instrumento dependente e subordinado ao capital.

Com uma nova configuração desenraizada e atemporal, a mídia assistiu a um novo processo de concentração, formando novos e maiores complexos monopolistas que buscam tudo abarcar: conhecimento, entretenimento, informação. Os novos “barões da mídia”, como Berlusconi, na Itália, e o magnata australiano Rupert Murdoch, delimitam um novo perfil midiático centrado numa cobertura superficial, acrítica, asséptica, pontuada pela imagem e o espetáculo. Imagem que expressa a afirmação de uma subjetividade mecânica, como que saída da linha de montagem, consumida por uma massa despolitizada, tornada cidadã somente enquanto é capaz de interagir com o mercado de consumo.

A sociedade se prende ao espetáculo, novo avatar capitalista que se vê como o realizador dos sonhos de consumo. A sociedade do espetáculo se traduz numa

*imagem da feliz unificação da sociedade pelo consumo, a divisão real fica apenas suspensa até a próxima não-realização no consumível. Cada produto específico, que deve representar a esperança de um atalho fulgurante para enfim aceder à terra prometida do consumo total, é apresentado cerimoniosamente como a singularidade decisiva.*²⁶³

Essa singularidade se consagra pela mediação do consumo, não só de bens, mas de expectativas, de esperanças. O fetiche da mercadoria, espelha, quer em Marx, ou mesmo, em sua vertente psicanalítica desenvolvida por Freud, a busca pelo

²⁶³ - DEBORD, Guy. Op. Cit., p. 46.

desejo. Um desejo inconsciente que só se satisfaz com a posse, uma posse cuja necessidade do uso se esvai rapidamente pela força de novo desejo. A mercadoria se torna um pulso de desejo irrefreável, não sublimado, e o espetáculo reafirma essa busca pela concretização do desejo. Para Debord, a

*satisfação denuncia-se como impostura no momento em que se desloca, em que segue a mudança dos produtos e a das condições gerais de sua produção. Aquilo que, com o mais perfeito descaramento, afirmou sua própria excelência definitiva transforma-se no espetáculo difuso e também no espetáculo concentrado.*²⁶⁴

Alienados, os homens tornam-se pálidas figuras que vivem em função do atendimento aos egoístas desejos consumistas. É nesse espaço que a moderna mídia se insere. Torna-se ela a porta-voz dos anseios reprodutores destes desejos. Não é por acaso que, cada vez mais, as páginas de jornais, revistas e mesmo na internet, além de rádios e programas de TV, são recheados com anúncios que prometem nova vida, novo corpo, felicidade, sensualidade e aventuras ao alcance do cartão de crédito.²⁶⁵

A sociedade se rende à inevitabilidade dos valores que fundamentam o capitalismo. A mídia, instrumento de socialização de informações e conhecimentos, ao se prender à reprodutibilidade do capital, assume a tarefa de guardiã sagrada desses valores. Como o bezerro de ouro adorado pelos hebreus, rendemo-nos aos ditames da mídia. O que ela condena, condenamos, o que não passa em suas páginas ou emissoras, inexistente. Os grupos políticos e / ou sociais que ousam contestar a nova ordem são ridicularizados como arcaicos, obsoletos ou demonizados como ameaça à ordem.

²⁶⁴ - Ibidem idem. P. 46.

²⁶⁵ - Conferir: BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita, **Videologias**. SP: Boitempo, 2004; CHAUI, Marilena. **Simulacro e poder. Uma análise da mídia**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2006.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

A defesa dos valores hegemônicos burgueses resultou na verdadeira quebra da liberdade da imprensa, com os jornalistas tendo sua autonomia adaptada aos interesses empresariais. A grande mídia tornou-se o instrumento que deslegitima os projetos autônomos e contestatórios brotados do interior da sociedade brasileira.

Diante disso, torna-se imperativo a construção de alternativas comunicacionais por parte da sociedade. É nesse contexto que o MST apropriou-se dos instrumentos da mídia e reutilizou-o contra a própria ordem sacralizada a ser defendida. Usando, como Marx lembra, a arma da crítica sem abdicar da crítica das armas,²⁶⁶ os sem terra buscam utilizar-se dos instrumentos midiáticos para questionar a própria estrutura ideológica que legitima a condenação à miséria e ao desamparo milhões de brasileiros no campo e nas cidades.

É nesse sentido que se compreende o **detournement**, isto é, uma forma de materializar no próprio campo do adversário e com as suas próprias armas a construção de olhares alternativos que venham a consolidar a derrubada das cercas do latifúndio. O jornal, a revista e a internet permitem uma ligação direta do MST com seus militantes, simpatizantes e com a sociedade em geral. Ao usar dos mecanismos de comunicação da burguesia para questionar a ordem burguesa, o movimento dos sem-terra constrói novas formas de instrumentalizar sua luta e quebra a unicidade de pensamento formalizada pelos conglomerados midiáticos.

Abrem-se novas expectativas, novos projetos são apresentados e novos pontos de vista sobre um determinado tema são debatidos. Num mundo de subjetividades, o primeiro passo para a ruptura com o olhar consensual passa pelo fortalecimento do pensamento crítico. É essa a tarefa de movimentos do corte do MST. Fortalecer a arma da crítica, qualificar a crítica das armas. Atacar as forças materiais para poder superar as forças materiais que enredam os homens numa sociedade classista e excludente. Que os milhões de deserdados possam ler o mundo com olhos alternativos de uma mídia descompromissada com o capital. Eis a fratura provocada pelo **detournement** a esse mundo do espetáculo.

²⁶⁶ - MARX, Karl. Introdução à contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel. In: **A questão judaica**. SP: Centauro, 2005, p. 94.

BIBLIOGRAFIA

1- PERIÓDICOS

Jornal do Brasil;

O Globo;

Folha de São Paulo;

Le Monde Diplomatique;

Courrier International ;

Revista Veja.

Brasil de fato.

MST: Caderno de cooperação agrícola.

Jornal Sem Terra.

Revista Sem Terra.

O Estado de São Paulo.

2- INTERNET

1- www.courrierinternational.com;

2- www.mst.org.br

3- www.forumsocialmundial.org.br

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

4- www.monde-diplomatique.fr

5- www.portoalegre2002.org

6- www.ezln.org.mx

3- REFERENCIA BIBLIOGRAFICA

A- QUESTÃO AGRÁRIA

1- AUED, Bernadete Wrubleski. **A vitória dos vencidos. Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas (1955-1964)**. Florianópolis: EDUFSC, 1986.

2- AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. RJ: Paz e Terra 1982.

3- BOTELHO, Vera L. Desenvolvimento, meio ambiente na Amazônia e as populações locais: O caso dos pequenos produtores locais. In: **Ecologia, ciência e política**. Org: Mírian Goldemberg. RJ: Revan, 1992.

4- CARDOSO, Fernando Henrique e MULLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. SP: Brasiliense, 1978.

5-COSTA, Luiz F. C. e Santos, Raimundo (organizadores). **Política e Reforma agrária**. RJ: Mauad, 1998.

6- COSTA, Luiz Flávio de Carvalho e Moreira, Roberto José (organizadores). **Mundo rural e cultura**. RJ: Mauad, 2002.

7- DE MENDONÇA, Sônia Regina.. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. RJ: Graal, 1988.

8- _____ *1964: O duplo golpe no campo*. **Outubro**. SP: Revista do Instituto de Estudos Socialistas, nº 10, 1º semestre de 2004

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

9- ESTERCI, Neide e VALLE, Raul Silva Telles do. **Reforma agrária e meio ambiente**. SP: ISA, 2003.

10- ESTERCI, Neide. **CONFLITOS DE TERRA NO ARAGUAIA. PEÕES E POSSEIROS CONTRA A GRANDE EMPRESA**. Petrópolis: RJ, Vozes, 1987.

11- _____ **Assentamentos rurais: um convite ao debate**. In: **ABRA (Associação Brasileira Reforma Agrária)**. *Assentar, assentados e assentamentos – solução ou atenuante*. Campinas: ABRA, 1992.

12-FORMAN, Shepard. **Camponeses: sua formação no Brasil**. RJ: Paz e Terra, 1979.

13- GIULIANI, Gian Mario. A renda da terra: um impasse na teoria. Campina Grande: **Revista Raízes**, ano IV, nº 4/5, jan. 1984/ dez. 1985.

14- GRAZIANO DA SILVA, José. **Modernização dolorosa**. RJ: Zahar, 1982.

15- GRZYBOWSKI, Cândido. **Mobilização social de trabalhadores rurais: possibilidades e limites da democratização das áreas rurais do Brasil**. RJ: CPDA, 1990, tese mimeografada.

16- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de Latifúndio**. RJ: Paz e Terra, 1980.

17- HOBBSAWN, Eric. **Pessoas extraordinárias. Resistência, rebelião e jazz**. RJ: Paz e Terra, 1998.

18-IANNI, Otávio. **Ditadura e agricultura**. RJ: Civ. Brasileira, 1986.

19--MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência. A questão política no campo**. 3ª edição. SP: Hucitec, 1991.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

- 20- _____ **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** Petrópolis: Vozes, 1995.
- 21- _____ **O cativo da terra.** SP:Hucitec, 1986.
- 22- _____ Impasse político dos movimentos sociais na Amazônia. **Tempo Social**, SP: USP, vol. 1, 1989.
- 23- PAIVA, Vanilda (org.). **A Igreja e a questão agrária.** SP: Loyola, 1985.
- 24-ROMEIRO, Adhemar et alii (organizadores). **Reforma agrária: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate.** Petrópolis: Vozes, IBASE e FAO, 1994.
- 25-STÉDILE, João Pedro (coordenador). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.
- 26- STÉDILE, João Pedro (org.). **História e natureza das ligas camponesas.** SP: Expressão Popular, 2002.
- 27- STROZAKE, Juvelino José (org.). **Questões agrárias- julgados comentados e pareceres.** SP: Ed. Método, 2002.
- 28-TURA, Leticia Rangel e Costa, Francisco Assis (organizadores). **Campesinato e estado na Amazônia. Impactos do FNO no Pará.** Brasília: Brasília Jurídica e FASE, 2000.
- 29- VAINER, Carlos e ARAÚJO, Frederico. **Grandes Projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional.** RJ:CEDI, 1992.
- 30- VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e estrutura agrária: estudo de processo de penetração numa área da Transamazônica.** RJ: Zahar, 1982.

B – MST

- 1- BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre, Editora da Universidade / UFRGS, 1998.
- 2- BOGO, Ademar. **O vigor da mística**. SP: Cadernos de cultura, nº 2, MST, 2002.
- 3- *O que levar em conta para a organização do assentamento. A discussão no acampamento. Caderno de cooperação agrícola nº 10*, CONCRAB, maio de 2001.
- 4- CALDART, Roseli Salete. **Educação em movimento: formação de educadores e educadoras do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- 5- _____ . O papel do educador dos povos do campo. **Revista Sem Terra**. Ano V, nº 16, jul/set 2002.
- 6- COGGIOLA, Osvaldo. **Brasil: La cuestión agraria y la lucha del MST**. In: www.po.org.ar/edm/edm22/brasilla.htm. Copiado em 15 de março de 2007.
- 7- DA SILVA, Émerson Neves. **Formação e ideário do MST**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- 8- DE CARVALHO, Horácio Martins. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In: em SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista**. RJ: Civ. Bras., 2002.
- 9- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- 10- _____ **MST. Formação e territorialização**. SP: Hucitec, 1999.
- 11- GIULIANI, Gian Mario. O movimento dos trabalhadores rurais sem terra e a questão ecológica. In: **Revista Universidade Rural – Série Ciências Humanas**, RJ: UFRRJ, Vol. 19/21, n- 1 -2, 1998.
- 12- LOPES, João Marcos de Almeida. “O dorso da cidade”: os sem-terra e a concepção de uma outra cidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista**. RJ: Civ. Bras., 2002.
- 13- MARTINES, Evelaine. A preservação da identidade cultural como forma de resistência. In: **Jornal Sem Terra**. Setembro, 2005.
- 14- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **História dos Movimentos Sociais no Campo**, Rio de Janeiro: FASE, 1989.

- 15- _____ **Dimensões políticas da violência no campo.** In: www.historia.uff/temop/nb1.html. Copiado em 27/01/2004.
- 16- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de e LEITE, Sérgio (organizadores). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e políticas públicas.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.
- 17- MITTELMAN, Tania. **A arte no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (1996-2006).** Niterói: UFF / ICHF – PPGHIS, 2006. Dissertação de mestrado.
- 18- MORIGI, Valter. **Escola do MST. Uma utopia em construção.** Porto Alegre: Ed. Meditação, 2003.
- 19- NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista.** RJ: Civ. Brasileira, 2002.
- 20- ORRICO, Neblina. **A internet como ferramentade luta do MST.** VIII Congresso Luso – Afro – Brasileiro de Ciências Sociais. www.Ces.fe.uc.pt/lab2004/pdfs/neblinaorrico.pdf Copiado em 03 de março de 2007.
- 21- PETRAS, James. La dinámica social del movimiento de los trabajadores sin tierra: diez hipótesis sobre un liderazgo exitoso. 22/04/2001. Copiado em 20/08/2006 em www.rebellion.org.
- 22- PIÑEIRO, Diego E.. **Em busca de la identidad. La acción colectiva en los conflictos agrarios en América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, colección Becas de Investigación, 2004.
- 23- **Sem terra. As músicas do MST.** Organização da Associação Nacional de Cooperação Agrícola. SP: 1996
- 24- STÉDILE, João Pedro (org.) **Reforma agrária a luta do MST.** Petrópolis: Vozes, 1997.
- 25- STÉDILE, João Pedro. Sem-terra contra o corporativismo. **Praga.** Estudos marxistas, nº 4, SP: Hucitec, 1997.
- 26- STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** SP: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- 27- STÉDILE, João Pedro e GÖRGEN, Frei Sérgio. **A luta pela terra no Brasil.** SP: Scritta, 1993.
- 28- TURATTI, Maria Cecília Manzoli. **Os filhos da lona preta. Identidade e cotidiano em acampamentos do MST.** SP: Alameda, 2005.

C – GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO e MOVIMENTOS SOCIAIS

- 1- AGUITON, Christophe. **O mundo nos pertence**. SP: Viramundo, 2002.
- 2- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. SP: Boitempo, 2000.
- 3- ANTUNES, Ricardo. A "Terceira Via" de "Tory" Blair: a outra face do neoliberalismo inglês. **Outubro**, n° 3. SP: 1999.
- 4- _____ A crise e os sindicatos. **Teoria e Debate**, n° 20, 1993.
- 5- AQUINO, FERNANDO, GILBETO e HIRAN. **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais**. RJ: Record, 1999.
- 6- ARRIGHI, Giovanni. **Trabalhadores do mundo no final do século**. SP: Boitempo Editorial, **Praga** - revista de estudos marxistas, n°1, 1996.
- 7- ARRUDA, Marcos e BOFF, Leonardo. **Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- 8- BARRINGTON MOORE, Jr. **Aspectos morais do crescimento econômico**. RJ: Record, 1999.
- 9- - BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos**. RJ: Jorge Zahar, 2004.
- 10- CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza. Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. SP: Moderna, 1999.
- 11- CONCEIÇÃO TAVARES, Maria e FIORI, José Luís (org). **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização**. 3a ed.. Petrópolis: Vozes, 1997.
- 12- DEJOURS, Cristophe. **A banalização da injustiça social**. RJ:2000.
- 13- FIORI, José Luís; LOURENÇO, Marta S. de; NORONHA, José Carvalho de (org.). **Globalização: o fato e o mito**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- 14- FORRESTIER, Viviane. **O horror econômico**. SP: Editora Unesp, 1997.
- 15- FURTADO, Celso. **O Capitalismo Global**. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1998.
- 16- GENTILI, Pablo e SADER, Emir (org.). **Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o estado democrático**. RJ: Paz e Terra, 1995.
- 17- HARDT, Michael e NEGRI, Toni. **Império**. RJ: Record, 2001.
- 18- HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. **Globalização em Questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

- 19- HOBBSAWN, Eric. **A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)**. SP: Cia. das Letras, 1995.
- 20- IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. RJ: Civ. Brasileira, 1996.
- 21- _____ **A sociedade global**. RJ: Civ. Brasileira, 1993.
- 22- MARX, Karl. **Manuscritos económico-filosóficos de 1844**. México: Grijalbo, 1968.
- 23- _____ **O Capital**, volume III, tomo II, SP: Abril, 1985.
- 24- -MINÀ, Gianni. **Um outro mundo é possível**. RJ: Record, 2003.
- 25- RANIERI, Jesus. **A Câmara escura. Alienação e estranhamento em Marx**. SP: Boitempo, 2001.
- 26- ROMA, Pepa. **Jaque a la globalización. Como crean su red los nuevos movimientos sociales y alternativos**. Barcelona: Debolsillo, 2002.
- 27- ROEDEL, Hiran (org.). **PCB. 80 anos de luta**. RJ: Fundação Dinarco Reis, 2002.
- 28- ROSSI, Paolo. **Naufrágios sem espectador. A idéia de progresso**. SP: UNESP, 2000.
- 29- SADER, Emir (org.). **O mundo depois da queda**. RJ: Paz e Terra, 1995.
- 30- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo (globalização e meio técnico-científico informacional)**. SP: Hucitec, 1994.
- 31- SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. SP: Brasiliense, 1987.
- 32- WAINWRIGHT, Hilary. **Uma resposta ao neoliberalismo. Argumentos para uma nova esquerda**. RJ: Jorge Zahar, 1998.

D – MÍDIA

- 1- ABRAMO, Pérsio. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- 2- ADORNO, T. A., HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. RJ: Jorge Zahar, 1985.
- 3- ABREU, Alzira Alves. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. RJ: Jorge Zahar, 2002.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

- 4- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira**. SP: Ática, 1990.
- 5- BENJAMIN, Walter. **Magia, técnica, arte e política**. SP: Brasiliense, 1992
- 6- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. RJ: Jorge Zahar, 1997.
- 7- _____ **Contrafogos - táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. RJ: Jorge Zahar, 1998.
- 8- _____ **Contrafogos 2**. RJ: Jorge Zahar, 2001.
- 9- _____ L'opinion publique n'existe pas. In: **Questions de sociologie**. Paris: Minuit, 2002.
- 10- BRASIL, Sérgio de Souza. A internacionalização na produção de informações. In: MORAES, Dênis (org.). **Globalização, mídia e cultura contemporânea**. Campo Grande: Letra Livre, 1997.
- 11- **Breve história da imprensa sindical no Brasil**. Cadernos de comunicação, nº 14. Série Estudos, RJ: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2005. Copiado em 05/01/2007. www.rio.rj.gov.br/secs.
- 12- BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. **Uma história social da mídia. De Gutenberg à internet**. RJ: Zahar, 2004.
- 13- BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita, **Videologias**. SP: Boitempo, 2004.
- 14- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1999.
- 15- _____ Internet e sociedade em rede. In: **Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder**. RJ: Record, 2003.
- 16- CHAUI, Marilena. **Simulacro e poder. Uma análise da mídia**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- 17- COSTA, Belarmino César Guimarães da. Indústria Cultural: Análise crítica e suas possibilidades de revelar ou ocultar a realidade. In: PUCCI, Bruno (org.). **Teoria crítica e educação. A questão da formação da Escola de Frankfurt**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- 18- **Correio da Manhã. Compromisso com a verdade**. Cadernos de comunicação, nº 1. Série Memória, RJ: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2001. Copiado em 05/01/2007. www.rio.rj.gov.br/secs.
- 19- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. RJ: Contraponto, 1997.
- 20- **Diário de Notícias. A luta por um país soberano**. Cadernos de comunicação, nº 15. Série Memória, RJ: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2006.

- 21- ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. SP: Perspectiva, 2003.
- 22- EAGLETON, Terry. **A Ideologia da Estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- 23- FIORIN, José Luiz. **O regime de 1964. Discurso e ideologia**. SP: Atual, 1988.
- 24- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere. Vol. 2. Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo**. RJ: Civ. Brasileira, 2001.
- 25- LÖWY, Michel. Consumido pelo fogo noturno. In: **Praga**. SP: HUCITEC, n° 5, 1998.
- 26- MCLUHAN, M. **Galáxia Gutenberg**. SP: Nacional, 1972.
- 27- LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. RJ: Jorge Zahar, 2003.
- 28- MARTIN – BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações. Comunicação, cultura e hegemonia**. RJ: Ed.UFRJ, 2003.
- 29- MARX, Karl. **Liberdade de imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- 30- MATTELART, Armand e Michele. **História das teorias da comunicação**. SP: Loyola, 2006.
- 31- MCCHESENEY, Robert W. Mídia global, neoliberalismo e imperialismo. In: MORAES, Dênis. **Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder**. RJ: Record, 2003.
- 32- MORAES, Dênis. **O imaginário vigiado. A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)**. RJ: José Olympio, 1994.
- 33- _____ . A dialética das mídias globais. In: **Globalização, mídia e cultura**. Campo Grande: Letra Livre, 1997.
- 34- _____ **Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder**. RJ: Record, 2003.
- 35- MORIN, E. **Cultura de massas no século XX. O espírito do tempo**. RJ: Forense Universitária, 1987.
- 36- SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Hackers, monopólios e instituições panópticas**. In: www.comciencia.br/comciencia/labjour/83.10/12/2006. Copiado em 07/01/2007.
- 37- SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- 38- _____ **A máquina de Narciso. Televisão, indivíduo e poder no Brasil**. SP: Cortez, 1990.
- 39- _____ O globalismo como neobárbarie. In: MORAES, Denis (org.) **Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder**. RJ: Record, 2003.

- 40- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. RJ: Mauad, 1999.
- 41- WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

E – Geral

- 1- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. RJ: Graal, 1985.
- 2- AQUINO, FERNANDO, GILBERTO e HIRAN. **Sociedade brasileira: Uma história através dos movimentos sociais**. RJ: Record, 1999.
- 3- AQUINO, Rubin, VIEIRA, Fernando, AGOSTINO, Gilberto e ROEDEL, Hiran. **Sociedade brasileira: Uma história através dos movimentos sociais. Da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo**. RJ: Record, 2000.
- 4- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. RJ: Zahar, 2005.
- 5- BICUDO, Hélio. **Segurança nacional ou submissão**. RJ: Paz e Terra, 1984.
- 6- BINGEMER, Maria Clara L. e LIBÂNIO, João B. **Escatologia Cristã**. Petrópolis: Vozes, Coleção Teologia e Libertação, 1985.
- 7- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 1995, P. 324.
- 8- BORDIN, Luigi. **Marxismo e Teologia da Libertação**. RJ: Dois Pontos, 1987.
- 9- BOTTO, Carlota. **A escola do homem novo. Entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. SP: UNESP, 1996.
- 10- BRETON, Philippe e PROULX, Serge. **Sociologia da comunicação**. SP: Loyola, 2002.
- 11- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. RJ: J. Olympio, 1984.
- 12- DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. RJ: FGV, 3ª ed., 2000.
- 13- DENT, N.J.H. **Dicionário Rousseau**. RJ: Jorge Zahar, 1996.
- 14- FREI BETO, **O que é Comunidade Eclesial de Base**, SP: Brasiliense, 1981.
- 15- GARCIA, Paulo. **Cipriano Barata ou a Liberdade Acima de Tudo**. RJ: Topbooks, 1997.
- 16- GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 3ª. Ed., Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- 17- GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: O Estado nacional e o nacionalismo no século XX**. RJ: Jorge Zahar, 1997.

- 18- HALL, Anthony L **Amazônia: desenvolvimento para quem?** RJ: Jorge Zahar, 1991.
- 19- HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1870.** RJ: Paz e Terra, 1991.
- 20- HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa.** SP: Folha de São Paulo, 1995, p. 463.
- 21- HROCH, Miroslav. Do movimento nacional à Nação plenamente formada: O processo de construção nacional na Europa. In: BALAKRISHNAM, Gopal (org.) **Um mapa da questão nacional.** RJ: Contraponto, 2000.
- 22- JULIÃO, Francisco. **O que são as ligas camponesas.** RJ: CIV. Brasileira, 1962.
- 23- LENIN, Vladimir. **Where to begin?** Copiado em 12/03/2007. www.marxist.org/archive/lenin/works/cw/volume05.
- 24- MAGALHÃES, Juraci Peres. **A ocupação desordenada da Amazônia e seus respectivos efeitos econômicos, sociais e ecológicos.** Brasília: Edição do Autor, 1990.
- 25- MARTINS, Roberto R. **A segurança nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- 26- MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto comunista.** SP: Boitempo, 1998.
- 27- MARX, Karl. **O dezoito Brumário de Luís Bonaparte.** SP: Centauro, 2006.
- 28- _____ **A guerra civil em França.** Lisboa: Avante, 1984.
- 29- _____ **O Capital (crítica da economia política) – livro 1: o processo de produção do capital.** Cap. XXII, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6ª ed., 1980.
- 30- _____ **Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse)- 1857/1858, Vol. 1.** México: Siglo XXI, 1971.
- 31- _____ **Manuscritos económico-filosóficos de 1844.** México: Grijalbo, 1968.
- 32- _____ Introdução à contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel. In: **A questão judaica.** SP: Centauro, 2005.
- 33- MESZAROS, Istvan. **A educação para além do capital.** SP: Boitempo, 2005.
- 34- MOREL, Marco. **Cipriano Barata.** SP: Brasiliense, 1986.
- 35- OLIVEIRA, Eliézer. **As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964 -1969).** Petrópolis: Vozes, 1976.
- 36- PAIVA, Vanilda (org.). **A Igreja e a questão agrária.** SP: Loyola, 1985.
- 37- PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros. História e memória do PCB.** RJ: Relume-Dumará e Fundação Roberto Marinho, 1995.

- 38- RANIERI, Jesus. **A câmara escura. Alienação e estranhamento em Marx.** SP: Boitempo, 2001.
- 39- ROUSSEAU, J.J. **Emílio ou Da Educação.** SP: Martins Fontes, 2004.
- 40- ROEDEL, Hiran; VIEIRA, Fernando e outros. **PCB: 80 anos de lutas.** RJ: Fundação Dinarco Reis, 2002.
- 41- **Situacionista. Teoria e prática da revolução.** SP: Conrad, 2002, coleção Baderna.
- 42- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista.** RJ: Civ. Bras., 2002.
- 43- SOARES, José Arlindo. **A frente do Recife e o governo do Arraes. Nacionalismo em crise – 1955/1964.** RJ: Paz e Terra, 1982.
- 44- VAINFAS, Ronaldo (direção) **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808).** RJ: Objetiva, 2000.
- 45- VIEIRA, Fernanda Maria da Costa. Estado penal e criminalização dos movimentos sociais. **Boletim MMFD.** Publicação oficial do Movimento da Magistratura Fluminense pela Democracia. Ano 1, outubro / dezembro de 2003.
- 46- _____ **Presos em nome da lei? Estado Penal e criminalização do MST.** Niterói: UFF, Programa de Pós-Graduação em sociologia e Direito. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais), Universidade Federal Fluminense, 2004.
- 47- VIEIRA, Fernando A.da Costa. **Desenvolvimento e meio ambiente na Amazônia: a Transamazônica e o Jari.** Dissertação de Mestrado. RJ: IFCS, UFRJ, Departamento de História, 1996.
- 48- _____. Educação e neoliberalismo: A agonia do professor. RJ: **REDES**, v. 3, n. 8, maio/ago. de 1999.
- 49- VINHAS, Moisés. **O Partidão – a luta por um partido de massas (1922-1974).** SP: HUCITEC, 1982.